
ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



v. 2, n. 2, jul.-dez. 1987

**Ministério da Justiça
Arquivo Nacional**

**ACERVO
Revista do Arquivo Nacional**

*Este número foi publicado com o auxílio do Conselho Nacional
do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 2	p. 1-123	jul.-dez. 1987
--------	----------------	------	------	----------	----------------

Sumário

José Honório e a historiografia brasileira
Francisco Iglésias 5

Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira
Luciano Raposo de A. Figueiredo & Ricardo Martins de Sousa 11

O conceito e a prática de gestão de documentos
José Maria Jardim 35

Política municipal de arquivos: considerações sobre um modelo sistêmico
para a cidade do Rio de Janeiro
Helena Corrêa Machado 43

Tratamento de fontes e reconstituição histórica
a partir de acervos arquivísticos
Anna Amélia Vieira Nascimento 55

Um plano de mudanças para a área de administração documental
Rose Marie Inojosa 63

A pesquisa científica e os arquivos: problemas
de conservação em Honduras
Victor C. Cruz Reyes 73

Contribuição à análise de textos: o discurso do deputado-geral
Paulino José Soares de Souza
Hamilton de Mattos Monteiro 81

Perfil institucional 93

Bibliografias 97

Quem está pesquisando o quê 113

Notícias 121

© 1987 by Arquivo Nacional
Rua Azeredo Coutinho, 77 — CEP 20230 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Ministro da Justiça: Paulo Brossard de Souza Pinto
Diretora-geral do Arquivo Nacional: Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

Conselho Editorial

Norma de Góes Monteiro (pres.)
José Gabriel da Costa Pinto
José Maria Jardim
Maria Odila Khal Fonseca
Marisa Rocha Motta
Paulo de Tarso R. Dias Paes Leme
Sandra Lazzarini

Coordenadora editorial: Sandra Lazzarini
Edição de texto: Adelina Maria Teixeira de Souza, Paulo Fernando Dias Vianna, Rosina Iannibelli
Responsáveis pela Seção Perfil institucional: Maria Amélia Gomes Leite
Responsáveis pela Seção Bibliografias: Ana Maria de Lima Brandão, Maria de Fátima Pereira Jaegger
Serviços auxiliares: Marilene de Oliveira Carvalho

Foto de capa: vista panorâmica da nova sede do Arquivo Nacional

José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira

Francisco Iglésias
Professor da Universidade
Federal do Paraná

Com a morte de José Honório Rodrigues, verificada a 6 de abril, perde a historiografia brasileira uma de suas figuras mais significativas, pela obra realizada, pelos caminhos que trilhou e traçou, pela influência marcante em serviços públicos ligados à sua especialidade, como bibliotecas e arquivos, pelo ensino, pela pregação de novos programas e outro conceito do labor historiográfico. Ope-roso, não conheceu descanso desde sua estréia em 1940, sempre pesquisando e escrevendo, divulgando idéias no jornal, na cátedra, em conferências, seminários, congressos. Fazia-o com empenho e até paixão. Pode-se fazer agora, com possível rigor, o balanço de toda essa atividade, de efeitos tão fecundos na produção intelectual das ciências sociais, notadamente da história. Como disse André Malraux, em bela passagem de romance, é só depois da morte que se define nos homens sua verdadeira face.

Honório nasceu no Rio de Janeiro, em 1913, e tinha imenso orgulho de seu berço. Amou a cidade, escreveu sobre ela. Via-a como centro do Brasil, em idéia justíssima. Ainda hoje, mesmo sem ser a capital do país, é de fato o eixo da sua vida intelectual e política: o que aí não ecoa não tem importância decisiva no plano nacional. Terra de dom Pedro II e Machado de Assis, como gostava de lembrar, em seu amor às vezes ciumento e quase possessivo, indignava-se com o fato de vê-la dirigida por autoridades de outras procedências. Afinal, exatamente pela importância, ela seduz brasileiros de todos os pontos, mesclando-os e até determinando-lhes a fisionomia. A cidade é fascinante como beleza natural e humana e tem atmosfera muito particular, subjugadora. E todo brasileiro é um pouco carioca.

Curioso: Honório, tão estranhadamente de sua terra, pouco se identificava com os traços mais proclamados — seus estereótipos —, pois era pouco lúdico, excessivamente preocupado com seus estudos e com os rumos nacionais, nada lírico ou bem-humorado — era mesmo destituído de humor —, à maneira convencional dos conterrâneos. Amava a sua área, estudou-a e exprimiu-a, mas não cultivava ou não tinha a sua verve — encontrável, por exemplo, no amigo ficcionista Marques Rebelo: de comum com os cariocas tinha apenas o apego ao futebol, nele colorido com a paixão — sua nota dominante —, chegando à intolerância pouco esportiva — torcedor do Flamengo, detestava os rivais, negando-lhes

Aervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 2	p. 1-123	jul.-dez. 1987
-------	----------------	------	------	----------	----------------

tudo, votando-lhes desprezo, quando não ódio, nos dias de derrota do quadro de sua eleição. Passional no único lazer cultivado, como nos estudos, na convivência com os outros, no acompanhamento da vida intelectual ou política.

No Rio nasceu e morreu, saindo apenas para breves temporadas em Brasília ou São Paulo, aulas, conferências, concursos ou viagens de recreio por todo o Brasil, sem falar em permanências mais longas — alguns meses — nos Estados Unidos e na Inglaterra, outras mais breves em diversos centros da Europa. Também af era atraído pelos documentos, correndo livrarias e antiquários em busca de textos raros — não era um bibliófilo, mas leitor —, bibliotecas e arquivos. Não terá ido a lugar nenhum, aqui ou fora, sem fazer essas visitas, para ele obrigatórias, pois o estudo foi a razão de ser de toda a sua vida. Para ele, a história foi sempre coisa séria, absorvente, não a vendo jamais como lazer, fuga, passatempo. Quando moço, não havia ainda a universidade entre nós, só as escolas tradicionais. Teria sido aluno de um curso de sociologia, economia, preferentemente história. Não os havia e, como milhares de outros, frequentou a Faculdade de Direito, na qual teve professores de terna e eterna admiração. Não foi, contudo, advogado, pois não se dedicou à carreira.

No serviço público, foi funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, no qual realizou ampla pesquisa histórica, origem de valiosa obra, editada em dezenas de fascículos da *Revista* do órgão, até hoje não aparecida em livro, há muito anunciado como *Capítulos de história do açúcar*. É edição que se impõe. Logo entraria para serviços mais consentâneos com o seu gosto. Foi funcionário do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional: af, dirigiu com competência e amor a Divisão de Obras Raras, de 1946 a 1958; ao mesmo tempo, entre 1948 e 1951, dirigiu a Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. Desse Instituto foi professor alguns anos, no curso para formação de diplomatas: para eles escreveu a *História diplomática do Brasil*, ainda também não divulgada. O autor burilava esse escrito, surgido da contingência das aulas, sem chegar à forma desejada. Não sei se o deixou em condições de ser publicado; de qualquer modo, tudo indica merecer a categoria de livro, pois é fruto de pesquisa em área de seu gosto especial — a política externa.

Se marcou a passagem pela Divisão de Obras Raras, foi no exercício da chefia do Arquivo Nacional, de 1958 a 1964, que mais plenamente se realizou como servidor público. Encontrou uma repartição antiquada, sem recursos e sem pessoal de preparo conveniente, em linha de rotina e ausência de criatividade, como é comum nesses órgãos. Quadro perfeito da situação está no importante documento que então escreveu e divulgou: *A situação do Arquivo Nacional* (1959). Aponta o existente, as faltas e tarefas: breve texto, certo no diagnóstico e no prognóstico, devia ser lido e meditado por quantos respondem por instituições do gênero. Entregava-se ao cargo com a máxima dedicação. Através de convênios, para superar as carências financeiras (as autoridades nunca tiveram empenho por essas casas, pois elas não rendem eleitoralmente), obteve a vinda de técnicos notáveis em arquivos ou especialidades fundamentais a seu funcionamento: eles deram cursos, formaram pessoal habilitado, imprimiram diretrizes aos serviços, escreveram textos, logo traduzidos — muitas vezes pela mulher, Leda Boechat Rodrigues, companheira admirável, advogada e historiadora de mérito —, algumas dezenas de volumes pequenos ou maiores, o que de mais valioso nesse campo se fizera até então no país. A tarefa não teve continuidade, infelizmente.

Sua passagem pelo Arquivo Nacional representa o momento mais importante da instituição criada em 1838. Pode-se mesmo dizer que é um dos momentos da história da administração pública no país, quando um chefe consegue transformar substancialmente certo serviço. Dele se poderia dizer o que Álvaro Lins disse do barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores — guardem-se as proporções, é claro, pois esta era de efeito transcendente na trajetória nacional e foi bem mais ampla: resultou da coincidência de um longo preparo com uma oportunidade. Há afinidades nos dois casos: Honório como que se preparara para o posto e teve a ocasião rara, feliz para ele e para o país, de ocupá-lo. O Arquivo Nacional é um antes e outro depois de sua passagem pela direção. Demais, esse esforço repercutiria em alguns estados, que acorrem à convocação dos cursos especiais no Rio, aprendem o não sabido e voltam a suas repartições com outra visão e preparo, disposição e competência antes inexistentes. Poucas unidades, no entanto, acorreram a esse chamado, pela apatia, omissão, despreparo de seus responsáveis. Os livros então editados sobre arquivos ficaram e podem exercer ainda influência.

Antes, fizera viagens ao exterior, em bolsas de estudo para cursos ou visitas a instituições. Entre elas, bolsa em 1943-1944 nos Estados Unidos, pela Fundação Rockefeller; em 1950 e 1968 na Inglaterra, pelo Conselho Britânico. Foi também enviado em missão pelo governo brasileiro e a convite do Conselho Britânico, em trabalho feito com rigor: resultou daí um texto significativo na história da pesquisa entre nós, o pequeno mas substancioso volume *As fontes para a história do Brasil na Europa*, de 1950. Dessa missão, como de muitas outras até do século passado, dá notícia circunstanciada em seu valioso *A pesquisa histórica no Brasil*.

Ainda como atividade, foi professor algumas vezes: no Instituto Rio Branco, como se referiu, de 1946 a 1956. Não foi titular de nenhuma universidade — nunca teve o posto de catedrático, em geral pouco criativo, quando não infecundo —, mas foi professor nas Universidades de Brasília e Fluminense, eventualmente em outras, para breves cursos. Lecionou também no exterior: nos Estados Unidos, em Austin (1963, 1964 e 1966) e em Columbia (1970). Fez conferências e participou de congressos, sempre com viva atuação, nos Estados Unidos, em países da América Latina, na Europa e em muitos estados brasileiros. Convidado, quase sempre acedia, muitas vezes com prejuízo para suas obras ou pesquisas. Animava-o o desejo de atender, divulgar idéias, em geral polêmicas, pela indiferença dos meios universitários, como também pelo gosto do convívio e debate com jovens de todos os recantos. Vida profícua, portanto, dedicada exclusivamente ao estudo e divulgação da história.

Refira-se agora o básico de sua atividade — a produção historiográfica. Ampla, tem cerca de 28 livros, alguns dos quais em dois, três, cinco e seis volumes; colaborou com capítulos em obras coletivas, no Brasil e na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos; fez várias edições críticas; editou dezenas de volumes de documentos, quase sempre com prefácios esclarecedores. É possível dividir essa produção em cinco grupos: teoria, metodologia e historiografia, em obras sistemáticas; história de temas; ensaios historiográficos; obras de referência; e edições de textos.

Em perspectiva sumária, lembrem-se alguns títulos: no primeiro grupo, *Teoria da história do Brasil* (1949); *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil* (1949); *A pesquisa histórica no Brasil* (1952); *História da história do Brasil, a historiografia colonial* (1979). Três desses títulos são fundamentais para todo

estudioso: o tríptico constituído por *Teoria, Pesquisa e História da história*. Pode-se dizer sem hesitação que no gênero ninguém produziu tanto. Dele é o primeiro estudo de teoria de certo significado; o mais completo sobre pesquisa e o melhor sobre história da historiografia. Lamenta-se tenha sido publicado apenas o primeiro volume, referente ao período colonial. Não sei em que estado ficou a obra, se há mais algum volume em condições de ser editado. Se não foi o criador do gênero entre nós, ninguém fez mais e marcou tantos rumos.

Na segunda categoria, *Civilização holandesa no Brasil*, juntamente com Joaquim Ribeiro. É sua estréia, em 1940. Foi o principal autor, como reconhece o parceiro. Bem mais importantes são: *Brasil e África, outro horizonte* (1961); *O Parlamento e a evolução nacional* (1972); *Independência: revolução e contra-revolução*, em 5 volumes, (1976); *O Conselho de Estado: quinto poder?* (1978).

No terceiro grupo, de ensaios historiográficos, *Aspirações nacionais* (1963); *Conciliação e reforma no Brasil* (1965); *História e historiadores do Brasil* (1965); *Vida e vitória* (1966); *História e historiografia* (1970); *História, corpo do tempo* (1976); *História combatente* (1983); *História viva* (1985); *Tempo e sociedade* (1986).

Entre as obras de referência — quarto grupo —, de certo modo podem ser consideradas as do primeiro, mais os 'Índices anotados' da *Revista do Instituto do Ceará* (1959), da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (1961).

Na última categoria da classificação aqui proposta, estariam as edições de textos, com dezenas de volumes, entre outros, *Anais da Biblioteca Nacional* (volumes 66 a 74, entre 1948 e 1963); *Documentos históricos da Biblioteca Nacional* (volumes 71 a 110, 1945-1955); *Cartas ao amigo ausente*, de José Maria da Silva Paranhos (1963); *Correspondência de Capistrano de Abreu* (3 volumes, 1954-1966); *O Parlamento e a evolução nacional, 1826-1840* (7 volumes, 1972); *Atas do Conselho de Estado* (13 volumes, 1978). Todos com prefácios, às vezes anotações e índices especiais. A reedição de vários livros de Capistrano de Abreu. Sem falar em muitos outros prefácios e notas para originais ou reedições, de diferentes autores, épocas e dimensões. Esse conjunto de trabalhos coloca Honório na linha dos mais incansáveis historiadores do país, como Varnhagen e Capistrano.

Sob o aspecto qualitativo, também a obra é valiosa, pela lucidez, dedicação contínua, sentido do verdadeiro trabalho historiográfico, que o leva a compreender a atividade como coisa viva, atuante, ligada ao país e à época, como se vê por alguns dos títulos citados no terceiro grupo. Sua maior contribuição é a história da historiografia, com títulos como os enunciados. Entre eles, as bibliografias, os levantamentos de assuntos, estudos dos historiadores de sua preferência, os *brazilianists*, arrolamento e análise de arquivos, a evolução da pesquisa, as missões brasileiras no estrangeiro e outros assuntos.

A parte mais essencialmente teórica é menos valiosa, como se dá em capítulos da *Teoria* ou no livro *Filosofia e história*, de 1981. Empenhado em metodologia — ninguém batalhou mais por seu cultivo —, decerto lhe faltou formação filosófica mais sólida, insuficiência muito brasileira. Os livros dedicados a temas são variáveis: o de estréia em 1940, é apenas promissor; os seguintes seriam bem superiores. O mais importante, pela pesquisa e dimensões, é o dedicado à Independência. Ressente-se, contudo, de certa falta de síntese. O mais completo sobre o assunto, é a melhor contribuição de quanto se escreveu nas comemorações dos 150 anos do episódio.

A propósito de síntese, assinala-se não ter sido o seu forte. É real a sua falta, o autor é melhor nos ensaios que nas análises pormenorizadas de temas. Uma lembrança confirma o fato: como todo historiador patricio, Honório pensou em escrever uma *História do Brasil*. Contratado por editora inglesa, pensou ter chegado o seu momento e se dispôs a fazê-la. Anunciou-a em várias ocasiões, entre títulos de próximo aparecimento. Depois não anunciou mais, renunciando à tarefa. É pena, pois de autor significativo é de esperar-se obra do gênero. Falta-lhe paciência ou capacidade de síntese. Dos ensaios, alguns são notáveis como revelações e abrangência — caso do dedicado aos *brazilianists* — ou como acuidade. Entre muitos, lembrem-se passagens de *Aspirações nacionais*, todos os de *Conciliação*, alguns perfis de historiadores — Varnhagen, Capistrano — ou políticos — visconde do Rio Branco, por exemplo.

A obra de José Honório Rodrigues prende pela pesquisa e atenção a aspectos fundamentais. É apaixonada e às vezes apaixonante. Amou intensamente o seu país e o seu povo: "Vibro e me arpejo com as grandes causas nacionais", escreveu em 1975 no prefácio de *Independência*. Por ter amado e entendido sua terra e gente, também vibrava de indignação ante a incapacidade dos políticos, por vezes até mesmo sua indiferença ou traição. Denunciou com vigor e rigor a incompetência dos dirigentes, bem como exaltou a superioridade do povo, verdadeiro agente do processo nacional. Insistiu no caráter cruento de nossa história — tese esboçada por Capistrano, sem o devido aprofundamento —, af chegando a exageros que deixam o leitor acreditar a trajetória nativa mais cruenta que a dos Estados Unidos ou da África do Sul. Há visível exagero na tese de ter sido a independência brasileira tanto ou mais cruenta que a das antigas colônias espanholas. Motivou essa hipertrofia de acento sua recusa da ideia de cordialidade da vida brasileira, como a apresenta a historiografia tradicional e é indevidamente atribuída a outra que nada tem de oficial.

A denúncia exaltada do oficialismo da produção nativa lembra a obra de Manuel Bonfim, contra o convencional da monarquia e do governo bragantino, contra as tradições portuguesas, a seu ver tão daninhas na América. Curiosamente, Honório não citava esse autor, de cujo pensamento, no entanto, era muito próximo. Bonfim deve ter sido o primeiro a fustigar o que chamava história oficial, no que seria muito repetido por Honório. Seu tom indignado e até irado podia constituir certo encanto nas conferências e debates, conferindo-lhes vivacidade, mas levou a injustiças, freqüentes em artigos de jornal de seus últimos anos, quando descambava até para o xingatório (recorde-se a pitoresca resenha na imprensa de livro de John Foster Dulles Jr.). O calor da linguagem e número excessivo de chamadas no texto para suas próprias obras criaram-lhe animosidades e até julgamentos injustos de parte de pessoas menos compreensivas.

Em resumo, em Honório tem-se obra valiosa, contribuição para o conhecimento do processo nacional. Muito do mais significativo pulsa em milhares de páginas que escreveu, sob certo aspecto consubstanciado em 'Teses e antíteses da história do Brasil' (recolhido em *Conciliação*). A bibliografia é enriquecida por esse conjunto de livros desiguais, com uma nota comum que é a pesquisa atenta, o desejo de esclarecer, interpretar, apontando rumos, com vistas a superar entres criados pela ordem externa e muito também pela interna, pela mediocridade dos grupos dirigentes, às vezes pelo impatriotismo e até pela traição. No campo intelectual, principalmente no historiográfico, denunciou o oficialismo, a subserviência de quem devia encarnar a liberdade, com autonomia e vigor, consumindo-

se na rotina, no oportunismo, no culto do convencional, quando há potencialidades a serem devidamente exploradas, rumos a serem trilhados.

Além dos livros, reeditados e alguns traduzidos, Honório exerceu e exerce influência pela renovação dos arquivos, através de escritos e do trabalho em alguns; no ensino da história, com textos decisivos como *Teoria, Pesquisa, Historiografia* — e pregação de programas renovadores, referência a escolas ou autores não conhecidos, a defesa de um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, críticas a práticas obsoletas ou falsas. Distinguiu-se e afirmou-se pelo vanguardismo em meio rotineiro e acanhado, com repercussões na universidade, instituição conservadora e em geral falida. José Honório Rodrigues se recomenda pela amplitude do trabalho e pelo justo entendimento do destino do país que amou, estudou e tentou acionar com sua palavra. Esta continuará atuando, pelos livros instigantes, ricos de idéias e programas inovadores. Seu nome, pois, está definitivamente inscrito na história da historiografia brasileira.

Abstract:

The Brazilian historiography lost one of the most expressive representatives with the death of José Honório Rodrigues. This article points out his precious work, a contribution to the knowledge of the national process. The period he managed Arquivo Nacional has represented one of the most important moments of this institution.

Résumé:

L'historiographie brésilienne a perdu une de ses personnalités les plus significatives avec la mort de José Honório Rodrigues. Cet article montre sa précieuse oeuvre, une contribution pour le connaissance du procès national. Sa passage pour les Archives Nationales du Brésil a représenté un des moments les plus importants de cette institution.

Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira

Luciano Raposo de A. Figueiredo
Historiador da Divisão de Pesquisas do Arquivo Nacional e professor de história econômica das Faculdades Integradas Cândido Mendes
Ricardo Martins de Sousa
Pesquisador do convênio Arquivo Nacional/Finep

Houve uma pregação apocalíptica? As pessoas querem ao mesmo tempo reprimir a fornicação, proibir o jogo, as blasfêmias, os maus juramentos, expulsar os mercadores dos cemitérios, abolir as feiras nos dias de festas, levar os clérigos a uma conduta irrepreensível e os cidadãos a uma vida devota. A influência das grandes pregações se dá na razão inversa de suas ambições. Logo que o santo homem se vai, a vida retoma seu curso, sem alteração. *Jacques Rossiaud*

Ultimamente, um significativo espaço vem sendo ocupado na historiografia brasileira pelos estudos que utilizam como fontes os registros deixados pela Inquisição. Essa tendência aparece combinada com as pesquisas voltadas para certas dimensões tradicionalmente pouco valorizadas da história social, como as pequenas transgressões, perversões individuais e novos arranjos familiares, recompondo não apenas a vida material, como o imaginário nos tempos coloniais.

Existem aqueles que viajam para Lisboa a fim de recolher dados sobre a ação do Tribunal do Santo Ofício no Brasil. Outros viajam menos: vão à Bahia, Mato Grosso ou Minas Gerais. Os que consultam os arquivos no Brasil pesquisam as ramificações de uma mesma rede inquisitorial, funcionando sob a alçada dos bispos que, mediante visitas pastorais, exerciam uma ação breve e passageira de controle sobre os desvios praticados em suas comunidades de fiéis.¹

Do pouco que se conhece até hoje sobre o volume da documentação produzida em decorrência dessa prática, sabe-se que o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (A.E.A.M.), em Minas Gerais, reúne o maior acervo brasileiro sobre tal modalidade da ação inquisitorial. Ali repousam cinquenta livros contendo os registros das visitas realizadas em 81 localidades da região, desde 1721 até 1802.

1. Destacaremos os trabalhos de Luís Mott, 'O pecado na família na Bahia de Todos os Santos (1813)', em *Cadernos do C.E.R.U.*, n.º 18, 1983, pp. 91-129, e de Fernando Torres Londoño, 'O crime do amor. O amor ilícito em uma visita pastoral do século XVIII', em *Amor e família no Brasil*, org. por Mariângela d'Incal (Rio de Janeiro: Achiamé, no prelo).

A temática deste artigo não é propriamente inédita. Em verdade ela sucede dois outros que recentemente procuraram apresentar e divulgar o mesmo acervo.² De qualquer forma, a insistência é válida: afinal, a rigidez da moral católica que a Igreja buscava preservar através dos processos de devassas diocesanas acabou permitindo a recuperação, dois séculos depois, das transgressões variadas que faziam parte do cotidiano da população mineira. Emerge destes livros um rico universo, onde encontramos a prostituição, práticas mágicas e feitiçaria, jogos e batuques, a usura, blasfemadores e bêbados, apóstatas, padres solicitadores e heresias as mais diversas. Tudo aquilo, enfim, que não é permitido na sensível intolerância da Igreja e que os cientistas sociais de hoje anseiam por entender.

Além da descrição detalhada dos procedimentos que envolviam as visitas pastorais, empreende-se aqui uma avaliação crítica sobre alguns trabalhos já desenvolvidos com base nessas fontes. No entanto, nossa preocupação central foi a de fornecer um instrumento de trabalho para subsidiar pesquisas neste acervo. Tentamos sistematizar conforme critérios geográficos e cronológicos as diferentes visitas, distribuídas pelos livros de devassa existentes no A. E. A. M. Assim, mediante uma noção do conjunto da documentação, é possível o estabelecimento de delimitações e recortes no universo temático a ser pesquisado.

A pequena Inquisição

O tradicional desvelo da Igreja em acompanhar a espiritualidade da população colonial não esmaeceu quando o povoamento alcançou o sertão das minas de ouro. Tomando a forma de verdadeiras patrulhas a serviço da fé, constantes visitas ao território de Minas Gerais eram encomendadas pelos bispos com jurisdição sobre ele. Por meio dessas visitas diocesanas (ou episcopais), seu poder tendia a ampliar-se e multiplicar: somente assim era possível vigiar e conhecer os dinâmicos habitantes das douradas Minas e acompanhar o funcionamento do clero disperso.

As populações mineiras estiveram poupadas das incursões reguladoras do Santo Ofício português, que algumas vezes visitaria a Colônia. Mas a autonomia do bispado perante o Tribunal da Inquisição parecia ser muito relativa. Afinal, visitas diocesanas e tribunais organizados em visitas do Santo Ofício ao Brasil formavam a ampla rede da ação inquisitorial, complementando-se e dividindo funções, regulando a espiritualidade sob o sistema colonial.

O elemento diferenciador entre visitas e Visitas parece ser, não sua função repressiva e disciplinadora, mas o caráter de sua ação. Nas Minas, elas cumpriam uma prática mais superficial, imediatista, em que a Mesa não se ocupava tanto de uma ação propriamente doutrinária ou 'pedagógica' junto à população, como fazia a Inquisição nos outros pontos da Colônia. Visitas pastorais, em verda-

2. Francisco Vidal Lima e Iraci del Nero Costa, 'Devassas nas Minas Gerais: do crime à punição', em *Separata del tomo 39 del anuário de estudos americanos*, Sevilha, 1982, pp. 463-474. No Brasil, este trabalho foi reeditado como 'A vida quotidiana em julgamento: devassas em Minas Gerais', em *Minas colonial: economia e sociedade* (São Paulo, Fipe/Livraria Pioneira, 1982), pp. 79-85. Sobre as mesmas fontes ver ainda Laura de Melo e Souza, 'As devassas eclesásticas da arquidiocese de Mariana: fonte primária para a história das mentalidades', em *Anais do Museu Paulista*, tomo 33 (São Paulo, U.S.P., 1984), pp. 65-75. Encontra-se no prelo a revista da A. N. P. U. H., que traz um artigo de Caio César Boschi sobre as visitas em Minas Gerais.

de, constituíam uma espécie de retaguarda onde apenas se vigiava e se controlava, tendo suas punições menos uma função de educar do que marcar a presença de uma instituição vigilante. Qualquer comparação, contudo, deve respeitar a complementariedade existente entre elas: são faces de uma mesma moeda.

Em busca de hereges e criminosos que atentassem contra a fé em geral, essa justiça itinerante vasculharia todas as freguesias. Sua persistência ao longo de todo o Setecentos, a amplitude geográfica de seu raio de ação e, sobretudo, seu esforço na aplicação de penas aos transgressores tornavam tais visitasções um dos principais instrumentos da política religiosa na Minas colonial.

Mal as primeiras capelas iam sendo erigidas em arralais ainda não consolidados, a intimidade destas comunidades já era sacudida por visitasções ordenadas pelo bispo. Uma instituição secular como a Igreja católica não precisava criar novas formas para cuidar da assistência espiritual a seu cada vez mais dilatado rebanho. Tratava de repetir no Brasil, em suas linhas gerais, aqueles procedimentos adotados nas origens medievais da Inquisição europeia. Mas enquanto as visitasções inauguradas pelo Concílio de Verona (1184) acabaram por dar origem aos Tribunais do Santo Ofício, em Minas elas permaneceriam como principal meio de ação direta da Igreja na punição de criminosos.

A grande maioria das visitasções na capitania de Minas Gerais encontravam-se reguladas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, concluídas em 1707. Cuidavam de conferir a situação das igrejas, o comportamento dos clérigos locais e até de problemas que estes não pudessem resolver, como celebrar casamentos. Além dessas atribuições, organizavam um pequeno tribunal, onde denúncias contra criminosos eram recebidas, compiladas e punidas. Procedia-se desta forma a uma devassa. Em seu livro 5.^o, título 39, as Constituições Primeiras definiam assim esta prática: "As devassas a que o direito chamou inquirições são uma informação do delito, feita por autoridade do juiz *ex-officio*. Foram ordenadas para que, não havendo acusador, não ficassem os delitos impunidos".³ Elas são, por assim dizer, uma derivação das visitasções diocesanas. Ainda neste título são estabelecidas as linhas gerais que deveriam nortear as inquirições. Tais instruções constituem uma pequena bula dirigida aos visitadores diocesanos, com normas amplas e genéricas o suficiente para abarcar qualquer diversidade. Sendo cumpridas, a devassa caminharia de acordo com os padrões eclesiásticos e a verdade poderia ser alcançada — pelo menos assim esperavam os legisladores canônicos.

Faz-se necessário desde já diferenciá-las, pela sua própria natureza, das devassas de foro civil como aquelas em que o Estado metropolitano processava alguns de seus funcionários coloniais ou condenava, em outra ocasião, os envolvidos na Inconfidência Mineira e na do Rio de Janeiro ou mesmo dos processos interpersonais (querelas) que tinham lugar junto às câmaras municipais. Daqui por diante, devassas se referem a esta ação específica de inquirir e condenar, que as visitasções diocesanas possuíam.

Nos vinte anos que inaugurariam o século XVIII, período que se confunde com o governo episcopal de dom Francisco de São Jerônimo (1701-1721), as visitas diocesanas iriam disseminar as bases do que seria a estrutura da Igreja mineira. Muitas devassas eram feitas entre a fundação de uma e outra paróquia nos po-

3. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), f. 1.056.

voados, mas não possuíam, nem de perto, o peso e a expressão que ganhariam mais tarde.

A importância das devassas nas visitas realizadas no período posterior reflete o destaque que as preocupações com a disciplina da população mineira passariam a ter para a Igreja. As visitas subsequentes a esse período inicial — e que perdurariam após a criação do bispado de Mariana em 1745-1748 — possuíam significado mais preciso: disciplinar e punir condutas desviantes, além de cuidar da administração eclesiástica local. Dentro do espírito dessa nova fase, um de seus comissários afirmaria, convicto: "Com a visitação diocesana se desterra os vícios, erros e abusos, escândalos, e se fazem muitos serviços a Deus, Nosso Senhor, em grande bem espiritual e temporal".⁴

Assim, para preservar a espiritualidade cristã da população mineira, os bispos, no decorrer do século XVIII, despejariam incessantemente visitantes sobre o território. Raros seriam os anos em que, em algum canto deste vasto país, não houvesse uma ou mais Mesas colhendo inquirições ou distribuindo sermões e pesadas multas. Ao longo do século XVIII, há uma visível estabilidade na realização de devassas na capitania de Minas Gerais. No entanto, é possível definir alguns períodos que revelam maior ou menor presença dos visitantes nas localidades mineiras. O enorme número de devassas ocorridas na década de 1730 significa o ápice da ação inquisitorial em Minas. O bispado do Rio de Janeiro esforçava-se, nitidamente, para impor uma ordenação moral nos núcleos urbanos em consolidação.

Antecedidas por um período intermediário (1740-1747) de pouco movimento, as devassas tomariam novamente um grande impulso com a criação do bispado de Mariana. Seguir-se-ia uma fase mais longa que as anteriores — entre 1753-1770 —, em que se nota o esforço de resistir à tendência de decréscimo, parecendo mesmo haver certa estabilidade. A queda no número de devassas a partir de 1770 seria inexorável. Embora o bispado continuasse a estimular visitas, a pressão das devassas nas comunidades decaía face a seu número inexpressivo diante da dimensão do território. Assim, as 28 devassas realizadas em 1800 figuram como um temporão, na tendência geral de decréscimo.

O prazo de duração e o trajeto de uma visita eram extremamente variáveis: algumas demoravam um ano, percorrendo inúmeras freguesias; outras precisavam de um pouco mais de tempo. Excepcionalmente, a cidade de Mariana — sem dúvida, por ser a sede do bispado — suportaria, entre 1749 e 1794, uma visitação quase permanente. Contudo, em média elas duravam um ano e apresentavam uma fantástica mobilidade espacial.

A equipe básica que compunha uma visita era formada pelo visitador-geral, nomeado por provisão episcopal; um meirinho, espécie de tesoureiro dessa pequena empresa; e o escrivão, secretário da visita, responsável por registrar com letras às vezes ininteligíveis as narrativas dos depoentes. No ato de nomeação do visitador, já estava decidida a área a ser percorrida. Normalmente fixava-se uma ou mais comarcas eclesiásticas e ficava a critério do visitador a escolha do caminho, das vilas e se deveria ou não estender-se por outras localidades. As visitas complementavam-se. Uma vila jamais era visitada apenas uma só vez, pois, ao sofrer uma primeira visita, em que a Mesa colhia depoimentos mediante as de-

4. A.E.A.M., Edital do revdo. visitador da Comarca do Rio das Mortes, 1733.

vassas, algum tempo depois outra trazia a relação dos culpados e aplicava as penas. Podia ainda aproveitar em colher novas denúncias e levá-las para serem julgadas na sede do bispado. A tendência das visitas era espalhar-se gradativamente no território, ao mesmo tempo em que se demarcavam as concentrações de criminosos.

Não havia surpresa na chegada dos visitantes nas localidades — pelo menos assim rezava a documentação. Toda a austeridade que, com certeza, marcava as devassas era prenunciada por um rigoroso ritual, preparado pelo corpo local de clérigos. Instalados em uma sacristia, na residência do vigário ou em lugar que apresentasse conforto e segurança, o visitante e sua equipe organizavam os trabalhos deste pequeno e passageiro tribunal. Como as visitas em geral eram especializadas, ou seja, colhiam denúncias ou prescreviam punições, variava conforme o caso o exercício de funções a serem desempenhadas pela Mesa.

Quando se dedicava a inquirições, o visitante necessitava convocar testemunhas entre os moradores da localidade. Este processo poderia ser realizado de duas formas. A primeira delas estaria descrita no edital divulgado pelo visitante da comarca do Rio das Mortes. Consistia na apresentação voluntária das testemunhas perante o visitante: antes mesmo da chegada da visita, "para que venha notícia de todas as matérias sobre que hão de testemunhar, cada um dos reverendos lerá a seus fregueses na estação da missa conventual os interrogatórios".⁵ Tais interrogatórios consistiam de um relação com quarenta quesitos, dos quais constava um enorme conjunto de práticas consideradas heréticas: jogo, toda sorte de bruxarias, concubinato, incesto, usura, sodomia, blasfêmias, apostasias e outros desvios que atentassem contra a conduta cristã.

Assim, se um dos fiéis tivesse conhecimento de pessoa ou grupos envolvidos em quaisquer desses crimes, deveria denunciar quando da chegada do visitante. Esta forma de convocação faz supor a ocorrência de uma colaboração prévia de alguns membros da comunidade, que voluntariamente denunciavam crimes de seu conhecimento à visita. Contudo, tal não ocorreria na maioria das vezes. Além de contar com as denúncias por parte dos clérigos, obrigados a isso pelos editais de visita, a Mesa comumente precisava proceder à chamada nominal de alguns moradores socialmente bem posicionados e com alguma expressão econômica, segundo indicação do vigário local. Ou, conforme as Constituições Primeiras, "quando se fizerem inquisições, as examinem com cuidado, excluindo aquelas que notoriamente forem inábeis para testemunharem".

Por "inábeis para testemunharem" a Igreja entendia a parcela pobre da população, aqueles sem atividade econômica expressiva e as mulheres. Não porque fossem poucas as mulheres na região, mas porque seu papel secundário e a sua fragilidade aos olhos da Igreja não as habilitava a uma tarefa que exigia responsabilidade. Raros eram, nesta fase da devassa, os testemunhos femininos: eles só apareciam quando a Mesa buscava esclarecer casos mais sérios, convocando alguns envolvidos.

De um grupo de 108 denunciantes identificados, 41 (38%) eram lavradores (fazendeiros, pequenos proprietários, posseiros etc.), 52 (29,6%) viviam do co-

5. *Idem*.

mércio, dez (9,3%) ocupavam-se da mineração, cinco (4,6%) detinham postos militares e vinte (18,5%) concentravam diferentes ocupações artesanais (oito carpinteiros, cinco sapateiros, quatro ferreiros e três alfaiates). Embora tal amostragem seja pequena, se comparada ao total de denunciante em quase um século, a composição dos que compareciam para testemunhar perante a Mesa não deve ter escapado muito a esses padrões. A boa conduta religiosa, elemento vital para a confiabilidade das denúncias, constituía um atributo das camadas sociais mais estabilizadas.

Em uma sessão particular com o visitador e sua equipe, a testemunha ouvia a leitura ou interrogatório e, à medida que os quesitos eram apresentados, apontava pessoa ou pessoas da comunidade a quem vira, ouvira dizer ou simplesmente suspeitava (por qualquer evidência, mesmo as mais subjetivas) de ter cometido o delito anunciado. Este delicado momento, recomendavam as Constituições Primeiras, deveria transcorrer "sem aflição, ódio, respeito ou temor", para que as testemunhas "digam tudo que souberem na verdade".

O depoimento propriamente dito era antecedido pela identificação do inquirido e o registro de alguns de seus dados (nome, local de moradia, ocupação, idade, situação civil e naturalidade) no livro. No transcurso do depoimento, o escrivão registrava com objetividade variada as denúncias dirigidas contra pessoas ou grupos responsáveis por determinado crime sugerido pelo interrogatório. Havia uma ordenação padronizada na anotação dos crimes: iniciavam pelo nome do acusado ou alguma outra referência (um escravo de fulano, um preto mina, filha de beltrano etc.), sua condição e outros dados quicá existentes, seguidos da descrição do crime. Essa estruturação do discurso facilitava não apenas a identificação pessoal dos denunciados, mas também o cotejo com denúncias feitas por outras testemunhas sobre o mesmo caso, na fase de julgamento.

Conforme a gravidade, outras testemunhas envolvidas nos acontecimentos narrados poderiam ser chamadas para prestar sua versão dos fatos: nestes casos, a Mesa realmente parecia um Tribunal, em que o visitador, investido das funções de juiz, colhia depoimentos, cotejava versões, cobria lacunas e resolvia eventuais contradições entre as narrativas. Isso estava previsto nas Constituições Primeiras: "E tanto que alguma ou algumas testemunhas dignas de crédito e sem suspeita, perguntadas geralmente derem em alguma pessoa particular, logo o juiz poderá perguntar as mais testemunhas, não somente em geral, mas também em particular pela tal pessoa; contudo, não lhes declarará as particularidades com que as testemunhas antecedentes depuseram".

Mas, no que podemos supor pelos registros consultados, as visitas muito raramente utilizavam-se desses expedientes maquiavélicos — apenas nas denúncias que envolviam personagens poderosos ou crimes contra a vida. O caso de um ouvidor de comarca a que todos denunciaram pela sua insistência em amar todas as mulheres (solteiras ou não) da vila forma um delicioso processo em que até o vendedor de galinhas fora chamado a depor. Outro exemplo semelhante são as acusações contra uma mulher branca que asfixiara seu filho recém-nascido com a anuência do companheiro.

Os denunciante iam se sucedendo perante a Mesa em dias separados. Em média, inquiria-se três testemunhas em um só dia. Era garantido absoluto segredo para as declarações, o que servia de proteção a possíveis perseguições de eventuais acusados. Talvez por isto muitos denunciavam copiosamente tudo o que sabiam ou de que suspeitavam — dos padres às prostitutas, das tavernas às peque-

nas moradas, das cartas aos olhares. Entre estes que muito falavam durante a visita ocorria de serem eles próprios denunciados pelos mesmos crimes imputados aos outros. Quantos não eram os que denunciavam concubínatos e viviam com uma mulata amancebada em sua casa? Mas havia, ao contrário, homens que se calavam, nada declarando sobre os temas constantes nos quesitos lidos.

Embora se recebesse todo o tipo de acusação, independente da forma como os denunciadores dela havia tomado conhecimento, era necessário precisar a origem da suspeita. Solicitavam as Constituições: "E depondo as testemunhas de fama e ouvida, lhes perguntarão se ouviram o que testemunham a muitas ou poucas pessoas, e de que qualidades eram, e se a fama nasceu de pessoas graves, honestas e sem suspeita ou, pelo contrário, de vis, ou de mau nome, ou inimigas do denunciado; e se a fama é constante ou somente um rumor vão, de que se deve fazer pouco caso".

Não era apenas a qualidade da informação recebida pela visita que estava em jogo. Nitidamente, a Igreja, como instância disciplinadora, buscava reconhecer o grau de publicidade dos crimes na comunidade, que equivale a falar de sua abrangência social. Assim, "nos testemunhos que tirarem, perguntarão sempre às testemunhas a razão que têm de saberem o que testemunham, se é de vista, certa sabedoria e fama ou por indícios, e as circunstâncias do tempo, lugar e qualidade dos indícios, e mais coisas necessárias para se saber a verdade".

Após convocar um certo número de depoentes na vila, anotar as denúncias que alguns deles faziam, o escrivão sintetizava os casos narrados em 'pronunciações', uma espécie de sinopse. Este instrumento legal serviria de base para, numa visita posterior, se lavrar a pena dos condenados por crimes contra a fé. No final destas visitas, produzia-se um livro que continha os termos de testemunhas de todas as vilas inspecionadas. Estes representam 56% do total de livros de devassa existentes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e constituem a fonte mais completa e rica para o conhecimento dos desvios, seus agravantes e características. A ocorrência de 28 visitas especialmente dedicadas ao recolhimento de denúncias, somando setenta diferentes vilas que, por sua vez, são diversas vezes visitadas, sugere a dimensão do material.

Além da pressa que marcava sua atividade, a maior parte dos visitantes possuía uma formação, a bem dizer, bastante precária. Como muito raramente se repetiam, talvez para evitar familiaridade, talvez pelo desgaste intrínseco ao empreendimento, devia ser difícil conseguir-se sempre um doutor em cânones para presidir-las. Assim, como nada se exigia para o cargo de visitador além do zelo religioso e um certo virtuosismo, muitos, ao que parece, eram escolhidos devido a um conhecimento da região onde desenvolviam trabalhos espirituais, com função de vigário de vara e/ou freguesia. Ao retornar à sede do bispado com o dever cumprido, alguns deles eram contemplados com postos mais favorecidos na hierarquia da Igreja.

Depois do julgamento dos processos coligidos, realizado na sede do bispado, outra visita encaminhava-se para condenar aqueles cuja culpa merecia punição. Assim, a devassa apenas se completava na punição dos criminosos. O segredo existente na primeira fase tornava a segunda visita um momento de expectativa, insegurança e surpresa. Muito tempo podia transcorrer entre a primeira e a segunda visita, porém representando uma justiça divina, podia tardar, mas não falhava.

O estabelecimento dessa segunda modalidade de visitação nas vilas era idêntico à primeira. Se uma visita anterior convocava algumas pessoas mais bem situadas na comunidade, a seguinte convocaria a parcela geralmente empobrecida e com comportamentos desviantes. Como se pode prever, o maior número de acusações — e condenações — atingia os contingentes empobrecidos da sociedade: prostitutas, concubinos, feiticeiras, consentidores, blasfemadores, usurários, em geral muito distantes da disciplina espiritual que as devassas intentavam preservar. Eram estes personagens que compareciam à Mesa novamente instalada para receber a condenação do visitador.

Ouviam a leitura de sua condenação, entrando pela primeira vez em contato com o crime pelo qual foram denunciados. Uns devem ter se assustado com a acusação, outros não. Era necessário que promettessem emendar-se perante a Mesa com um juramento, seguido pela assinatura do auto, no qual constava também uma punição. Ao assinarem esse instrumento legal, os réus não apenas admitiam sua culpa, mas reconheciam o poder de julgamento exercido pela Igreja; a partir daí confirmava-se sua disposição individual de se submeter às exigências de uma conduta cristã, a ser vigiada tanto por visitas quanto pelos representantes locais do clero.

Assim, alcoviteiras, por vezes, eram obrigadas a assistir missas de pé, pessoas com relações incestuosas eram degredadas da região, feiticeiras mais violentas eram presas, às vezes açoitadas publicamente e remetidas para o julgamento no bispado ou até na Metrópole, às malhas do Santo Ofício. A fixação dessas punições complementares e seu rigor parece ter sido atribuição do visitador.

Além desse procedimento, algumas modalidades de crimes exigiam o pagamento ao meirinho de uma multa pecuniária em ouro, proporcional ao grau de transgressão. Entre tais crimes havia o incesto, que exigia o pagamento de nove mil-réis (ou seis oitavas de ouro), jogos e tavolagens (dez tostões ou um mil-réis), consentimento e alcouce (seis mil-réis ou quatro oitavas de ouro).

Contudo, nenhuma das arrecadações era tão volumosa quanto o montante recolhido nas condenações de concubinato. Não havia livros de culpas em que as condenações decorrentes da prática da mancebia ocupasse menos de 85%. Embora a condenação girasse em torno de duas oitavas de ouro (ou três mil-réis), não sendo das mais pesadas (pois era o preço de uma galinha ou de uma camisa de linho), é certo que representavam uma importante fonte de arrecadação para os cofres eclesiásticos.

Com esse conjunto de procedimentos penais, a Igreja procurava reordenar aquelas comunidades segundo os padrões da conduta cristã. A excomunhão ameaçava a todos, da prostituta ao pai consentidor, do bêbado ao usurário. Na fase final da visitação a devassa cumpria seus objetivos: concubinos eram multados e separados, obrigando-se a não mais se ver; casais em conflito deveriam passar a viver em paz e quietação conjugal; proprietários ficavam comprometidos a tratar seus escravos de acordo com as exigências cristãs, e assim por diante. Ao longo dos termos de culpa espalhados pelo território mineiro, a Igreja seguia em busca de alinhar condutas.

Algumas punições, contudo, eram recebidas com protestos. Vozes rebeldes, algumas vezes de forma veemente, discutiam a aplicação da pena, contra a decisão do Tribunal. Com isso, conseguiram fazer chegar até nós pálidas manifestações de resistência no momento da visitação, pois em tais ocasiões o escrivão re-

gistrava os protestos dos condenados no único momento do processo em que podiam falar.

Em Catas Altas, João Reis Lagos, sob acusação de permitir em casa a prostituição de sua escrava, reclamava dos "graves prejuízos" que a prisão desta lhe causaria, justificando que fora denunciado por homens maldosos, que haviam se aproveitado da visita para "executar nela seus ódios e malevolências". Dizendo-se impotente para controlar a filha um tanto desonesta, um casal justificava que, por ser sua filha viúva, não tinha mais o pátrio poder, andando esta "donde lhe parece".

Muitos alegavam pobreza absoluta para escapar às punições. Leonor de Madureira, em Juruoca, implorava ao doutor visitador que "usasse com ela de comiserção", "moderando as penas que merecia" por consentir a prostituição de suas filhas e suas escravas, "atendendo a ser uma mulher desamparada e pobre, com mais de setenta anos". Com os mesmos argumentos, sua vizinha Maria da Cunha, que vivia sob relações incestuosas, não conseguiria escapar de um degredo de dois anos fora da comarca.⁶

Nem sempre — ao contrário do que tal fonte de origens tão repressivas possa sugerir — a Mesa da visitação condenava todos aqueles sobre os quais chegavam denúncias. O julgamento do processo parecia exigir um mínimo de evidências para que o denunciado fosse considerado culpado. Graças a esta prática, alguns autos seriam suspensos por "falta de provas".

Mas, ao concluir a convocação daqueles a serem condenados, encerrava-se um processo iniciado anos antes naquela comunidade. A visitação seguiria seu rumo, atrás de novos transgressores, que deviam ser redimidos aos verdadeiros caminhos do cristianismo, pelo menos temporariamente.

Devassa na devassa

Resultante das frenéticas visitações, encontram-se congelados nos 'livros de devassas' informações sobre o modo de vida da população mineira acumuladas durante um século. Pode-se calcular, a partir daí, o potencial dessa documentação.

Até onde foi possível o cônego Raimundo Trindade merece a posição de pioneiro do uso dessas fontes. Em 1928 publicava *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para sua história*,⁷ um vasto e minucioso painel da organização e desenvolvimento da Igreja mineira. Alguns fragmentos de devassas abertas pelos visitadores serviriam para ilustrar o clima moral vigente do início do povoamento da região. Assim, as situações escandalosas encontradas nas visitas, ao lado das pressões do poder temporal sob o padroado e a contribuição de alguns frades dissolutos, acabariam por enaltecer o combate da Igreja pela religiosidade cristã em Minas.

Essa tendência, na abordagem dos registros das devassas, iria prolongar-se até a década de 1960, quando Carrato⁸ insistiria no papel da Igreja na luta con-

6. A. E. A. M., *Devassas: 1730-1731* (LDC), ff. 63, 64 e 70, respectivamente.

7. São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928, três vols. Esta obra seria reeditada em dois volumes (Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953).

8. José Ferreira Carrato, *A crise dos costumes nas Minas Gerais do século XVIII*, em separata da *Revista de letras*, vol. 3 (São Paulo, F. E. L. A., 1962). Sobre o mesmo tema, ver também do autor *As gentes mineiras*, em *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais* (São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1968).

tra a barbárie — *A crise dos costumes nas Minas Gerais do século XVIII* revela, em seu título, o enfoque do trabalho. Preocupado com a "moral pública e doméstica" na região, sua análise possui um ponto de partida extremamente conservador: atribui a 'crise de costumes' à total ausência de valores patriarcais na sociedade mineira. Nada mais perfeito para corroborar esta tese do que uma fonte que, com minúcias, descrevia as transgressões da população. Os fatos eram indiscutíveis: mulheres prostituídas, escravas feitiçeras, maridos adúlteros constituíam evidências suficientes para criar a imagem de uma vida distante da civilização. Havia a selvageria, o estado de barbárie, a dissolução moral e a promiscuidade sexual. Mas o bravo clero sairia vencedor ao conseguir difundir a religiosidade católica entre a população mineira.

Demorariam ainda vinte anos para que, com base nesta mesma documentação, aquele povo reaparecesse sob novas luzes. No estudo *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII*,⁹ a historiadora Laura de Melo e Sousa busca extrair das denúncias aos visitantes diocesanos uma caracterização do modo de vida da população desclassificada. Os mesmos personagens reaparecem em cena: prostitutas, feitiçeras, vadios... Mas não como seres distantes da civilização; ao contrário, suas condições de vida são fruto do poder que sobre eles recai. A ordem institucional deles toma proveito ou se fortalece na sua repressão.

Ao final das duas décadas que separam interpretações tão diferentes, Francisco Luna e Iraci del Nero Costa servem-se das devassas para estudos de caráter estatístico e demográfico sobre alguns núcleos urbanos nos séculos XVIII e XIX e fazem ligeiras apresentações sobre as devassas mineiras.¹⁰ Nestas últimas apenas revelam situações, pequenos fatos e comportamentos enunciados quase como curiosidades sobre as quais se deve prestar certa atenção. Parecem adivinhar que a febre de estudos sobre o cotidiano estaria prestes a chegar.

Mesmo com toda a sedução despertada por essa fonte, em especial por revelar ricos detalhes sobre comportamentos tão contrastantes em relação àqueles que se deveria esperar da população no passado, pouco se sabe sobre ela. Sob que condições eram produzidos os registros das devassas? Qual o grau de veracidade das narrativas dos termos de testemunhas? Que elementos objetivos e subjetivos acompanhavam o processo inquisitorial? Enfim, como ocorria o processo de produção dessa fonte histórica? São apenas perguntas essenciais para que se possa garantir a solidez de qualquer estudo. Mas cada tema de pesquisa exige uma específica crítica das fontes. Podemos, no entanto, encaminhar, de forma bastante sucinta, algumas características gerais, que devem ser observadas quando se pesquisar as devassas.

Neste sentido, é necessário levar em conta alguns elementos que constituíam o processo de registro das denúncias feitas pelos depoentes perante a Mesa. Normalmente, as narrativas conseguem sempre cativar o pesquisador pela riqueza de detalhes com que são transcritas. O escrivão parecia nada perder das declarações que lhe chegavam, pois nestes processos o detalhe, mesmo as pequenas infor-

9. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

10. Devassas nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato, em *Anais do Museu Paulista*, tomo 51, São Paulo, U.S.P., 1982.

mações, eram peças essenciais da verdade que as devassas desejavam alcançar.

Mas o escrívão apenas registrava o que ouvia, havendo, assim, graus variados de detalhamento. Como o visitador aceitava denúncias por mais vagas e imprecisas que fossem, pois, afinal, outros denunciante convocados poderiam completá-las, alguns depoimentos careciam de evidências mínimas. Predominavam, contudo, denunciante com informações bastante consistentes sobre a ocorrência das transgressões apontadas — afinal, numa área urbanizada, a proximidade da vizinhança tornava difícil que qualquer tipo de delito, até mesmo o mais íntimo, não chegasse ao conhecimento de alguém. Como ocultar um relacionamento mais prolongado? De que forma se podia ser discreto num pileque?

De fato, era impossível omitir a grande maioria dos crimes praticados. Assim, entre aqueles que resolviam não se calar perante a bateria de delitos sugeridos pelo interrogatório do visitador, a identificação das evidências só não era completa porque, às vezes, faltavam nomes e outras características pessoais dos implicados. Bem que alguns tentavam visitar a amada só tarde da noite ou argumentar que aquela mulher dentro de casa era apenas uma prima. Mas as ruas tinham ouvidos...

Por outro lado, havia uma tendência dos escrivães em padronizar, sob determinados termos do vocabulário teológico, as informações que chegavam pela linguagem mais livre e diversificada dos depoentes. Com a recorrência de certos delitos, aprende-se que, nesse filtro, "de portas adentro" significa uma situação de coabitação; "tratar-se por compadres" é o mesmo que reconhecer o compadrio; "desonestar" faz menção ao meretrício; "zelo, ciúmes e pancadas" refere-se a um tratamento carinhoso, mas dedicado a alguém de condição diferente; "público e notório", com múltiplas variações, quer lembrar que o denunciante não é o único a saber do caso. No entanto, de certas expressões é impossível conhecer o caráter e o significado, tamanha a variedade de situações que o ato pode abarcar.

Existem ainda outras limitações nos registros das pequenas inquisições que é preciso ter em conta. Em primeiro lugar, como os denunciante eram escolhidos entre os homens de maior expressão social e de conduta moral confiável (pois há sempre uma certa correspondência entre posição hierárquica e respeito à ordem), parece natural que o grosso dos depoimentos se referisse a transgressões das camadas intermediárias, escravos e desclassificados. Há, portanto, limites quanto à abrangência social dessas informações: embora não sejam muito precisos, dificilmente se encontrarão registros sobre a etiqueta nos palácios ou a educação das belas moças nos sobrados. Em segundo lugar, a rapidez de deslocamentos das visitas e a execução de seu trabalho mediante processos de devassas impedem que haja um esclarecimento maior sobre as circunstâncias dos crimes. Como vimos, jamais os implicados eram chamados pela Mesa para confessá-los ou esclarecer circunstâncias.

A veracidade do caso narrado também seria objeto a merecer certa relativização, pois é bastante plausível que nos ambientes urbanizados as antipatias pessoais fossem utilizadas perante o visitador para incriminar algum contendor. Para isso, no entanto, deviam contornar alguns instrumentos da própria devassa, que buscavam impedir o falso testemunho. Sem dúvida, a população conhecia os mecanismos punitivos que a devassa dirigia aos que denunciasses em falso, o que desestimularia em muito.

Potencialidades e condições materiais do arquivo

Os livros de devassas do A.E.A.M. representam apenas uma fração de seu acervo. Como qualquer arquivo eclesiástico, congrega listas de batismos, casamentos e óbitos, havendo ainda pastorais de bispos e uma infinidade de documentos sobre a administração episcopal.

Os registros das visitas encontram-se ordenados em cinquenta códices, restaurados e encadernados. Seu arranjo é ainda muito primário e não chegou a ser completado. Assim, cerca de 14 códices de devassas receberam o código alfabético 'Z' (documentos de natureza diversa possuem outras letras), ao contrário dos demais, em que é preciso recorrer à leitura do manuscrito original.

No que se refere à restauração, cada uma das folhas originais foram encapadas com papel-manteiga, coladas com goma de trigo (ou qualquer outro amido misturado com água). Se isto, por um lado, teve o mérito de preservar fisicamente a documentação do manuseio (embora muito raro) e da poluição atmosférica, por outro, a utilização de amido como fixador propiciou o desenvolvimento de um fungo que dele se alimenta. Surgiu assim uma bolha de ar entre o original e o papel-manteiga, diminuindo o contraste entre a tinta empregada pelo escrivão e esse papel, o que confunde muito a definição das cores. A leitura, assim, ficou um pouco prejudicada.

A inexistência de um arranjo completo e de uma classificação mais detalhada dos livros dificulta bastante o dimensionamento do acervo. Dessa forma, é difícil ter noção do número de livros de culpa, de testemunhas, das localidades visitadas e dos períodos. O Sumário dos livros de devassas e os Anexos, adiante, foram especialmente preparados para superar algumas destas dificuldades. O quadro de referência formado pelos Anexos reúne todas as localidades citadas (e visitas), divididas por comarcas político-administrativas, nos livros encontrados no acervo entre 1721 e 1802 — embora nem sempre estes obedecem a uma limitação das visitas realizadas, por ano e por qualidade (culpa e/ou testemunha).

Com isso torna-se mais fácil a seleção do universo a ser pesquisado. Podemos visualizar, assim, que a localidade de São João del-Rei sofreu, em 1730, três visitas, sendo duas para colher testemunhas e uma para punição. Nos anos de 1733, 1738 e 1749, esta vila recebeu novas visitas para preparação de termos de testemunhas e, em 1733 e 1746, puniria os condenados. O mesmo pode ser aplicado em qualquer outra localidade (ou um conjunto delas) que se deseje estudar. Para um estudo sobre as diversões existentes na comarca do Serro do Frio basta localizar e consultar as indicações existentes para esta comarca.

O Sumário dos livros de devassas, por sua vez, apresenta as localidades e os códices em que constam os registros.

Tais instrumentos são úteis apenas para enquadrar o universo geográfico da pesquisa; não servem, evidentemente, para a identificação de temas existentes na documentação. Usurários, feiticeiras, concubinos, jogadores, sodomitas e toda a sorte de comportamentos desviantes encontram-se espalhados pelos diferentes livros.

Sumário dos livros de devassas

Termos de culpa (livros de devassa de culpa)

1. Identificação: 1721-1735

Período: janeiro-abril de 1721

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Conceição das Catas Altas (7.1.1721-15.1.1721), N. Sra. de Nazaré do Inficionado (24.1.1721-3.2.1721), N. Sra. da Conceição dos Camargos (20.2.1721-4.3.1721), São Sebastião (13.3.1721-21.4.1721).

2. Identificação: 1726-1743

Período: 1726-1743

Freguesias e vilas visitadas: São Miguel da Piracicaba (1727), São Miguel do Mato Dentro (1727), N. Sra. do Bom Sucesso da Vila Nova da Rainha do Caeté (1753), N. Sra. das Congonhas dos Raposos (1753), N. Sra. das Congonhas do Sabará (1753), N. Sra. do Livramento e S. Antônio do Rio das Velhas (1753), N. Sra. da Conceição do Rio das Pedras (1753).

3. Identificação: 1730

Período: 1730

Freguesias e vilas visitadas: Borda do Campo, Baependi, Ajuruoca, Lavras, Carancas, Rio Grande, São João del-Rei, São José del-Rei.

4. Identificação: 1730

Período: janeiro-maio de 1730

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Conceição do Ribeirão do Carmo (26.1.1730-25.2.1730), N. Sra. da Conceição do Arraial de Antônio Pereira (14.3.1730-15.3.1730), N. Sra. da Conceição de Guarapiranga (30.3.1730-2.4.1730), N. Sra. do Rosário do Sumidouro (24.4.1730-30.4.1730), Bom Jesus do Monte do Furquim (12.5.1730-18.5.1730).

5. Identificação: 1730

Período: maio-agosto de 1730

Freguesias e vilas visitadas: São Caetano (26.5.1730-28.5.1730), São Sebastião (8.6.1730-12.6.1730), N. Sra. da Conceição dos Camargos (23.6.1730-25.6.1730), N. Sra. de Nazaré do Inficionado (8.7.1730), N. Sra. da Conceição das Catas Altas (20.7.1730-26.7.1730), São Miguel da Piracicaba (2.8.1730), S. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara (9.8.1730-12.8.1730), São João do Morro Grande (14.8.1730).

6. Identificação: 1730-1731

Período: maio-abril de 1731

Freguesias e vilas visitadas: S. Antônio da Vila do José, Pilar de São João del-Rei (22.5.1730-20.8.1730), N. Sra. da Conceição dos Prados (28.8.1730-outubro de 1730), Carijós (outubro-setembro de 1730), Itaverava (setembro de 1730), Ouro Branco (setembro de 1730), Congonhas [do Campo] (setembro-dezembro de 1730), Itambira (dezembro de 1730), Cachoeira (dezembro-janeiro de 1731), Santo Antônio do Campo (janeiro de 1731) [localidade não encontrada nos registros cartográficos disponíveis], São Bartolomeu (janeiro-fevereiro de 1731), Vila Rica do Ouro Preto (abril-maio de 1731).

7. Identificação: 1731

Período: janeiro-março de 1731

Freguesias e vilas visitadas: Vila de Sabará (10.1.1731-20.1.1731), N. Sra. do Pilar das Congonhas [do Sabará] (20.2.1731), N. Sra. da Conceição dos Raposos (27.2.1731), Santo Antônio do Rio das Velhas (5.3.1731-8.3.1731), N. Sra. da Conceição do Rio das Pedras (18.3.1731-20.3.1731).

8. Identificação: 1731

Período: março-julho de 1731

Freguesias e vilas visitadas: S. Antônio de Itatiaia (11.3.1731), N. Sra. do Pilar de Vila Rica (15.3.1731-30.5.1731), N. Sra. da Conceição de São Pedro e São Paulo da Paraíba (31.7.1731).

9. Identificação: 1733

Período: agosto-dezembro de 1733

Freguesias e vilas visitadas: S. Antônio da Itaverava (9.8.1733-12.8.1733), N. Sra. da Conceição dos Carijós (15.8.1733-28.8.1733), N. Sra. da Piedade da Borda do Campo (5.9.1733-11.9.1733), São João del-Rei (16.10.1733-24.10.1733), S. Antônio da Vila de São José (26.10.1733-1.12.1733), N. Sra. da Conceição dos Prados (5.12.1733-20.12.1733).

10. Identificação: 1733

Período: outubro-dezembro de 1733

Freguesias e vilas visitadas: São Bartolomeu, N. Sra. de Nazaré da Cachoeira, N. Sra. da Conceição das Congonhas do Campo, S. Antônio do Ouro Branco, S. Antônio de Itatiaia.

11. Identificação: 1733-1734

Período: outubro de 1733-janeiro de 1734

Freguesias e vilas visitadas: São Miguel do Piracicaba (outubro de 1733), S. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara (outubro-novembro de 1733), São João Batista do Morro Grande (novembro de 1733), Vila Nova da Rainha (novembro-dezembro de 1733), N. Sra. da Conceição do Rio das Pedras (janeiro de 1734).

12. Identificação: 1734

Período: janeiro-março de 1734

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Conceição de Antônio Dias (janeiro de 1734), N. Sra. da Conceição de Vila Rica do Ouro Preto (janeiro de 1734), N. Sra. do Pilar de Vila Rica (janeiro-março de 1734).

13. Identificação: janeiro-maio de 1734

Período: janeiro-maio de 1734

Freguesias e vilas visitadas: Ribeirão do Carmo, Antônio Pereira, Guarapiranga, Sumidouro, Furquim.

14. Identificação: 1737-1738

Período: julho de 1737-setembro de 1738

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Piedade da Borda do Campo, N. Sra. da Conceição dos Carijós, S. Antônio da Itaverava, S. Antônio do Ouro Branco, S. Antônio de Itatiaia, N. Sra. da Conceição de Antônio Dias, Ouro Preto, Vila do

Carmo, N. Sra. da Conceição de Guarapiranga, N. Sra. do Rosário do Sumidouro, Furquim, São Caetano, Camargos, Inficionado, Catas Altas, São Miguel do Piracicaba, Santo Antônio do Mato Dentro, Santa Bárbara, São João do Morro Grande, São Miguel (Piracicaba), N. Sra. da Conceição do Mato Dentro, Vila do Príncipe, São Miguel (Mato Dentro), Caeté, Sabará, Santo Antônio do Campo [localidade não encontrada nos registros cartográficos disponíveis], N. Sra. de Nazaré da Cachoeira, Prados.

15. Identificação: 1742-1743

Período: junho de 1742-dezembro de 1743

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Piedade da Borda do Campo (junho-julho de 1742), N. Sra. da Conceição de Carijós (julho de 1742), Conceição do Ouro Branco (julho de 1742), Ouro Preto (agosto de 1742), Itatiaia (agosto-outubro de 1742), Guarapiranga (outubro de 1742), Sumidouro (novembro de 1742), Furquim (novembro de 1742), São José da Barra, São Caetano, São Sebastião, Antônio Pereira, Antônio Dias, Vila do Carmo, N. Sra. da Conceição dos Camargos, N. Sra. do Inficionado, N. Sra. das Catas Altas, Santa Bárbara, São Miguel (Piracicaba), Vila Nova da Rainha.

16. Identificação: 1746-1788

Período: abril de 1746-agosto de 1788

Freguesias e vilas visitadas: Itambira (abril de 1746), Congonhas do Campo (abril de 1746), Prados (abril de 1746), São João del-Rei (maio de 1746), São José del-Rei (maio de 1746), Baependi (junho de 1746), Pousos Altos (julho de 1746), Campanha do Rio Verde (julho de 1746), Mariana (maio-junho de 1751-agosto de 1788).

17. Identificação: 1748

Período: fevereiro-julho de 1748

Freguesias e vilas visitadas: Conceição do Serro (fevereiro de 1748), Conceição do Mato Dentro (fevereiro-julho de 1748).

18. Identificação: 1748-1750

Período: julho de 1748-janeiro de 1750

Freguesias e vilas visitadas: Vila do Príncipe (julho-agosto de 1748), Tapanhuacanga (julho-agosto de 1748), Rio Preto (julho-agosto de 1748), Tejuco (julho-agosto de 1748), Gouveia (julho-agosto de 1748), Pitangui (agosto de 1748), Curral del-Rei (setembro de 1748), Mateus Leme (setembro de 1748), Paraopeba (setembro de 1748), Roça Grande (setembro-outubro de 1748), Santa Luzia (setembro-outubro de 1748), N. Sra. da Conceição dos Raposos (março de 1749), Congonhas do Sabará (março-maio de 1749), Congonhas do Campo (junho-julho de 1749), Pousos Altos (agosto-setembro de 1749), São João del-Rei (outubro-dezembro de 1749), Mariana (janeiro-maio de 1750).

19. Identificação: 1742-1794

Período: fevereiro 1749-setembro de 1794

Freguesias e vilas visitadas: Mariana.

20. Identificação: Z-5

Período: agosto de 1752-fevereiro de 1756

Freguesias e vilas visitadas: Vila do Príncipe, Rio Alonso, Mateus Leme, Santo Antônio do Bom Retiro, Raposos, Santo Antônio da Roça, Caeté.-São João do Alonso Grande.

21. Identificação: 1752-1760

Período: julho de 1756-abril de 1760

Freguesias e vilas visitadas: Mariana (julho de 1756), Vila Rica de N. Sra. do Pilar do Ouro Preto, Rio das Mortes, Rio Verde.

22. Identificação: 1764-1769

Período: setembro de 1764-fevereiro de 1769

Freguesias e vilas visitadas: Congonhas do Campo, Alto Maranhão, Ouro Branco, Itatiaia, Ouro Preto, Carrancas, Campanha do Rio Verde, Baependi, Serranos, Catas Altas, Itaverava, Guarapiranga, Mariana.

Termos de testemunha (livros de devassa de testemunha)

23. Identificação: 1722-1723

Período: 1722-1723

Freguesias e vilas visitadas: Ribeirão do Carmo, N. Sra. da Conceição das Catas Altas, N. Sra. de Nazaré do Inficionado, N. Sra. da Conceição dos Camargos, N. Sra. da Conceição da Vila do Carmo, São Sebastião, São Caetano, Bom Jesus do Monte, N. Sra. do Rosário do Sumidouro, Guarapiranga, Conceição de Antônio Pereira, Vila do Ribeirão do Carmo.

24. Identificação: 1726

Período: dezembro de 1726

Freguesias e vilas visitadas: Guarapiranga, Sumidouro, N. Sra. do Pilar de Ouro Preto, Vila do Carmo, N. Sra. da Conceição de Antônio Pereira.

25. Identificação: 1726-1743

Período: 1726-1743

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Borda do Campo (1726), São Miguel do Mato Dentro (1726).

26. Identificação: 1727-1748

Período: fevereiro-outubro de 1727

Freguesias e vilas visitadas: São João do Morro, Caeté, Sabará, Santo Antônio da Mouraria do Arraial do Velho, N. Sra. da Conceição da Vila do Príncipe do Serro do Frio, S. Antônio da Roça Grande, N. Sra. do Pitangui, Campanha.

27. Identificação: 1730-1731

Período: 1730-1731

Freguesias e vilas visitadas: São Caetano, São Sebastião, N. Sra. da Conceição dos Camargos, N. Sra. de Nazaré do Inficionado, N. Sra. da Conceição das Catas Altas, São Miguel de Piracicaba, S. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, São João Batista do Morro Grande, N. Sra. do Bonsucesso e São Caetano, N. Sra. da Conceição dos Raposos.

28. Identificação: 1730-1731

Período: 1730-1731

Freguesias e vilas visitadas: São José del-Rei, Prados, Carijós, Itambira, Ouro Branco, Congonhas do Campo, São Bartolomeu, S. Antônio da Casa Branca, N. Sra. de Nazaré da Cachoeira, S. Antônio de Itaverava.

29. Identificação: fevereiro-maio de 1731

Período: fevereiro-maio de 1731

Freguesias e vilas visitadas: Itatiaia, Vila Rica, Paraíba.

30. Identificação: 1733

Período: 1733

Freguesias e vilas visitadas: Ribeirão do Carmo, N. Sra. de Nazaré da Cachoeira, N. Sra. da Conceição das Congonhas [do Campo], S. Antônio do Ouro Branco, S. Antônio de Itatiaia, N. Sra. da Conceição de Vila Rica.

31. Identificação: 1733

Período: 1733

Freguesias e vilas visitadas: Itaverava, Carijós, Borda do Campo, São João del-Rei, São José.

32. Identificação: 1734

Período: junho-outubro de 1734

Freguesias e vilas visitadas: Vila do Príncipe, Arraial do Tejuco, Andrequicê, Conceição do Mato Dentro.

33. Identificação: Z-1

Período: maio-dezembro de 1738

Freguesias e vilas visitadas: Pitangui, Curral del-Rei, Roça Grande, Sabará, Arraial do Velho, Raposos, Congonhas [do Campo], S. Antônio do Rio Acima, Rio das Pedras, São Bartolomeu, S. Antônio da Casa Branca, Cachoeira, Itambira, Congonhas [do Sabará], Prados, São José do Rio das Mortes, Pousos Altos, Bependi, Ajuruoca, Carrancas, São João del-Rei.

34. Identificação: 1743

Período: 1743

Freguesias e vilas visitadas: Catas Altas, Conceição do Mato Dentro.

35. Identificação: Z-2

Período: abril de 1746-1787

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. do Pilar das Congonhas [do Campo], Pitangui, Vila do Príncipe.

36. Identificação: Z-3

Período: dezembro de 1747-fevereiro de 1748

Freguesias e vilas visitadas: São Miguel.

37. Identificação: Z-3

Período: fevereiro de 1748

Freguesias e vilas visitadas: Conceição do Mato Dentro, Vila do Príncipe, Igreja Matriz, Corgos, Tapera, Barra.

38. Identificação: Z-4

Período: junho de 1748-abril de 1749

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Conceição da Vila do Príncipe, Arraial do Rio Preto, Gouveia, N. Sra. do Pilar da Vila do Príncipe, Roça Grande, Raposos, Congonhas do Sabará, S. Antônio do Rio Acima, Rio das Pedras, Itambira, Congonhas do Campo, Prados, Vila de São José, Carrancas, Ajuruoca, Pouso Alto, Baependi, Rio Verde, São João del-Rei.

39. Identificação: 1750-1753

Período: 1750-1753

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Conceição do Mato Dentro (1750), Vila do Príncipe (1750), Itambé (1753), S. Antônio do Rio Abaixo (1753), N. Sra. do Morro (1753), N. Sra. da Conceição do Mato Dentro (1753), S. Antônio da Tapera (1753), N. Sra. da Conceição da Vila do Príncipe (1753), Vila do Príncipe (1753), S. Antônio do Tejuco (1753), Arraial do Gouveia (1753), Arraial do Tapanhacanga (1753).

40. Identificação: Z-6

Período: maio-dezembro de 1753

Freguesias e vilas visitadas: São Bartolomeu, Itabira, Congonhas do Campo, N. Sra. da Conquista dos Carijós, Catas Altas, Piranga, Ouro Branco, Itatiaia, Ouro Preto, Mariana, Tejuco, Itaverava.

41. Identificação: Z-7

Período: 1754

Freguesias e vilas visitadas: São Caetano, Catas Altas.

42. Identificação: 1754

Período: 1754

Freguesias e vilas visitadas: Conceição dos Camargos.

43. Identificação: Z-8

Período: 1756-1757

Freguesias e vilas visitadas: Conceição do Mato Dentro, Vila do Príncipe, Pitangui, Curral del-Rei, N. Sra. do Pilar do Congonhas do Sabará, N. Sra. da Conceição do Rio das Pedras, S. Antônio do Rio Acima, N. Sra. da Conceição dos Raposos, N. Sra. da Conceição da Vila do Sabará, N. Sra. do Bonsucesso da Vila do Caeté, São João do Morro Grande, S. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, São Miguel (Piracicaba).

44. Identificação: Z-9

Período: 1759

Freguesias e vilas visitadas: São Miguel (Piracicaba), Santa Bárbara, Morro Grande, Conceição do Mato Dentro, Vila do Príncipe, Pitangui, Curral del-Rei, Sabará, Roça Grande, Caeté, Raposos, Congonhas do Sabará, Rio Acima, Rio das Pedras, São João del-Rei, Carrancas, Rio Verde, Baependi.

45. Identificação: Z-10

Período: julho de 1762-dezembro de 1769

Freguesias e vilas visitadas: Santa Bárbara, Cachoeira do Campo, Conceição do Mato Dentro, Itabira do Campo, Congonhas do Campo, Prados, Bonfim, Brumado, Suassuí, Redondo, Piedade, Ouro Branco, Ouro Preto, Carandá, S. Antônio da Casa Branca, Itambira, Antônio Dias.

46. Identificação: 1763-1764

Período: julho de 1763-janeiro de 1764

Freguesias e vilas visitadas: Prados, São João del-Rei, Ajuruoca, Pouso Alto, Bependi, Lavras.

47. Identificação: Z-11

Período: janeiro de 1767-maio de 1778

Freguesias e vilas visitadas: N. Sra. da Conceição do Mato Dentro, São Miguel do Piracicaba, São João do Morro Grande, Santa Bárbara, Arraial do Brumado, Barra do Caeté, Arraial do Gouveia, Pitangui, Curral del-Rei, Arraial do Onça, Sabará, Raposos, Nova Lima, Rio das Pedras, Serro do Frio.

48. Identificação: Z-12

Período: janeiro de 1767-1777

Freguesias e vilas visitadas: São Miguel do Piracicaba, São João do Morro, Santa Bárbara, São João do Morro Grande, Arraial do Brumado, Barra do Caeté, Arraial do Cocais, Arraial do Gouveia, Pitangui, Curral del-Rei, Arraial do Onça, Sabará, Raposos, Nova Lima, Rio das Pedras.

49. Identificação: Z-13

Período: 1800

Freguesias e vilas visitadas: Guarapiranga, São Miguel, Furquim, Sumidouro, Queluz, Barbacena, Prados, São João del-Rei, Serrano, Ajuruoca, Pouso Alto, Campanha, Lavras, Prados, Itatiaia, Congonhas do Campo, Ouro Branco, Camargos, Antônio Pereira, Inficionado, Catas Altas, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Caeté, Santa Luzia, Sabará, Raposos, Curral del-Rei, Rio das Velhas.

50. Identificação: Z-14

Período: 1802

Freguesias e vilas visitadas: Sumidouro, São Sebastião, São Caetano, Furquim.

Observação: Além das devassas localizadas no A.E.A.M., temos conhecimento de que há cerca de três livros da mesma natureza no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Belo Horizonte. O único ao qual conseguimos ter acesso (pois os outros não se encontravam disponíveis ao manuseio, dado seu avançado estado de destruição) registra os termos de culpa recolhidos na paróquia do Sabará, em 1734. Sua existência foi considerada para a organização do quadro de referência.

Anexo 2

COMARCA DO RIO DAS VELHAS

Localidades	1720 0123456789	1730 0123456789	1740 0123456789	1750 0123456789	1760 0123456789	1770 0123456789	1780 0123456789	1800 012
Andrequicê		T						
Caeté (1)		T C C	C	C C T T	+			T
Cocais						T		
Congonhas do Sabará (2)		C T	TC	C T T		TT		
Curral del-Rei		T	C	T T		TT		T
Mateus Leme			C	C				
Morro Grande (3)	T	* C C		T T T	T+			
Onça						TT		
Pitangui	T	T	T C	T T		+T	T	
Raposos		* T	TC	CC T T		TT		T
Rio Acima		T	T	T T				
Rio Alonço				C				
Rio das Pedras		C C T	T	C T T		TT		
Rio das Velhas		C		C				T
Roca Grande	T	T	*	C T				T
Sabará	C	C C CT	T	T		TT		T
Santa Bárbara		CT C C	C	T T	T	TT		T
Santa Luzia			C					T
S. Antônio do Bom Retiro				C				
S. Antônio do Mato Dentro		C						
S. Ant. da Mouraria do Arraial do Velho	T	T						
São José do Alonso Grande				C				
São Miguel do Mato Dentro	TC	C						
São Miguel da Piracicaba	C	CT C CC	C T	T T	TT			T

T = termo de testemunha
 C = termo de culpa
 * = termos de test. e de culpa
 ** = dois termos de culpa
 + = dois termos de test.

Outras denominações:

- (1) N. Sra. do Bom Sucesso e S. Castano, Vila Nova da Rainha, Barra do Caeté
- (2) Nova Lima, Congonhas
- (3) Morro

Anexo 4

COMARCA DO SERRO FRIO

Localidades	1720	1730	1740	1750	1760	1770	1780	1800
	0123456789	0123456789	0123456789	0123456789	0123456789	0123456789	0123456789	012
Conceição do Mato Dentro		T C	T	T T T	T T			
Corgos			*	T				
Gouveia			T	T		+		
Igreja Matriz			T	T				
Itambê			*	T				
Rio Preto				T				
S. Antônio do Rio Abaixo				T				
S. Gonçalo do Rio Abaixo				T				T
Tapanhuacanga			C	T				
Tapera			T	T				
Tejuco		T	C	+				
Vila do Príncipe (1)	T	T C	T o	T C+ T T		T	T	

- T = termo de testemunha
 C = termo de culpa
 * = termos de test. e de culpa
 + = dois termos de test.
 o = dois termos de test. e de culpa

Outras denominações:
 (1) Conceito do Serro, Serro do Frio

Abstract:

The registers about the action of Tribunal do Santo Ofício in Brazil have a significant space in our historiography. This article makes a critical evaluation of some works already done, based on the procedures that involved pastoral visits, besides furnishing subsidies to researches related to the theme.

Résumé:

Les registres concernant l'action du Tribunal du Saint Office au Brésil occupent un espace significatif en notre historiographie. Cet article fait une appréciation critique de quelques travaux déjà réalisés, fondés dans les procédés lesquels enveloppaient les visitations pastorales, au-delà de fournir subsides pour les recherches relatives au thème.

O conceito e a prática de gestão de documentos

José Maria Jardim
Diretor da Divisão de
Pré-Arquivo do Arquivo Nacional

Desde o desenvolvimento da arquivologia como disciplina, a partir da segunda metade do século XIX, talvez nada a tenha revolucionado tanto quanto a concepção teórica e os desdobramentos práticos da 'gestão ou a administração de documentos', estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial. Para alguns, trata-se de um conceito emergente, alvo de controvérsias e ainda restrito, como experiência, a poucos países. Segundo o historiador norte-americano Lawrence Burnet, a gestão de documentos é uma operação arquivística, "o processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos, que é característica da civilização moderna, de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa".

Por outro lado, alguns concebem a gestão de documentos como a aplicação da administração científica com fins de eficiência e economia, sendo os benefícios para os futuros pesquisadores considerados apenas meros subprodutos. Situando-se entre esses dois extremos, a legislação norte-americana estabelece a seguinte definição:

O planejamento, o controle, a direção, a organização, a capacitação, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas com a criação de documentos, sua manutenção, uso e eliminação, incluindo o manejo de correspondência, formulários, diretrizes, informes, documentos informáticos, microformas, recuperação de informação, fichários, correios, documentos vitais, equipamentos e materiais, máquinas reprográficas, técnicas de automação e elaboração de dados, preservação e centros de arquivamento intermediários ou outras instalações para armazenagem.

Sob tal perspectiva, a gestão cobre todo o ciclo de existência dos documentos desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para arquivamento permanente, ou seja, trata-se de todas as atividades inerentes às idades corrente e intermediária.

De acordo com o *Dicionário de terminologia arquivística*, do Conselho Internacional de Arquivos, a gestão de documentos diz respeito a uma área da administração geral relacionada com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos mesmos.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 2	p. 1-123	jul.-dez. 1987
--------	----------------	------	------	----------	----------------

Por meio do Ramp/PGI, a Unesco procurou também abordar o tema conforme trabalho de James Rhoads, 'A função da gestão de documentos e arquivos nos sistemas nacionais de informação', segundo o qual um programa geral de gestão de documentos, para alcançar economia e eficácia, envolve as seguintes fases:

— *produção*: concepção e gestão de formulários, preparação e gestão de correspondência, gestão de informes e diretrizes, fomento de sistemas de gestão da informação e aplicação de tecnologias modernas a esses processos;

— *utilização e conservação*: criação e melhoramento dos sistemas de arquivos e de recuperação de dados, gestão de correio e telecomunicações, seleção e uso de equipamento reprográfico, análise de sistemas, produção e manutenção de programas de documentos vitais e uso de automação e reprografia nestes processos;

— *destinação*: a identificação e descrição das séries documentais, estabelecimento de programas de avaliação e destinação de documentos, arquivamento intermediário, eliminação e recolhimento dos documentos de valor permanente às instituições arquivísticas.

Introduzidos esses aspectos conceituais, é oportuno tentar compreendê-los em dois níveis, antes de discutí-los sob uma perspectiva brasileira:

— seus antecedentes históricos como teoria e prática;

— sua configuração de acordo com os modelos arquivísticos internacionais contemporâneos.

Embora sua concepção teórica e aplicabilidade tenha se desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos E.U.A. e Canadá, a gestão de documentos possuía raízes já no final do século XIX, em função dos problemas então detectados nas administrações públicas destes dois países, no que se referia ao uso e guarda. Na primeira metade deste século, criaram-se comissões governamentais nos E.U.A. e no Canadá, visando a encontrar soluções para a melhoria dos padrões de eficiência no uso dos documentos, por parte da administração pública. Vale ressaltar que, durante esse período, as instituições arquivísticas públicas caracterizavam-se pela sua função de órgãos estritamente de apoio à pesquisa, comprometidos com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico. A tal concepção opunha-se, de forma dicotômica, a de 'documento administrativo', cujos problemas eram considerados da alçada exclusiva dos órgãos da administração pública que os produziam e utilizavam.

Paralelamente, iniciava-se a era da chamada 'administração científica', em que Frederick Taylor e Frank Gilbreth procuravam mostrar aos administradores como racionalizar o processo administrativo, desenvolvendo suas atividades de forma menos dispendiosa, melhor e mais rápida. A palavra-chave das administrações daqueles países, sobretudo dos E.U.A., passou a ser *eficiência*. A aplicação dos princípios da administração científica para a solução dos problemas documentais gerou os princípios da gestão de documentos, os quais resultaram, sobretudo, da necessidade de se racionalizar e modernizar as administrações. Não se tratava de uma demanda setorializada, produzida a partir das próprias instituições arquivísticas, em que pese as conseqüências extremamente inovadoras que trouxeram para a arquivologia.

A gestão de documentos veio contribuir para as funções arquivísticas sob diversos aspectos:

— ao garantir que as políticas e atividades dos governos fossem documentadas adequadamente;

- ao garantir que menor número de documentos inúteis e transitórios fossem reunidos a documentos de valor permanente;
- ao garantir a melhor organização desses documentos, caso atingissem a fase permanente;
- ao inibir a eliminação de documentos de valor permanente;
- ao garantir a definição de forma criteriosa da parcela de documentos que constituíssem o patrimônio arquivístico de um país, ou seja, de 2 a 5% da massa documental produzida, segundo a Unesco.

Conforme mencionou Ricks em trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Washington, em 1976, a gestão de documentos criou maior consciência em todo o governo, no caso norte-americano, quanto ao significado dos documentos, qualquer que fosse seu suporte, e às suas necessidades de conservação. As instituições arquivísticas públicas, particularmente os arquivos nacionais dos E.U.A. e do Canadá, adquiriram uma nova feição, assumindo também a função de órgão de apoio à administração pública, com a competência de orientar programas de gestão de documentos nos diversos organismos governamentais.

Além disso, hoje elas dispõem de considerável prestígio e de maiores orçamentos, pois foi reconhecido que, como instituições, economizam mais dinheiro do que gastam, em resultado de suas atividades de gestão de documentos. Um exemplo: a rede de arquivos intermediários regionais norte-americanos permite aos cofres públicos uma economia de cem milhões de dólares por ano. É possível imaginar como o custo público da informação governamental tende a alcançar níveis reduzidos, aplicando-se o princípio básico de gestão de documentos, segundo o qual a informação deve estar disponível no lugar certo, na hora certa, para as pessoas certas e com o menor custo possível.

Das diversas atividades anteriormente citadas, Ricks constata que, na prática, as que possuem uma influência mais direta sobre as instituições arquivísticas são usualmente administradas por essas mesmas instituições: é o caso da administração de arquivos intermediários e a destinação de documentos. As atividades cujo objetivo primeiro constitui-se da eficiência da administração pública são muitas vezes geridas por outro órgão: é o caso da administração de correspondência, formulários, diretrizes, uso de processadoras da palavra etc. Essa diferença de grau de aplicabilidade do conceito de gestão de documentos distingue mais claramente as experiências americana e canadense da europeia — na Europa, a tradição arquivística desenvolveu-se sobretudo a partir da característica dos arquivos como fonte de pesquisa retrospectiva. Deve-se ressaltar, neste sentido, a profunda influência europeia no funcionamento dos arquivos públicos brasileiros.

Esses aspectos foram abordados em 1985, em Budapeste, por ocasião da Conferência Arquivística Europeia sobre a Criação e Organização de Documentos Contemporâneos, patrocinada pelo Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.). De acordo com o trabalho apresentado por Michel Roper, o conceito de gestão de documentos não é amplamente aplicado nos países não anglo-saxônicos; constata que, embora a gestão de documentos não seja reconhecida na prática, as instituições arquivísticas europeias são propensas a conduzir em níveis de aprofundamento diverso e segundo preceitos de economia e eficácia a criação, a manutenção e a destinação dos documentos públicos contemporâneos. Roper demonstra também que vários países europeus ainda não situaram sob a jurisdição direta das instituições arquivísticas nacionais os elementos que caracterizam os moder-

nos programas de gestão de documentos. O envolvimento dessas instituições na área de gestão de documentos tende a ser maior em termos de *avaliação e recolhimento*, muito limitado no que se refere ao *uso e manutenção de documentos de primeira e segunda idades* e ainda mais restrito em termos de *intervenção na produção documental*.

Quais seriam os fatores inibidores que comprometeriam a adoção das funções de gestão de documentos pelas instituições arquivísticas?

- limitações de ordem legal;
- escala e complexidade dos governos nacionais, impossibilitando que o único organismo exerça funções executivas em todo este campo;
- tradições administrativas que impedem uma reorganização radical dos sistemas vigentes;
- o papel histórico dos arquivos nacionais, cuja gênese identifica-se com uma atuação mais passiva de custódia dos documentos de valor permanente para a pesquisa retrospectiva.

Vale apontar, ainda, a imensa massa de documentos em diversos suportes, produzidos pelas administrações contemporâneas, e a ampliação do uso de modernas tecnologias.

A conferência apontou algumas conclusões que se inserem nesta reflexão e merecem ser difundidas. São elas:

1. Apesar de a criação de documentos ser primeiramente uma responsabilidade de cada agência governamental, é desejável que o Arquivo Nacional esteja envolvido na preparação e implementação de regulamentos referentes à criação e manutenção dos documentos dentro das agências (incluindo o uso do microfilme e outras tecnologias de criação de documentos), além de regulamentos quanto à durabilidade do suporte documental e à administração do acesso público a informações governamentais.

2. São necessárias providências para a guarda de documentos de valor intermediário, ocasionando vantagens econômicas no uso de instalações físicas e recursos humanos, sejam os arquivos intermediários operados pelo Arquivo Nacional ou pelas agências governamentais.

3. Os arquivos nacionais devem assegurar que, de forma condizente com o contexto administrativo e constitucional de cada nação, arquivistas profissionais ofereçam assistência técnica às agências governamentais e a outras instituições públicas na implementação dos sistemas de gestão de documentos.

4. Apesar de as circunstâncias constitucionais, legais, administrativas e históricas determinarem para cada autoridade arquivística nacional um papel diferente na administração de documentos contemporâneos, há determinadas funções nas quais é necessário o envolvimento dos arquivistas do Arquivo Nacional, especificamente:

- inspeção de documentos correntes e semicorrentes das administrações públicas;
- transferência de documentos das agências governamentais dissolvidas;
- avaliação de documentos para a transferência aos arquivos públicos;
- transferência de documentos aos arquivos públicos;

5. A seleção de documentos para a preservação permanente deve contar com a decisão final dos arquivistas do Arquivo Nacional.

Segundo a Unesco, conforme o trabalho de James Rhoads, há quatro níveis de aplicação de programas de gestão de documentos:

— o *nível mínimo* estabelece que o governo deve contar, ao menos, com programas de retenção e eliminação de documentos e procedimentos para recolhimento ao arquivo nacional daqueles de valor permanente;

— o *nível mínimo ampliado* complementa o primeiro, com a existência de um ou mais centros de arquivamento intermediário;

— o *nível intermediário* compreende os dois primeiros, bem como a adoção de programas básicos que consistem, geralmente, em elaboração e gestão de formulários, elaboração de sistemas de arquivos correntes, gestão de correspondência e documentos vitais etc.;

— o *nível máximo* inclui todas as atividades já descritas, complementadas por gestão de diretrizes administrativas, de correspondência e telecomunicações, de máquinas copiadoras, uso de recursos de automação etc.

A partir dos antecedentes históricos da gestão de documentos e sua configuração institucional em arquivos de países do Primeiro Mundo, em especial da Europa e América do Norte, e tendo em vista as considerações da Unesco, como situarmos o caso brasileiro e, por que não, o latino-americano?

De maneira geral, as instituições arquivísticas públicas brasileiras, em nível federal, estadual ou municipal, apresentam características comuns no que se refere à sua atuação:

— trata-se de instituições voltadas quase que exclusivamente para a guarda de documentos considerados, na maior parte das vezes sem critérios, como de valor histórico e a partir, portanto, da dicotomia valor histórico/valor administrativo de documentos;

— são praticamente inexistentes suas relações com o conjunto da administração pública com vistas ao exercício de funções não apenas de apoio a pesquisas científicas retrospectivas, mas também de funções de apoio administrativo ao governo, durante o processo político-decisório;

— por diversas razões (problemas de pessoal, legislação e espaço físico), sua atuação, no tocante à recepção dos documentos produzidos e acumulados pela administração na qual se inserem, caracteriza-se pela passividade;

— ou seja, o modelo de instituição arquivística pública em vigor no Brasil está mais próximo do século XIX do que do XXI.

Esses aspectos, já ampla e detalhadamente diagnosticados, em várias ocasiões, por diversos profissionais, explicam a sempre denunciada situação da gravidade em que se encontra o patrimônio arquivístico brasileiro.

Por outro lado, as características da administração pública brasileira propiciam, por motivos histórico-culturais, que a informação governamental — espinha dorsal do seu desempenho — seja mal produzida, mal utilizada, mal disseminada e, em geral, eliminada ou conservada sem critério pela própria administração pública. A situação em que se encontram os arquivos federais, descrita em relatório elaborado pelo Arquivo Nacional, através da Divisão de Pré-Arquivo, como contribuição ao Plano de Reforma da Administração Federal, expressa claramente o problema. Creio ser oportuno fornecer alguns exemplos:

— no eixo Rio-Brasília, existem cerca de trezentos quilômetros de documentos que abrangem quatrocentos anos de história do Brasil, em condições de conservação quase sempre precárias;

— o acesso físico e intelectual a estes documentos é extremamente restrito;

— cerca de 70% dos 454 arquivos federais visitados na cidade do Rio de Janeiro guardam documentos apenas de natureza administrativa (resultantes de ati-

vidades de meio), 5% de natureza técnica (resultante de atividades-fim) e 25% de ambos os tipos;

— os arquivos correntes acumulam grandes volumes documentais, cujo uso administrativo não se faz mais necessário, em função da ausência de diretrizes para avaliação e transferência;

— no Rio de Janeiro, apenas 37% dos arquivos afirmam eliminar documentos; destes, só 5% possuem tabelas de temporalidade. Em Brasília, 48% dos arquivos visitados afirmam eliminar documentos; destes, 21% possuem tabela de temporalidade. Tais tabelas são, em geral, mal elaboradas, pois, mesmo quando existem comissões de avaliação, estas são formadas por pessoal pouco capacitado;

— quanto a recursos materiais, os espaços são insuficientes e pouco otimizados, bem como o mobiliário e meios de acondicionamento, além da carência de equipamentos;

— quase 90% não possuem códigos de classificação de documentos por assunto, isto é, de acordo com as estruturas e funções dos órgãos produtores;

— apesar da crescente utilização de técnicas micrográficas, tal uso colide, muitas vezes, com uma perspectiva preservacionista e mesmo administrativa, principalmente quando ocorre a substituição do original sem avaliação prévia. Por outro lado, microfilma-se com frequência e de maneira desnecessária documentos cujas informações não são relevantes em nível administrativo ou para a pesquisa científica.

Em que pese a indigência orçamentária dos arquivos públicos brasileiros, trata-se de instituições deficitárias para os cofres públicos, pois sua condição nem sempre permite atender de forma razoável às demandas da pesquisa científica e outros usos sociais (funções estas que não podem ser mensuradas, em termos de rentabilidade financeira) nem atuar como órgão de apoio à administração pública, mediante atividades mínimas de gestão de documentos (função esta que pode objetivamente contribuir para a diminuição do déficit público do aparelho de Estado).

Por tudo isso, talvez se possa afirmar que o custo público da informação na administração pública do Brasil é talvez mais caro para a sociedade do que nos E.U.A., no Canadá e em outros países que desenvolvem programas de gestão de documentos. E, portanto, a sua implementação que permite às instituições arquivísticas públicas se modernizarem, assumindo novas funções e se tornando, também, menos deficitárias.

Que gestão de documentos podemos nós, profissionais dos arquivos públicos brasileiros, oferecer à administração pública?

Resultado das demandas de administrações públicas como os E.U.A. e o Canadá, a aplicação dos princípios teóricos da gestão de documentos envolve, necessariamente, a construção de metodologias específicas, compatíveis com a tradição histórico-administrativa do país. Se as experiências internacionais neste campo constituem um marco referencial e fonte de inspiração para as nossas reflexões, cabe aos arquivos públicos brasileiros, por meio de seus profissionais, juntamente com os administradores públicos, voltar-se para a produção do conhecimento indispensável à implementação conseqüente de programas de gestão de documentos. É preciso, portanto, realizar experiências metodológicas em diversos níveis (o da macro e o da micro-arquivísticas, segundo Matta Castillón), tendo como requisitos fundamentais:

— um profundo conhecimento dos elementos característicos da administração pública brasileira: sua complexidade, diversidade, evolução e, sobretudo, suas demandas;

— condições mínimas necessárias quanto a legislação, recursos humanos e materiais, com vistas à implementação de políticas públicas nesse campo.

Em função de nossos contatos e experiências junto à A.P.F., alguns aspectos em especial parecem requerer um grande esforço de construção metodológica e implementação na administração pública brasileira por parte de arquivistas e administradores. Neste sentido, vale destacar:

— a elaboração de diretrizes no tocante ao recebimento, classificação, tramitação e arquivamento de documentos de uso corrente;

— a elaboração de procedimentos básicos que permitam avaliar e selecionar grandes e variados acervos desorganizados, considerando-se a escassez quantitativa e qualitativa de recursos humanos especializados para este fim.

Cabe ressaltar também a necessidade de se elaborarem procedimentos básicos que possibilitem a recuperação de informações contidas em grandes volumes documentais de valor intermediário e permanente, acumulados de forma dispersa pelos órgãos públicos, a maior parte de maneira desorganizada ou organizada inadequadamente. Há outros tópicos a serem priorizados como objeto de normatização por parte dos arquivos públicos:

— a transferência de documentos para arquivamento intermediário e recolhimento para guarda permanente;

— a gestão dos depósitos de documentos dos órgãos públicos, que, em geral, recebem sem critérios documentos provenientes dos arquivos correntes;

— o uso racional de modernos recursos tecnológicos, como a micrográfica e a informática;

— um estudo do perfil do usuário da informação arquivística na administração pública, ou seja: quem a produz, por que razão, em quais condições e como e quando necessita desta informação ao longo do processo decisório.

Ao contrário dos países onde a gestão de documentos se desenvolveu como teoria e prática, no Brasil são os arquivos públicos que, com vistas à sua modernização, se dirigem à administração pública com projetos que objetivam a adoção de elementos básicos da gestão de documentos. É o caso do Arquivo Nacional, ao realizar uma experiência piloto no Minagri e que atualmente desenvolve um projeto semelhante na Superintendência do Rio de Janeiro e na Direção-Geral do I.N.P.S.

Tais iniciativas parecem-me oportunas e imprescindíveis. Entretanto, para que sejam realmente produtoras e, sobretudo, ampliáveis a médio e longo prazos, um desafio se coloca: a própria administração pública. Somente para uma administração pública comprometida com os serviços que deve prestar à sociedade, terá relevância a adoção de padrões mais eficazes, seja para a gestão de documentos, para a gestão orçamentária ou de recursos humanos. Como nos indica o cientista político Sérgio Abranches, o problema do setor público é um problema ético: "O Estado somente se justifica pelas obrigações coletivas a que atende".

Até mesmo na aplicação de um programa mínimo de gestão de documentos, tal como propõe a Unesco (elaboração de programas de avaliação e recolhimento sistemático aos arquivos públicos), seu sucesso pressupõe obrigatoriamente o reconhecimento pela administração pública de suas necessidades básicas nesta área e de atitudes governamentais transformadoras. É, portanto, a dinâmica do

processo histórico em curso no Brasil que definirá de fato as possibilidades de um trabalho de gestão de documentos na administração pública federal.

Para concluir, gostaria de afastar qualquer impressão de pessimismo que eu possa ter veiculado neste artigo. Ao contrário, como cidadão e profissional de arquivo, citando a canção de Milton Nascimento, que Elis cantou, "falo assim sem tristeza, falo por acreditar que é cobrando o que fomos que iremos crescer".

Bibliografia

- DICTIONARY of archival terminology: english and french; with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish = Dictionnaire de terminologie archivistique, comp. by Frank B. Evans, François J. Himly and Peter Walne. München; New York; London; Paris: Janv., 1984. 226 p. (ICA Handbooks series; v. 3).
- EUROPEAN ARCHIVAL CONFERENCE ON THE CREATION AND ORGANIZATION OF CONTEMPORARY RECORDS (1985: Budapest). Proceedings... s.n.t. 206 p.
- RICKS, Arnel. *La administración de documentos como función archivística*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (8º : 1976: Washington) 1976, 29 p.
- RHOADS, James B. *La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información: un estudio del Ramp*. Paris: Unesco, 1983, vi, 48 p. (Unesco. PGI-83/WS/21).

Abstract:

The concept of administration of documents is object of controversies and already restrict, as experience, to few countries. The application of their theoretical principia involves specific methodologies, compatible with the historical-administrative tradition of the country. The article approaches the serious situation of the Brazilian archival patrimony since the historical antecedents of the administration of documents in archives of Europe and the United States, besides considerations from Unesco.

Résumé:

Le concept de gestion des documents est en butte à des controverses et encore limité, comme expérience, à peu des pays. L'application de ses principes théoriques enveloppe méthodologies spécifiques, compatibles avec la tradition historique-administratif du pays. Cet article aborde la grave situation du patrimoine archivistique brésilien à partir de les antécédents historiques de la gestion de documents dans les archives d'Europe et des E.U.A., aussi bien que des considérations de la Unesco.

Política municipal de arquivos: considerações sobre um modelo sistêmico para a cidade do Rio de Janeiro

Helena Corrêa Machado
*Diretora do Arquivo Geral
da cidade do Rio de Janeiro*

Introdução*

Despertar o interesse do governo municipal pelos arquivos a ele subordinados é uma das metas deste artigo. No momento em que o anseio democrático se faz cada vez mais presente, a democratização da informação torna-se uma exigência e uma necessidade. Sendo o Brasil um país reconhecidamente desmemoriado, os documentos do passado mais distante conservaram-se, via de regra, nos arquivos públicos. Trata-se de uma memória parcial, sem dúvida, mas que se reveste de maior importância por ser praticamente a única que foi preservada. E mais: é direito do cidadão obter acesso pronto e eficiente às ações do poder público, como é dever desse mesmo poder garantir, à sociedade, o acesso às informações relativas a sua administração, de modo a se construir uma interação dinâmica entre governantes e governados.

Por outro lado, na luta pelo progresso dos arquivos municipais, não de ser compreendidas algumas razões que determinam o alto índice de desconhecimento dos benefícios que esses arquivos podem garantir à sociedade, compreendidos: governo e comunidade. E aqui cabe a indagação: se de maneira geral os arquivos brasileiros que têm, por sua natureza, uma expressiva relação orgânica com as instituições, em cujo contexto se encontram, não apresentam um desempenho eficaz, o que dizer daqueles da área municipal?

O subdesenvolvimento na área documental dos municípios talvez se explique, em parte, pela tendência crescente observada entre os cidadãos brasileiros de não valorizar devidamente a administração local. Afinal, a guinada centralizadora levada a cabo pelo Poder Executivo federal, a partir da década de 1930, não cessou de se intensificar, em especial na vigência dos governos militares. Nes-

* Nas considerações preliminares à abordagem do tema política municipal de arquivos, é de se esclarecer que o contexto se baseia, tanto na experiência adquirida ao longo da vida funcional da autora no Rio de Janeiro — estado e município —, quanto em decorrência de sua participação, como consultora técnica, nos encargos de implantação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 2	p. 1-123	jul.-dez. 1987
--------	----------------	------	------	----------	----------------

se contexto, o poder local, consideravelmente esvaziado em suas prerrogativas político-administrativas e carente de autonomia no plano econômico, tornou-se um arremedo de si mesmo e incapaz, portanto, de se firmar perante a sociedade.

No caso do Rio de Janeiro, outros elementos podem ser acrescentados. Tendo sido capital do Brasil por quase dois séculos, desenvolveu-se na cidade uma mentalidade cosmopolita, mais interessada nas questões nacionais do que naquelas propriamente locais, uma vez que as duas esferas quase se confundiam, numa apreensão imediata. E mesmo perdendo aquela situação privilegiada, o Rio de Janeiro manteve, ainda, por algum tempo, um estatuto especial, se confrontado às demais cidades brasileiras. Tudo isso dificultou a formação, entre os cariocas, de uma consciência puramente local.

Assim, o Rio de Janeiro, embora tenha sido uma cidade favorecida pela convivência com o poder político-administrativo de âmbito nacional, não escapou à regra geral que condenou os arquivos locais brasileiros à desorganização, dispersão e até destruição física. Tal descaso impediu que se construísse a memória da administração pública numa perspectiva global, privando os cidadãos, muitas vezes, de comprovarem seus direitos e de formularem uma visão crítica em relação aos governantes, dada a fragmentação ou mesmo inexistência de informações acessíveis.

Breves considerações sobre os arquivos da administração local

Como é sabido, no período colonial a administração local estava a cargo das câmaras, sendo que as Ordenações filipinas acentuaram seu caráter administrativo, em detrimento das atribuições judiciárias. Quanto à documentação produzida pelo exercício do poder, aquelas Ordenações, em 1603, já determinavam: "E farão guardar em uma arca grande e boa todos os forais, tombos e privilégios pertencentes ao Concelho." Havia, portanto, um sentido de preservação documental, embora essa missão fosse exercida para uso dos governantes, posto que o acervo permanecia fechado em cofre.

Já no primeiro Império, a lei de 1º de outubro de 1828, que criava as câmaras municipais no contexto do Brasil independente, ocupou-se também dos documentos acumulados pelo poder local, observando que "os vereadores mandarão fazer os cofres e os armários precisos, não os havendo, para a guarda dos documentos das eleições, escrituras e mais papéis que formam o arquivo da câmara, e aonde tenham os livros das vereações, tombos e quaisquer outros".

Dez anos depois era criado o Arquivo Nacional, cujo surgimento pode ser associado à aparição, na mesma conjuntura, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1939), dentro de um projeto mais amplo, elaborado pelos construtores do Império brasileiro, de legitimar o Estado, que se organizava antes mesmo de se ter a nação.

Ao longo do Império não se registraram avanços significativos em termos legais quanto à prática de arquivamento. Com a adoção do regime republicano e a conseqüente divisão de poderes, os arquivos locais, antes intimamente associados às câmaras, passaram à esfera do Poder Executivo, pois as referidas câmaras vieram a constituir o Poder Legislativo. É somente a partir da República que se deu a institucionalização da preexistente função de arquivar, criando-se unidades orgânicas específicas em algumas diretorias da Intendência e, mais tarde, nas secretarias da prefeitura.

Esses arquivos foram, entretanto, posicionados em nível hierárquico insignificante, só alcançando algum relevo na década de 1940, quando Noronha Santos, chefe de seção do antigo Departamento de História e Documentação (D.H.D.), da então Secretaria de Educação e Cultura, chamou a atenção para a importância histórica do acervo documental já existente. Nessa época registraram-se alguns recolhimentos e publicação de inventários, apesar de os arquivos administrativos, do então Distrito Federal, não terem merecido qualquer atenção, situação compreensível para o saber da época.

O arquivo do referido D.H.D., considerado histórico, não se correspondia, senão vagamente, com os outros órgãos de produção, tramitação e guarda de documentos, embora os arquivos administrativos tivessem seu número aumentado, em face da expansão dos serviços municipais dentro de uma prefeitura *sui generis*, ligada à capital do país até 21 de abril de 1960, quando se transformou em estado da Guanabara.

A partir daí, até a fusão do citado estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975, alguns órgãos de documentação obtiveram um grau melhor de atenção com o aumento de conhecimentos arquivísticos, adquiridos por estudiosos da matéria, principalmente no Rio de Janeiro. Esse pequeno progresso, no entanto, não foi de monta para erradicar o anacronismo dos arquivos municipais.

Com a criação do município do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975, herdou a prefeitura a situação descrita, sobretudo o estado precário de conservação do acervo. Felizmente, no primeiro governo municipal, pós-fusão, um grupo de servidores sensibilizados com a questão, tendo à frente Lia Temporal Malcher, conseguiu persuadir a administração superior da necessidade de construir um prédio especialmente destinado ao arquivo principal da cidade.

A base física — na Cidade Nova — para o arquivo permanente representou uma importante conquista ao serem inauguradas as novas instalações, em março de 1979. No novo prédio, o valioso acervo, salvo de incêndios e outros sinistros, inclusive de numerosas mudanças político-administrativas, começou a ser realmente preservado.

Tais instalações, entretanto, são suficientes apenas para começar, uma vez que, a essa altura, já se haveria de cogitar da construção de prédio para depósito intermediário. Trata-se de uma expansão indispensável ao atendimento a ser dado, quando se intensificar a ação para 'fora' do Arquivo da Cidade, visando a resgatar a documentação que se acha indevidamente acumulada nos departamentos que integram a estrutura da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Convém ressaltar que essa conquista deveria ser seguida da obtenção de suportes básicos, compatíveis com as complexas competências do órgão, em especial quanto a posicionamento e estrutura, com vistas a um funcionamento sistêmico, quadro de carreira de cunho técnico-cultural e administrativo, dotações orçamentárias capazes de permitir o desenvolvimento arquivístico, alicerçados em pesquisa histórica abalizada. É verdade que o quadro de carência persiste até hoje, embora venha sendo minimizado aos poucos pelas equipes do Arquivo, que, apesar de reduzidas numericamente, se esforçam para adquirir conhecimentos técnicos.

Se o arquivo mais importante da cidade está longe da eficiência, como situar as inúmeras unidades de arquivo dispersas pelas repartições da prefeitura? O mínimo que se pode dizer é que permanecem desorientadas, soltas no espaço,

sem saber o que fazer dos acervos, que crescem sempre. Exceção se faz a algumas que já pediram auxílio ao próprio Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro para equacionar os problemas de destinação dos documentos acumulados.

Isto posto e a despeito dos aspectos negativos apontados, considera-se positiva a existência de sensibilidade para detectá-los e, assim, tornar viável a reversão desse quadro. Nesse sentido, três frentes básicas não de ser desenvolvidas:

a) criação do tratamento técnico do acervo arquivístico do poder público municipal, já sob custódia do Arquivo da Cidade, visando a colocá-lo ampla e democraticamente à disposição dos usuários;

b) criação do sistema municipal de arquivos, com destaque para a racionalização dos arquivos administrativos situados nas repartições, implicando a adoção do sistema a existência de estrutura e competências compatíveis com a complexidade das ações dele decorrentes;

c) aprimoramento das atividades de pesquisa, não só como apoio aos encargos técnicos, mas tendo em vista, também, o registro da memória da cidade sob diferentes aspectos e abrangendo diversos segmentos sociais, de modo a fortalecer o vínculo que deve existir entre o arquivo e a comunidade.

No final deste item, a lembrança do conhecido dilema da esfinge e seu mistério vem à tona e, assim, no caso, a famosa pergunta muda para "ou me assumo como arquivo ou me anulam".

Importância das diretrizes normativas abrangentes na administração municipal

Num registro bastante preliminar, tenta-se apontar causas e efeitos referentes à precária situação arquivística detectada. Para estabelecer, entretanto, as estratégias necessárias à superação do presente *status quo* e chegar à dimensão social que os arquivos devem ter numa sociedade que se esforça para sair do Terceiro Mundo e, ainda, recuperar o título de principal centro cultural do país, é preciso deixar de lado objetivos românticos, que correm o risco de permanecer na aspiração. Neste sentido, passa-se a alinhar algumas questões que se pretende sejam diretrizes, itens menores, dentro do contexto mais amplo da política municipal de arquivos.

Mestre Aurélio Buarque de Holanda diz que as diretrizes se constituem "num conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, um negócio etc." No caso presente, cabe oferecer indicações, pilares sobre os quais se deve assentar a política de arquivo em questão. Antes, porém, é preciso ordenar as principais causas da situação negativa em pauta:

a) desinformação dos governantes e da comunidade em geral sobre o papel dos arquivos no desenvolvimento sócio-cultural da cidade;

b) idem, quanto ao alheamento que respeita a ligação entre os arquivos e a explosão da informação que, nas sociedades desenvolvidas, constitui mola propulsora de avançada tecnologia (reprodução, informática etc.), tão fascinante para os executivos;

c) ausência de profissionais dos quadros de carreira da área de documentação, principalmente arquivistas, não devendo ser excluídos os especialistas em pesquisa histórica;

d) desorientação na escolha de dirigentes da área pela inobservância de qualificações e/ou experiências técnico-culturais mínimas para dar embasamento ad-

ministrativo, garantindo, assim, o cumprimento dos ideais democráticos. E, também, *last but not least*, conhecimento da finalidade e objetivos, sobretudo dos benefícios a serem alcançados pela atuação dos arquivos:

e) desinteresse dos administradores, pesquisadores e de outros usuários em relação aos protocolos e arquivos correntes, como se neles não se iniciasse a trajetória dos documentos, fundamental tanto para as comunicações administrativas, como para a memória do poder público, espelho, afinal, do que ele fez ou deixou de fazer pela cidade;

f) ausência de participação dos usuários da documentação permanente nos programas arquivísticos;

g) descaso com a estrutura organizacional dos arquivos;

h) atraso em implantar a forma sistêmica de administração de arquivos de acordo com a 'teoria das três idades', fórmula preconizada pela arquivologia contemporânea.

Pelos quatro primeiros indicadores, ressalta-se que o fator humano ocupa os primeiros lugares, confirmando que, realmente, o homem é a medida de todas as coisas.

A partir dessa óptica, mostrada através das causas apontadas, como saneamento devem ser entendidas as seguintes diretrizes:

a) desenvolvimento de forte programa de sensibilização da sociedade como prioridade para a cúpula governamental, face a formas criativas de demonstração da importância da atividade, como apoio às de educação, saúde, obras, transporte etc.;

b) criação de um quadro de carreira compatível com as finalidades dos arquivos;

c) conquista de um consenso para a escolha de dirigentes no preenchimento de cargos de confiança da área, como acontece em outros campos profissionais;

d) implantação do sistema municipal de arquivo subordinado aos objetivos democráticos da prefeitura, lidos no *slogan* de suas placas: "governo e comunidade";

e) adoção de mecanismos apropriados para o desenvolvimento de projetos voltados para a conquista de recursos, sejam técnicos ou financeiros, advindos de outras instituições, tanto oficiais quanto privadas;

f) estabelecimento de um esquema de permanente retroalimentação para evitar a eutropia na execução da administração sistêmica.

Enfim, o importante nessas propostas é tornar as diretrizes exequíveis, com a máxima de que, escolhido o caminho, se deve pagar o preço.

Roteiro de sugestões sobre as principais estratégias para a adoção de uma política municipal de arquivos

Com base nas diretrizes apontadas, traz-se ao debate itens do plano de ação, em forma de roteiro.

Etapa preliminar

a) instituição de equipe especial, interdisciplinar, de alto nível, em que não faltem membros das áreas de arquivo, história, planejamento, jurídica, administrativa e também das secretarias municipais referentes às atividades-fins;

b) planejamento e execução de programa de conscientização de autoridades governamentais dos escalões superiores no que concerne à já referida contribuição dos arquivos no desenvolvimento sócio-econômico-cultural do município;

c) *idem*, quanto a determinados segmentos sociais, tais como associações, grupos empresariais etc.

Primeira etapa

a) instituição de equipe técnica, com representação das secretarias municipais, aproveitando, se possível, os membros da equipe especial;

b) objetivos gerais da equipe técnica:

— no momento em que os instrumentos para o desenvolvimento de uma política têm de ser escolhidos, os recursos comandam essa decisão. Não havendo impedimento, a implantação da administração sistêmica para o funcionamento da rede de arquivos é, de longe, a melhor ferramenta. Caso contrário, outras alternativas poderiam ser estudadas, as quais seriam consideradas como preparação para a adoção do sistema, numa fase mais favorável. Neste sentido, os referidos objetivos gerais relacionam-se à escolha da melhor estratégia, admitindo alternativas;

c) estratégia principal:

— criação do Sistema Municipal de Arquivos;

d) alternativas:

— verificado não ser possível desenvolver, de saída, a estratégia principal, o objetivo deve ser fracionado conforme as seguintes alternativas:

• revitalização do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, visando a prepará-lo para atuar efetivamente como órgão-chave da política municipal de arquivos;

• racionalização dos arquivos correntes, incluídos os protocolos gerais.

e) objetivos imediatos:

— escolhida a estratégia inicial, ou seja, se Sistema, Arquivo da Cidade ou arquivos correntes, seguem-se as medidas abaixo:

• estabelecer os mecanismos necessários ao planejamento e execução. Nessa abordagem incluem-se o estudo e a fixação da abrangência das ações, as fontes de recursos humanos e financeiros;

• efetivação de entendimentos voltados para a obtenção de recursos, pelas dotações orçamentárias municipais, convênios, cooperação técnica, fundo etc.;

• confirmação ou reformulação sobre a abrangência do plano diante dos recursos disponíveis;

• elaboração do plano inicial;

• preparação dos atos a serem baixados para a fase de pré-execução.

Segunda etapa

Pela ordem, começa-se pelo que se resolveu chamar da melhor estratégia.

a) Sistema Municipal de Arquivos:

— recrutamento e treinamento do pessoal a ser envolvido no projeto;

— levantamento de dados gerais sobre os arquivos existentes nas repartições municipais (subordinação, pessoal, procedimentos gerais etc.);

— análise e tabulação dos dados coletados;

— elaboração e divulgação do diagnóstico;

— debate com autoridades municipais e técnicos ligados à implantação do sistema;

— elaboração do projeto de implantação do sistema, abrangendo:
 — estabelecimento da estrutura do sistema e dos principais órgãos integrantes;
 — idem, quanto a competências e formas de articulação do órgão central com os setoriais;

— debate entre a comunidade arquivística e afins, sobretudo com administradores;

— aprovação do projeto mediante publicação do ato instituidor do sistema;
 — estabelecimento da metodologia de implantação do sistema;
 — formação das equipes necessárias à execução administrativa e técnica;
 — treinamento da equipe com ênfase em processos de integração e de utilização de estratégias comportamentais que reduzam o grau de defesa das pessoas envolvidas;

— estabelecimento de cronograma de trabalho;
 — reformulação, se for o caso, das propostas anteriores;
 — elaboração e/ou indicação de normas, principalmente para classificação, utilização do acervo, avaliação etc.;

— gestão de documentos: esta etapa, também conhecida como administração de documentos, trata do estabelecimento da ligação com as unidades de organização administrativa, visando a oferecer subsídios resultantes da análise dos documentos, principalmente na atividade de avaliação, para minimizar falhas na emissão, tramitação e guarda dos mesmos.

Finda a fase de implantação, isto é, obtido o funcionamento de todas as atividades previstas, pode-se considerar atingido o objetivo do projeto. Nesse caso, a fase do acompanhamento que, aliás, permeia toda a sua execução, garantindo-lhe a dinâmica e impedindo desvios, cresce de importância face à necessidade de impedir que a desorganização atinja o sistema. Os mecanismos permanentes e formais de acompanhamento — relatórios globais ou parciais, reuniões de coordenação, visitas etc. — *devem ter em mira o princípio da eutropia nas organizações, muito bem explicado pela expressão 'se funciona é obsoleto'.*

b) alternativas:

Conforme idéia já exposta, devem agora ser enfocadas as alternativas, caso não seja possível começar pela implantação do sistema.

— alternativa 'a':

Revitalização das atividades do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Este projeto deve ter, como medidas fundamentais, os seguintes encargos:

- fixação de finalidades;
- reformulação da estrutura organizacional;
- indicação de competências e atribuições;
- composição do quadro de pessoal.

No tocante ao órgão central, para que o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro possa desempenhar tal papel é preciso vencer o atraso, quase secular, em relação ao processamento do seu acervo. Nesse caso, as prioridades não podem deixar de ser as de:

• dinamização do processamento do acervo (arranjo, preparo de instrumento de pesquisa, informatização, conservação, reprodução etc.);

- resgate da memória da cidade (instruções para a destinação, com vistas a aplicá-las nos seus projetos de transferência e/ou recolhimento);
- obtenção de espaço para instalação do arquivo intermediário, a fim de que o órgão possa executar as transferências que se fizerem necessárias;
- manter programas de treinamento e acompanhamento de forma permanente visando, sobretudo, a otimizar o nível de motivação.

— alternativa 'b':

Essa segunda proposta refere-se à racionalização dos arquivos correntes, incluindo os protocolos e abrangendo as seguintes ações:

- identificação das unidades de arquivo corrente e protocolo em cada secretaria;
- análise do funcionamento dessas unidades no contexto das comunicações administrativas;
- elaboração de instruções para implantação de procedimentos reacionais, com a participação dos órgãos envolvidos, principalmente em relação às atividades de recebimento, classificação, registro, movimentação, guarda, empréstimo, avaliação e transferência;
- treinamento do pessoal;
- montagem de esquema para acompanhamento permanente, objetivando detectar as áreas-problemas e o nível de confiabilidade das informações, bem como o aproveitamento, ao máximo, do potencial de informações geradas pelos arquivos correntes.

Itens de destaque na montagem do sistema municipal de arquivos

Por se considerar a forma sistêmica a mais apropriada para conduzir a política de arquivos do município, volta-se a essa questão, alinhando, a seguir, os aspectos de destaque.

Das finalidades e abrangência

- a) promover condições de integração racional das ações de:
 - preservar, garantir acessibilidade e recuperação da informação no que se refere à documentação produzida, recebida e acumulada pelo poder público municipal;
 - idem, no que se refere à produção de fontes não convencionais para o registro da memória da comunidade em geral.

Quanto à abrangência, esta seria demarcada obedecendo-se ao princípio da conveniência e oportunidade administrativa, inclusive no que diz respeito à centralização ou descentralização da administração municipal.

Aspectos principais da estrutura do sistema

São usuais na estrutura dos sistemas a existência dos seguintes órgãos: central, setoriais e consultivo.

- a) unidades do órgão central:
 - executivas:
 - arquivo permanente;
 - arquivo intermediário;
 - apoio técnico;
 - apoio cultural;
 - apoio administrativo (incluindo uma unidade de arquivo corrente específico do órgão).

- sistêmicas:
- apoio normativo;
- apoio à destinação.

b) unidades dos órgãos setoriais:

Antes de fazer a indicação, é necessário tecer alguns comentários. Em princípio, os órgãos setoriais deveriam ser todos aqueles já existentes nas secretarias municipais. Todavia, para atender aos pressupostos do alcance de controle da complexa ação sistêmica, torna-se imprescindível considerá-los de dois tipos: *arquivo geral*, em cada secretaria, e *arquivos correntes*, comuns, de menor porte, localizados junto aos departamentos.

Por oportuno, convém esclarecer que essa é uma medida calcada na proposta incluída, em 1987, na publicação *Diagnóstico da situação dos arquivos do estado de São Paulo*, ressaltando-se que se trata de proposição que exige grande esforço de persuasão, pois implica aumento de despesa.

- arquivo geral (das secretarias municipais):
 - orientação técnica;
 - cadastro e destinação;
 - depósito intermediário.
- arquivos correntes (comuns):

No caso dessas unidades, não devem ser as mesmas especificadas pelo sistema, pois dependem das possibilidades administrativas dos órgãos em cuja estrutura estão inseridas. Cabe, apenas, aos arquivos gerais, sugerir alterações para corrigir distorções porventura existentes.

c) composição do órgão consultivo (membros):

- dirigentes do órgão central;
- dirigentes dos arquivos gerais;
- representantes dos secretários de Cultura, Planejamento, Administração e Procuradoria Geral;
- representante da Associação dos Arquivistas Brasileiros;
- representantes de cursos superiores de arquivo;
- representantes da Associação Nacional dos Professores Universitários de História/RJ.

Competências do sistema

Com base nas finalidades do sistema que, resumidamente, são as de garantir a articulação do funcionamento dos arquivos municipais, integrando as ações de preservação e utilização racional do patrimônio arquivístico, podem ser indicadas as principais competências.

a) itens importantes das competências do órgão central:

- nessas disposições devem constar não só aquelas de execução interna como, sobretudo, as do trabalho voltado para fora, isto é, normas e assistência técnica. Assim, atividades de normalização, cadastramento e de articulação têm lugar destacado nessas competências:
- o órgão central deve promover integração, por intermédio de normas e de orientação técnica, onde o fluxo racional de informações para alimentação do sistema esteja também previsto;

— enfim, as competências do órgão central têm de abranger toda a comunicação administrativa e memorização histórica, via documento produzido e acumulado pela administração municipal.

b) destaques nas competências dos órgãos setoriais:

— com base na diferença apontada anteriormente, para as unidades de arquivos administrativos, os comuns e os gerais, as competências poderão ser as que se seguem:

- competências dos arquivos correntes, comuns: a essas unidades devem ser atribuídos os encargos inerentes aos protocolos e arquivos correntes, isto é, recebimento, classificação, registro, movimentação, guarda, avaliação e operações de destinação, distinguidas as ligações com os órgãos integrantes do sistema;

- competências dos arquivos gerais de cada secretaria: as melhores e mais atualizadas sugestões estão registradas na já citada publicação *Diagnóstico da situação dos arquivos do estado de São Paulo*, a seguir transcritas:

Artigo 8º (...)

I — identificar, orientar tecnicamente e controlar a implantação de programas, diretrizes e normas básicas emanadas do órgão central do S.A.E.S.P. no âmbito das respectivas secretarias de estado e autarquias;

II — identificar problemas e apresentar propostas do órgão para elevar o nível de eficiência da execução das atividades arquivísticas;

III — estabelecer, em conformidade com as respectivas secretarias e autarquias, normas complementares às emanadas do órgão central sobre recepção, tramitação, arquivamento, preservação e transferência dos documentos, bem como orientar e controlar seu cumprimento;

IV — participar do processo de avaliação dos documentos arquivados e da elaboração dos planos de destinação, no âmbito das respectivas secretarias e autarquias;

V — propor medidas para garantir o funcionamento e aprimoramento do S.A.E.S.P. no âmbito das respectivas secretarias e autarquias;

VI — acompanhar e orientar a execução das atividades arquivísticas, de acordo com as normas estabelecidas;

VII — prestar ao órgão central informações sobre as atividades arquivísticas desenvolvidas no exercício de suas atribuições.

No caso da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, acrescenta-se a essas competências: "X — receber por transferência, em seu depósito intermediário, conjuntos de documentos que, embora não mais recebam consulta freqüente, ainda sejam consideradas de interesse administrativo."

- competências do órgão colegiado: em forma de comissão ou conselho, o colegiado, nas competências não podem deixar de estar incluídos os seguintes itens: fidelidade aos pressupostos básicos da política municipal de arquivos; estudo para obtenção de recursos extra-orçamentários, principalmente através de convênios, ajustes de cooperação técnica etc.; todas as incumbências de caráter consultivo que não tenham sido incluídas em outros órgãos do sistema.

Posicionamento

Preliminarmente, ocorre a indagação: em que secretaria deve estar colocado o órgão central? Claro que a subordinação à secretaria de atividade-fim, tais como Educação, Saúde, Obras etc., não seria adequada.

Hoje, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro integra a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura. Nada há de desaconselhável nisso, desde que as outras atividades culturais não se sobreponham às de arquivo; desde que os administradores da área de cultura não se esqueçam de que no ciclo arquivístico há uma idade administrativa de relevância, em analogia, aliás, com o ciclo vital do ser humano, facilmente compreendida quando nos lembramos que, se uma criança não recebe nutrição adequada na primeira infância, jamais será um adulto saudável.

Sobre o posicionamento propriamente dito, deverá o órgão central ter um nível estrutural compatível com suas competências complexas, em especial aquelas que são sistêmicas. Assim, de acordo com os escalões vigentes no município, o nível de departamento-geral corresponderia ao mínimo exigido, face às responsabilidades do órgão. No que se refere aos arquivos gerais, o nível de divisão corresponde também à posição mínima indispensável para seu desempenho.

Indicados os itens gerais de estrutura e competência, há de ser salientado, entretanto, que o trabalho aqui delineado tem de contar com um quadro de carreira capaz de dotar, tanto o órgão central quanto os órgãos setoriais, de pessoal especializado para executar o planejamento em pauta.

Por outro lado, deve-se ressaltar que o pessoal envolvido em trabalho sistêmico precisa ser expressivamente orientado para o desempenho colaborativo e consensual. Essa orientação terá como escopo minimizar a resistência à mudança, comportamento sempre presente quando se quer adotar procedimentos novos, notadamente os que se relacionam à integração.

Conclusões

Ao longo desta exposição, tentou-se demonstrar o lado prático e exaustivo das ações decorrentes de uma política de arquivos no contexto democrático, cuja importância social avulta quando se trata de uma municipalidade, tipo megalópole, como a do Rio de Janeiro.

O esteio político do trabalho arquivístico deve estar sempre presente nas ações envolvidas com as informações via documento de arquivo. Eis que no conhecido Projeto Cidadão, por exemplo, não pode estar ausente o equacionamento dos problemas causadores da desvairada *via crucis* que muitos munícipes enfrentam nas suas ligações obrigatórias com as repartições da prefeitura.

O mesmo acontece em relação à recuperação de dados referentes a projetos de obras, de educação, saúde etc., nos quais se sabe que o 'ensaio e erro' e o 'empirismo' muitas vezes decorrem da falta de condições de acessibilidade aos arquivos, repositórios dos documentos, os quais encerram justamente as informações que, além de simplificarem ações, podem reduzir custos.

Enfim, se *política e democracia* tanto figuram nos temas atuais, até porque são termos nascidos no mesmo berço grego, não há como deixar de inserir os arquivos da *polis* carioca nesse contexto.

A política municipal de arquivos deverá, pois, ter sempre evidente que seu objetivo maior é o *cidadão*, nos seus direitos e no resguardo de suas raízes históricas.

Abstract:

To arouse the interest of the local government by its archives, with subsidies to the adoption of a proper policy to the rational administration of the archival patrimony of Rio de Janeiro city, is the main aim of the article. Concerning to the policy, it attributes special distinction to the democratic presuppositions guiding the action of the archives in benefit of the citizens; in the directives, it emphasizes the objective actions, to the systemic pattern, based on the author's experiences, mainly the one that refers to the Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

Résumé:

Eveiller l'intérêt du gouvernement local à ses archives, avec des subsides pour l'adoption d'une politique adéquate à l'administration rationnelle du patrimoine archivistique de la Ville de Rio de Janeiro — voici le but principal de l'article. En ce qui concerne la politique, on fait mention spéciale aux présupposés démocratiques qui orientent l'action des archives au profit des citoyens; quant aux directives, on souligne les actions objectives, le modèle systématique, basé sur des expériences de l'auteur, notamment celle du Système des Archives de l'Etat de São Paulo.

Tratamento de fontes e reconstituição histórica a partir de acervos arquivísticos

Anna Amélia Vieira Nascimento
*Historiadora e pesquisadora do CNPq
Diretora do Arquivo do Estado da Bahia,
entre julho de 1979 e março de 1987*

É uma constatação essencial, resultante da prática e experiência da organização dos fundos documentais do Arquivo Público do Estado da Bahia, a de que somente um fundo de arquivo disposto em arranjos convencionais adequados poderá proporcionar uma pesquisa produtiva, um trabalho intelectual metódico e bem desenvolvido. Já foram observadas produções intelectuais originárias de documentação ainda sem a correta ordenação arquivística, que deixam a desejar e refletem a ausência dessa classificação, repercutindo diretamente na incorreta interpretação de seus dados para a formulação histórica. Falta-lhes coerência, conexão: as informações apresentam-se isoladas, soltas, sem um procedimento intrínseco que gera a continuidade e a unidade. Nem a precisa aplicação da metodologia da história supre a inexistência ou má classificação primeira dos acervos.

Um trabalho histórico fundamentado na disposição dos arranjos de documentos reflete, pois, inevitavelmente, a organização dos acervos consultados, em especial se essa elaboração for específica sobre determinado fundo ou organização administrativa do Estado. Será necessária, portanto, uma conjugação de esforços para a recuperação da memória histórica, os trabalhos em conjunto do arquivista e do historiador. Um não pode prescindir do outro.

Em primeiro lugar, surge o trabalho da organização dos acervos documentais. O arquivista debruça-se sobre os papéis, os documentos inumeráveis; realiza também uma tarefa da história, pois irá recompor a estrutura de órgãos da administração em épocas remotas, coloniais e provinciais ou mais recentes, republicanas. Deverá ler regimentos, consultar leis, traçar organogramas, bem como coejar incessantemente o levantamento ideal da estrutura organizacional da entidade em questão e os documentos, atestado único da verdade histórica. É um trabalho incansável, silencioso, anônimo quase, mas digno de todos os louvores.

Geralmente, em arquivos antigos do Brasil, fundados no século XIX, como o da Bahia, sem a correta classificação dos fundos documentais, conforme manda a arquivística moderna, encontramos distorções nesses arranjos de classificação e preservação. Os registros de alvarás, provisões e portarias estavam organiza-

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 2	p. 1-123	jul. dez. 1987
--------	----------------	------	------	----------	----------------

dos sob títulos específicos, cada um deles formando um conjunto, embora pertencentes a diversos fundos documentais, como os do Tribunal da Relação do Brasil e da Bahia, Secretaria do Governo, Governo do Estado do Brasil, Governo da Capitania da Bahia.

Há ainda outro problema, que necessita de solução. Os documentos oficiais da Bahia colonial existem na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, conduzidos para o Rio de Janeiro quando esses depósitos de arquivos brasileiros procuravam recolher a documentação das províncias. Torna-se indispensável, para a reconstituição de cada um desses fundos documentais como um todo, a indicação de quais são os documentos que se encontram fora da Bahia, mas no Brasil, e determinar sua localização. Seria também correto procurar informações e incluí-las na classificação das falhas e ausências de documentos, existentes, entretanto, em arquivos de Portugal e da Espanha. Além disso, muitos documentos foram perdidos, desaparecidos em invasões, como a dos holandeses, ou pela ação corrosiva e destrutiva do tempo, do descaso ou mesmo pela transferência de papéis de um para outro prédio.

É necessário, portanto, constatar a presença dos documentos que ficaram, sabendo-os poucos e dispersos, e dar proteção, restauração e classificação a esses e los com o passado histórico, atestados da memória cultural da Bahia.

Para a organização e classificação dos fundos documentais, as bibliotecas dos arquivos desempenham um grande papel. As consultas diversificam-se. No caso da Bahia, será necessária a investigação da bibliografia local. As *Memórias históricas da província da Bahia*, a *Notícia geral da capitania da Bahia*, as *Cartas soteropolitanas e brasílicas*, as *Falas dos presidentes da província*, as *Mensagens dos governadores da Bahia* são fundamentais, além dos mencionados regimentos e publicações da legislação colonial, provincial e republicana. A bibliografia nacional e internacional também deverá ser consultada, tal como: *Raízes da formação administrativa do Brasil*, de Marcos Carneiro de Medonça, *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*, coordenado pelo Arquivo Nacional, *Manuel d'archivistique*, da Associação dos Arquivistas Franceses, e tantos outros. Vale ressaltar que a bibliografia arquivística é quase inacessível na Bahia. Constitui, assim, um trabalho de equipe, dos arquivistas inter-relacionados com o grupo de pesquisa da biblioteca, impelindo-os a descobrir e congregar os documentos e integrá-los ao respectivo fundo documental. É muito importante a consulta da coleção do *Diário oficial* para a época da história republicana, sobre a qual os historiadores ainda não elaboraram estudos das leis que regem a organização administrativa do Estado. A ordenação dos fundos documentais das entidades criadas na época republicana depende do levantamento de suas estruturas e organogramas, essencialmente da publicação das leis, quando estas não são encontradas nos arquivos na sua forma primeira: o documento assinado pelo governador do Estado, sancionando sua criação e instituição.

Trata-se de um trabalho empolgante, quando todo o pessoal do arquivo se empenha conjuntamente, com uma mesma finalidade. O núcleo de pesquisadores se divide: as bibliotecárias fornecem os elementos básicos para a determinação e sucessivas transformações dos órgãos administrativos; os arquivistas coletam e classificam os documentos, ligando-os a determinado fundo documental. É uma tarefa coordenada e conjunta de bibliotecários, historiadores e arquivistas, que se congregam para a classificação maior e estrutural do arquivo, aquela que, na sua última finalidade, oferece elementos para os pesquisadores sociais,

da história, da economia, da sociologia, do direito, enfim, de toda uma gama de ciências humanas, que encontrarão no arquivo os documentos primeiros, necessários (e ordenados) para a divulgação e interpretação da memória do Estado.

As séries de documentos ligadas aos fundos documentais correspondem às primeiras divisões dos organogramas das entidades da administração e devem apresentar-se como um conjunto cronológico dentro do fundo documental. Tudo em arquivo é bom senso e ordem. Assim como a pesquisa e a organização dos fundos documentais devem ser encaradas como o desenvolvimento coerente de um trabalho em equipe, o mesmo acontece, atualmente, no sentido de uma íntima correlação entre o arquivo corrente, o intermediário e o permanente. Se bem organizados, os documentos fluem de um gênero para outro e entram no arquivo permanente de uma maneira fácil de serem dispostos e ordenados. Como tal situação não foi uma preocupação do passado, existe hoje em dia o real interesse na recomposição dos fundos documentais, como uma maneira direta de recuperação da memória do Estado.

A conscientização quanto à grande importância dos arquivos, dos documentos que atestam a memória da sociedade e do Estado e do patrimônio documental tombado é relativamente recente. A técnica arquivística genuinamente brasileira, com a recomposição dos fundos documentais de forma estrutural, começou no momento em que diretores do Arquivo Nacional, em contato com arquivos estrangeiros, principalmente da França e dos Estados Unidos, introduziram no Brasil as técnicas de arquivo metodizadas, desde o século XIX. Em linhas gerais, é importante tomar conhecimento dessas classificações estrangeiras e aplicá-las aos documentos brasileiros, desde que se observe e reflita que os arranjos dos documentos nacionais são estruturais em decorrência da própria gênese e organização da administração do Estado. A partir daí, desenvolveu-se no Brasil o estudo da organização dos arquivos, e já existe um corpo de técnicos especializados em determinar as exatas providências para bem ordenar os fundos arquivísticos.

O instrumento de pesquisa que procurávamos implantar na Bahia era um inventário sumário, analítico, dos fundos documentais. Cada livro e cada maço foi revisado e classificado conforme seu fundo. Foram organizadas as séries e até subséries, como no caso dos documentos provinciais, cujo fundo documental é a Presidência da Província, pois se compõe, especialmente, de correspondência recebida e minuta de correspondência expedida, sendo a menção da subsérie importante porque determina a origem dos ofícios recebidos.

Outra questão de grande relevo diz respeito aos inventários, autos cíveis e autos criminais recolhidos no Arquivo Público, tornando-o depositário dos documentos judiciais. Sem dúvida, é uma fonte inesgotável de riqueza cultural e histórica. Sem dúvida também, é um problema que se apresenta. A classificação cuidada até então foi a da Vara de Família e Sucessões — os inventários —, devido à procura assídua desses documentos, não só pelos que desejavam assegurar suas heranças nos espólios e determinar cadeias sucessórias, como pelos pesquisadores da história social quantitativa. Entretanto, esses documentos deveriam ser seriados conforme as Varas de onde provêm: de Famílias e Sucessões, Cíveis, Crimes, Órfãos e Ausentes, Fazenda Estadual e Municipal, Comercial e outras, recompondo-se toda a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, herdeiro do Tribunal de Relação do Brasil.

Esse fundo, de uma grandiosidade ilimitada, deveria ser abrigado em prédio separado, diante da constante estreiteza de espaço do Arquivo da Bahia, des-

de sua criação aos nossos dias, constantemente necessitado de maiores áreas para conter o acervo do Estado. Separado o Tribunal de Justiça, fundo aberto e o maior recolhedor de documentos de arquivo, essa memória ficaria melhor preservada e classificada, podendo tornar mais acessíveis os documentos àqueles que consultam os acervos da justiça.

Um grande problema apresentado na área dos arquivos em geral e muito importante para sua correta classificação é o de recursos humanos. Nos dias atuais, quando os arquivos estrangeiros cuidam das trocas de documentos de interesse mútuo, mediante microfilmagem, quando ingressam na área da informática para a recuperação da informação, quando dão grande atenção aos arquivos especiais, no Brasil os arquivos estaduais não estão com sua classificação concluída de acordo com as técnicas modernas. Isso se deve em grande parte pela ignorância dos métodos, em grande parte pela decorrência da falta de pessoal especializado.

O extenuante trabalho dos arquivos impõe atenção, reflexão, paciência, maturidade, conhecimentos da história administrativa. Tem por isso mesmo poucos adeptos, e os interessados não possuem formação de nível superior para uma compreensão mais ampla da importância dos arranjos de arquivo, um entendimento mais profundo de sua organização estrutural. Seriam necessários cursos de arquivística de nível superior nas nossas universidades, pois arquivos desamparados e descuidados existem pela Bahia e pelo Brasil, e arquivistas competentes faltam, sendo essa uma das razões pela qual chegamos ao abandono dos arquivos brasileiros, principalmente no interior dos estados.

O problema de arquivos no Brasil é muito importante e bem complexo, mais do que se apresenta superficialmente. A preservação da memória documental torna-se hoje difícil e mesmo impalpável, com o hábito de as pessoas destruírem os arquivos, quando abandonam os cargos públicos; devido à resistência que oferecem os administradores públicos em colaborar na organização dos arquivos correntes e intermediários; devido às distâncias deste grande país e até do estado da Bahia, com acervos importantes dispersos e mal amparados; e, principalmente, devido à pouca importância que o governo dá à preservação da memória escrita, considerada como depósito de 'papéis velhos', somente lembrada em casos de necessidade urgente, de informação administrativa e burocrática. Trata-se de uma situação que precisa mudar.

É importante, ainda, que existam nos arquivos um corpo de arquivistas permanente e um Conselho de Arquivos, para que as técnicas não sejam modificadas ao sabor das diretorias e dos que exercem passageiramente cargos em comissão. Que o trabalho de arquivo seja coerente e continuado, que não seja mais suspenso e recomeçado a cada período governamental. A organização dos acervos é de maior valia que os sopros da política, que aliás deveriam atingir os arquivos.

Que as ideologias se apliquem na interpretação dos dados históricos; que o arquivo seja incólume, apolítico, monumental, protetor da memória. O arquivo é da comunidade. Coloca-se em plano superior, atendendo a todos os que o procuram, sem qualquer exclusão.

Na sociedade democrática, a produção intelectual sobre os acervos deve ser livre e diretamente emitida pela organização dos arquivos. Esta atividade difunde a memória cultural por meio da história e de outras ciências humanas, que usam as fontes primárias como elemento básico para o desenvolvimento de uma

problemática escolhida. A produção intelectual brasileira é menos fértil que a dos países desenvolvidos, em muitos casos prejudicada pela desorganização dos acervos, os quais, se fossem metodizados, facilitariam uma progressão mais rápida dos estudos referidos, sobretudo da história.

A divulgação da memória histórica brasileira e baiana não pode ser uma história individual, mas o perfil da sociedade em determinada época. Por isso, deve contar com a pesquisa direta nos documentos de variados fundos documentais para refletir o inter-relacionamento do pensamento e do comportamento coletivo. Os documentos falam o idioma do passado sem fronteiras, ressuscitando a linguagem dos mortos. Conhecendo-a, o historiador não deve, porém, tomar a atitude de um ser todo-poderoso, que pode *julgar* o passado, nem pretender escrever em nome de todos os homens. Ele interpreta, induz e chega às conclusões nuançadas, que expõe à luz dos contemporâneos, dando-lhes vida.

O historiador é influenciado pelas ideologias do presente e procura conhecer as do passado, e chega às fontes documentais já com plano de trabalho firmado. Ele aplica aos documentos uma problemática, sendo levado à elaboração de um modelo de criação pessoal, de interrogações a serem formuladas sobre os acervos inventariados pelos arquivistas, visando à possibilidade de recriar a história e interpretá-la.

A história é uma ciência humana porque tem como objeto o homem e a sociedade. A história é uma ciência porque tem como instrumento os documentos, provas infalíveis das ações dos homens. Trata-se de uma ciência que estuda as mais variadas mutações da sociedade, com seus movimentos conjunturais e estruturais, de curta ou longa duração, e as relações entre grupos e segmentos sociais, as pressões exercidas, horizontais e verticais, pelas diversas camadas da sociedade.

A história não é mais aquela que difunde a memória isolada de uma pessoa ou de um documento. Dá crédito ao depoimento de muitos. Por meio de acervos organizados recompõe, pelos métodos gerais e quantitativos, as mentalidades coletivas. A história necessita cada vez mais dos acervos documentais. A procura dos arquivos é a essência da produção histórica.

As histórias do Brasil e da Bahia necessitam ser reescritas, segundo a opinião de muitos estudiosos, pois os historiadores de antigamente não investigavam o conjunto dos documentos para uma visão global dos tempos findos e, muitas vezes, se abstiveram de transmitir as realidades do tempo social. Não levantaram conjuntos documentais, mas apenas este ou aquele documento, a fim de provar ações coletivas da sociedade.

Para o levantamento das fontes da história, o estudioso deve tomar as séries documentais organizadas como fundamento do seu trabalho, os documentos conhecidos e classificados, pois aventurar-se sobre documentos dispersos seria um trabalho fatigante e dispendioso. Além disso, pelas conclusões às quais chegamos, o ideal seria organizar o acervo e depois explorá-lo, recebendo o historiador uma infra-estrutura documental.

Contudo, o historiador exerce o direito de criar suas coleções artificiais, através de cópia ou xerox, e utilizá-las. O historiador é muito inclinado a descobrir acervos inexplorados da história: as raridades. Muitas vezes, tende a investigar documentos não classificados e desconhecidos, na ânsia de revelar um aspecto novo. Mas é quando o arquivista termina sua operação de classificação, quando uma produção técnica foi concluída, que a ação de oferecê-la ao historiador torna-se

um ritual que se insere como um elo na corrente cultural de criação ou elaboração científica.

Os papéis de arquivo, sempre à disposição dos historiadores de ontem e de hoje, oferecem respostas velhas ou novas, de acordo com sua formulação. A utilização dos acervos e a composição da história é mutável, conforme a ideologia da exploração das fontes ou segundo as circunstâncias da história do tempo presente. A história *bataille* ou *évènementielle* e até a 'positivista' não são mais escritas. A *nouvelle histoire* está difundida pelo mundo. E são os mesmos arquivos que se adaptam à exploração das fontes primárias para essas variadas interpretações da história de ontem e de hoje.

A universalidade da história e as influências recíprocas que os acontecimentos mundiais ou regionais proporcionam, em determinado momento, para a melhor compreensão da sociedade são expressos através da consulta a muitos depósitos de arquivos — como, por exemplo, a concepção histórica mais representativa do nosso tempo atual, *La Méditerranée*, de Braudel, que consultou tantos arquivos: na Espanha, os arquivos de Simancas, Histórico Nacional (Madri), Biblioteca Nacional (Madri), Academia de História e outros arquivos comunais; na França, os Arquivos Nacionais, a Biblioteca Nacional, o Ministério de Negócios Estrangeiros, os arquivos de Marselha e da Argélia; na Itália, o Arquivo do Estado, o Arquivo Cívico, a Biblioteca Nacional, a Lourenciana, os arquivos das famílias Guiocciardini-Corsi-Salviati, os arquivos dos estados de Veneza, Florença, Roma, Nápoles e Palermo, os arquivos do Vaticano e de Reguza, entre muitos outros. Seria impossível a pesquisa de um historiador isolado. Foi necessária uma equipe. Iniciado no ano de 1923, esse estudo consagrado ao Mediterrâneo, na época de Filipe II, da França, foi publicado somente em 1946. Não existe melhor exemplo de reconstituição histórica por meio de acervos de arquivos e de reflexões e leituras. *La Méditerranée* é a obra do século.

Da investigação, análise e síntese do estudo dos documentos surge a história, ciência na qual o historiador imprime também um pouco de sua personalidade, dos seus interesses, pois a problemática formulada tem muito de pessoal; as indagações são decorrentes de seu pensamento e de sua cultura, condicionados ao momento presente. Por isso, não pode jamais se furtar a fazer valer os postulados do presente no passado, embora alguns pensadores da história, como Michel Foucault, neguem preponderância à subjetividade da história.

Já existem aqueles que pensam em transformar as informações dos fundos de arquivos em cartões perfurados, codificados, da informática, para serem trabalhados no computador. Contudo, os historiadores tendem a exigir sempre mais do arquivista. O próprio historiador deverá produzir sua projeção no computador, assim como a utilização epistemológica das respostas. Ao arquivo deveria caber a tarefa de usar a informática para a recuperação da memória histórica e cultural.

Finalmente, escrever a história da vivência do espaço, onde os fatos sociais se agitam e acontecem. Aquelas ruas, aquelas igrejas, aqueles conventos, aquelas casas são o cenário onde nasceram, viveram e morreram as pessoas, os homens, milhares deles, personagens da história coletiva, participantes de uma sociedade, naquela duração, naquele sítio.

Volve-se à tautologia intelectual, entre o autor e os documentos manuscritos, inserido no seu tempo e manuseando outros instrumentos de trabalho. Chega-se, por fim, a um envolvimento de idéias entre o historiador e o leitor, cria-se até

mesmo uma intimidade no acompanhamento do desenrolar do pensamento até as conclusões. Quando esta mágica corrente ocorre está concluída a história. Fruto da ação combinada do arquivista e do historiador é, fundamentalmente, a reconstituição da memória através dos acervos de arquivos.

Bibliografia

- ARQUIVO NACIONAL. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Graça Salgado e outros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: I.N.L., 1985.
- BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rural française*. 4ª ed., 2 tomos. Paris: Armand Colin, 1956.
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3ª ed., 2 tomos, Paris: Armand Colin, 1976.
- CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. fac-similar. Bahia: Tipografia Beneditina, 1951.
- CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. 2ª ed., Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Paris: Gallimard, 1969.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Colaboração de Pedro Moacir Campos e Emília Viotti da Costa. 2ª ed., Rio de Janeiro e São Paulo: Difel, 1977.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. I.H.G.B. e Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MINISTÈRE DES AFFAIRES CULTURELLES. Direction des Archives de France. Association des Archivistes Français. *Manuel d'archivistique*. Paris: SEVPEN, 1970.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*, 4ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia, anotadas por Brás do Amaral*. Bahia: Imprensa Oficial, 6ª vol., 1919-1940.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. 2ª vol., Bahia: Imprensa Oficial, 1921.

Abstract:

This article deals with the importance of the classification and organization in archives of primary source materials so as provide productive historical research and a rigorous and well-developed intellectual endeavor. The article deals with the State Archives of Bahia, situated in the Brazilian Northeast in the first capital of Brazil, Salvador. The question of educating the public regarding the problem of archives in Brazil is discussed along

with suggestions for exploiting rigorous classification of documents. The problem of lack of human resources and difficulties in gathering documents in the area of public administration are also discussed.

Résumé:

Cet article traite de l'importance de l'organisation et de la classification des fonds de documents, facilitant une recherche historique productive et un travail intellectuel méthodique et bien développé. Par l'intermédiaire de ce thème on aborde l'organisation des archives de l'état de Bahia, situé au Nord-Est du pays, dont la capitale est Salvador, la première ville brésilienne. Il aborde la question de la conscientisation du problème des archives au Brésil, donnant les indications pour la classification méthodique de cet important dépôt de documents, la nécessité de ressources humaines et la difficulté du recueillement des documents de l'administration publique.

Um plano de mudanças para a área de administração documental

Rose Marie Inojosa
*Técnica da Fundação do Desenvolvimento
Administrativo, do Estado de São Paulo*

É preciso ter a sabedoria do lavrador e esperar o tempo de as sementes germinarem. Nenhuma mudança se efetiva apenas por decreto, embora o instrumento legal seja um meio, não desprezível, para a sua viabilização. Na área de administração documental é necessário ter toda a paciência de quem compreende o ritmo dos movimentos culturais e não deixar de lançar as sementes.

Talvez mais de uma geração terá passado antes que a nossa cultura esteja plenamente integrada à consciência de significação dos bens culturais e da memória como fator de identidade e, assim, os mecanismos de preservação desses bens sejam naturalmente acionados. É particularmente da sementeira que vem sendo realizada na Secretaria de Estado de Saúde — SES, em São Paulo, de que iremos tratar: o plano de mudança que ali está sendo desenvolvido.

A participação do Estado nas atividades de assistência à saúde da população remonta ao período colonial. Com a proclamação da República, houve a descentralização administrativa das atividades de saúde e, em 1891, foi criado o Serviço Sanitário do Estado, com atribuições referentes ao saneamento, ao combate de doenças endêmicas, à inspeção sanitária em escolas, fábricas, prisões e hospitais, à fiscalização de alimentos, do exercício profissional da medicina e farmácia, à organização da estatística demógrafo-sanitária, à engenharia sanitária e à prestação dos socorros e da assistência pública aos necessitados. Pela atual Constituição de São Paulo (artigo 136, da emenda constitucional nº 2, de 1969), cabe ao Estado, "por todos os meios ao seu alcance e em cooperação com os órgãos da União, de outros estados, dos municípios e internacionais, e com as entidades particulares", desenvolver "as atividades necessárias para promover, preservar e recuperar a saúde da população".

A preservação da memória da saúde em São Paulo foi assistemática, ao longo do tempo, embora significativas iniciativas tenham ocorrido com esse objetivo. Uma delas foi a criação do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, em 1969, para o qual fluiu, durante os anos de sua existência, uma quantidade de documentos arquivísticos. Esse conjunto passou a receber tratamento diferenciado com a direção da historiógrafa, museóloga e arquivista Jandira Lopes de Oliveira que, além disso, dedicou-se a procurar funcionários já aposentados a fim de recolher

outros documentos e depoimentos significativos para a história da SES. Assim, o museu foi se transmutando em Centro de Memória da Secretaria.

A partir de 1983, a SES começou a vivenciar um processo de mudança que desaguou, no biênio 1985-1986, na sua completa reestruturação, sob as diretrizes da articulação interinstitucional (Inamps, estado e prefeituras) e da descentralização, hierarquização e integração dos serviços de saúde. Criaram-se 62 Escritórios Regionais de Saúde (ERSAs) em todo o estado de São Paulo, os quais constituem unidades com expressiva autonomia para o gerenciamento dos equipamentos de saúde (hospitais, ambulatórios, centros de saúde, laboratórios etc.) na área geográfica de sua abrangência. O nível central da SES está sendo reorganizado para lhes oferecer suporte e apoio técnico-administrativo.

Durante esse processo, que ainda está em curso, alguma coisa tem sido feita na área de documentação. Busca-se o delineamento de um sistema de arquivos capaz de garantir a preservação e o uso das informações que compõem o acervo documental da Secretaria.

A partir de 1985, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo (Fundap), como consultora, e o então Departamento Regional de Saúde 1.5, hoje subdividido em três escritórios regionais (Itapeverica da Serra, Osasco e Santo Amaro), trabalharam juntos no subsistema de comunicação administrativa, que vem a ser o arquivo corrente da organização, cuidando do registro inicial dos documentos gerados pelas atividades do órgão, da formação de processos, do controle de sua circulação e do arquivamento da documentação durante a fase de seu uso ativo. Realizou-se um diagnóstico da situação, tendo sido constatado:

- a) em relação à produção:
 - um número excessivo de papéis originais e cópias, produzidos para questões de rotina, sem padronização;
 - autuação (formação de processos) sem critérios, gerando, mensalmente, um grande volume de novos processos.
- b) em relação ao fluxo:
 - muitas passagens de cada documento pelas unidades que compõem o órgão, demandando um tempo excessivo para sua solução, ainda que se tratasse de questões rotineiras;
 - acompanhamento de tramitação pouco efetivo, dado que a Secretaria de Comunicações não recebia informações de cada passagem, mas apenas até determinado nível hierárquico. Por exemplo, podia informar que um processo fora encaminhado para a Divisão de Administração, mas não se, de lá, ele seguira para o Pessoal ou para Finanças.
- c) em relação ao arquivamento:
 - controle apenas dos processos, sendo que os demais documentos poderiam ou não seguir para o Arquivo da Seção de Comunicações, dependendo do espaço ou da vontade do funcionário sob cuja guarda estivessem;
 - nenhum critério de temporalidade, mantendo em arquivo todo o papel que lá entrasse, tal como as relações de remessa, que são um instrumento de caráter efêmero, dado que seu objetivo é o de informar ao Protocolo a movimentação dos documentos. Das 35 salas do prédio-sede do Departamento, cinco eram ocupadas com arquivos, além de em todos os Centros de Saúde também existirem salas ocupadas com arquivo;

— arquivamento dos processos por números de ordem, dentro de cada ano, independente do assunto de que cada um tratasse, o que também decorre da inexistência de tabelas de temporalidade e exige que a avaliação *a posteriori*, seja feita peça por peça.

A situação observada no DR 1.5 era análoga à das demais unidades da mesma categoria. O panorama observado no nível hierárquico descentralizado, ao qual estão diretamente afetas as agências de prestação de saúde, reproduziu-se, ponto por ponto, na área central da SES.

Realizado concomitantemente, o diagnóstico da área de comunicação administrativa subordinada ao Departamento de Administração da Secretaria, junto ao gabinete do secretário, demonstrou a mesma situação, com o agravante de que, no prédio-sede da Secretaria, onde se armazenaram processos desde 1947, o espaço para arquivamento encontrava-se esgotado. Por outro lado, há todo um trabalho de informatização na Secretaria correndo em paralelo, cuja influência no acervo documental ainda é ignorada.

Esse contexto tornou difícil até mesmo a simples mensuração do acervo documental da SES, dada a pulverização de arquivos correntes em todos os níveis da administração e, fisicamente, em todo o estado, sem que um sistema dísse as mais elementares normas de seu tratamento. Se alguma parcela da documentação aportou ao Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, no exercício de seu papel de Centro de Memória, foi mais por zelo pessoal de alguns funcionários ou pela falta de áreas para o armazenamento.

Diante disso, como pensar na implantação de um sistema de arquivos visando às fases intermediária e permanente? Considerou-se que apenas para avaliar peça por peça os processos em depósito no subsolo do prédio-sede da SES, já que a atual ordenação simplesmente numérica não permitia outra alternativa, seria preciso mobilizar um contingente respeitável de recursos humanos e por vários meses, levando-se em conta o custo que isso significaria. Contudo, quando esse trabalho estivesse concluído, outro tanto de documentos e processos estaria nas mesmas condições, demandando nova mobilização de esforços extraordinários, num círculo vicioso.

Devia-se, portanto, iniciar o trabalho pelos arquivos correntes ou a situação jamais seria resolvida. Assim, planejou-se uma intervenção progressiva voltada para os dois pontos básicos do subsistema de comunicações administrativas ou arquivos correntes: a) produção e fluxo; b) arquivamento. Essa intervenção, nascida no Departamento Regional de Osasco, foi conduzida sempre de forma conjunta entre a equipe da consultoria (Fundap) e grupos de trabalho compostos por funcionários da SES, já que esse processo, para não se perder em iniciativas isoladas, deveria lançar raízes na organização.

Produção de documentos

No que respeita à produção, visou-se à simplificação de procedimentos e à geração de documentos em menor quantidade e de melhor qualidade, significando maior precisão e simplicidade nos registros das informações. Esse trabalho foi desencadeado pelo grupo de trabalho no DR 1.5, sob o comando de Paulo de Tarso Puccini, então diretor administrativo, e começou pela área de administração de pessoal, que dava origem a cerca de 40% do total de processos produzi-

dos. O grande número de processos de pessoal em circulação não evitava e talvez até fosse em parte responsável pela dificuldade de se obter respostas rápidas às questões neles tratadas.

Da análise dos procedimentos geraram-se formulários padronizados para várias rotinas (frequência, remanejamento, deslocamento, dispensa, férias, inclusão em jornada completa de trabalho, designação). Tais formulários constituem bons instrumentos de registro para as informações de rotina, ordenando-as e definindo seu fluxo, de modo a que o usuário receba respostas mais rápidas e precisas. Procedimentos que geravam processos com, no mínimo, 15 folhas, passaram a ser solucionados por um formulário padronizado em duas folhas, que não precisava ser autuado.

Esse trabalho, que em Osasco não se limitou à questão de pessoal, tendo sido efetuado em outras áreas, tal como a de administração de materiais e de manutenção, estendeu-se à Secretaria, em geral, através de sua reanálise e ampliação por grupo de trabalho que reuniu o Departamento de Recursos Humanos da SES, o DR 1.5, o DR 1.3 e a Fundap.¹ Entre os produtos desses grupos está o formulário para 'inclusão em jornada completa de trabalho', que tomamos como exemplo. Os procedimentos de 'inclusão' geravam processos que se desenrolavam por seis meses, desde a data do requerimento até o arquivamento.

No estudo, eliminou-se a produção e a junção de vários documentos e o envio ao interessado para conhecimento, nos casos aprovados, já que o *Diário oficial* produz o efeito de informar. Gerou-se um formulário padronizado com uma só folha onde, em quatro campos, são condensadas as informações antes dispersas em diversos papéis. Ao formulário é anexada a portaria, que deve seguir para a Secretaria da Fazenda. O original da portaria, averbada pela Fazenda, deve ser arquivado ao processo de contagem de tempo do funcionário; no procedimento anterior, o outro processo gerado, com os demais documentos que tratavam do caso, era arquivado à parte. Eliminou-se a autuação desses documentos, estabelecendo-se que o formulário que os substitui teria o prazo de arquivamento do exercício de produção e mais um ano, sendo, a seguir, descartado, dado que a portaria, preservada no processo único do funcionário, traz as informações essenciais à questão e produz os efeitos legais.

Tal simplificação do procedimento de 'inclusão em jornada completa de trabalho' evitará a produção de um novo processo por funcionário que a requeira, o que, numa Secretaria com cerca de 36 mil pessoas, não é desprezível. Por outro lado, a informação essencial é preservada, descartando-se apenas os registros complementares e repetitivos. Assim foi feito com muitas outras rotinas. Esse trabalho já aponta para a tabela de temporalidade, identificando o prazo de guarda de cada novo documento produzido.

Podemos dizer que a análise de fluxos e procedimentos com vistas à melhoria qualitativa dos registros da informação está sendo de fato incorporada à Secretaria. Em 1986, a diretora do Departamento de Administração, Maria Aparecida Ribeiro, trabalhou nos procedimentos rotineiros da área de vigilância sani-

1. Esse grupo teve como participantes, da parte da Secretaria, Neusa Atique e Irene da Silva, do DRHu, Marínilton de Souza Santos e Mariano Campillo Perez, do DR 1.5, Ary Toledo Moraes, Edna Oliveira Santos e Josefa de Fátima F. Spada, do DR 1.3; da parte da Fundap, Rose Marie Inojosa e Luís Cláudio Figueiredo Vieira.

tária, reduzindo a três formulários padronizados os 34 papéis que eram gerados para a solução das mesmas questões.

Através desses três formulários, de uma só página, poderão ser requeridos pelo usuário: certidões, aprovação de planta, alvará de utilização, alvará de funcionamento, responsabilidade técnica, renovação do alvará e certificado de vistoria sanitária para estabelecimento de prestação de serviços de saúde, de indústria e/ou comércio de produtos relacionados com saúde ou ações sobre o meio ambiente e, ainda, baixa de responsabilidade, baixa por falecimento, razão social e/ou atividade, mudança de endereço, ampliação de número de leitos e registro no ERSA. Nos Centros de Saúde, tomando-se como piloto as áreas de Itapeverica e Santo Amaro, foram desenvolvidos novos procedimentos para o atendimento mais rápido dos clientes, visando a simplificar o Arquivo Médico, onde estão os registros das informações sobre os clientes.²

Esse trabalho todo tem um significado concreto não só para a organização, mas também para o usuário, que será atendido de forma mais eficaz. Tal objetivo deve estar presente em todas as iniciativas, quer pensando no usuário como cliente dos serviços de saúde, quer considerando-o como pesquisador em potencial da informação gerada e armazenada por esses serviços.

Controle de documentação em circulação

Ainda no tocante à produção de documentos, abordou-se a questão do controle, através da instituição do número único para os processos da SES e de novas rotinas para as atividades de registro e controle de tramitação, inclusive tabela de assuntos.

Os documentos na Secretaria da Saúde eram autuados em seus *n* pontos de protocolo, que na maioria das vezes não diferenciavam a atividade de protocolar, que é apenas um registro pelo qual se recebe e se acompanha um documento até seu destino, e a atividade de autuar, formar autos, isto é, dar início a um processo sobre questão que demande solução original, para cuja decisão, pela autoridade competente, é necessário reunir informações que a instrua. Os processos, formados sem critérios preestabelecidos e até, em sua maioria, para assuntos rotineiros que não demandam a juntada de documentos de instrução, recebiam vários números em cada ponto de protocolo pelo qual transitassem. Se um processo de saneamento, por exemplo, fosse gerado num Centro de Saúde, receberia um número de ordem. Se fosse encaminhado à instância hierárquica imediatamente superior receberia outro número, e assim sucessivamente, até seu arquivamento que, muitas vezes, ocorria em outro ponto que não o de origem. Processos houve com cinco ou seis números de registro.

Tal procedimento, além de dificultar o acompanhamento da tramitação do processo, quer pela pessoa física ou jurídica nele interessada, quer pela própria organização, impedia a identificação da origem de cada peça da série processos, tornando muito difícil sua futura organização pelos grupos e subgrupos produtores. Mediante resolução do secretário de Estado da Saúde instituiu-se um número

2. Os grupos de trabalho da SES que redefiniram procedimentos nos Centros de Saúde foram acompanhados por Carmem Sílvia Passos Mentone, consultora da Fundap, participante da equipe coordenada por Luciano A. Prates Junqueira.

único para os processos da SES, que deverá ser respeitado desde sua autuação até o arquivamento. Esse número é composto de três blocos: o primeiro, com três dígitos, identifica, mediante um código numérico, sua origem; o segundo, com até cinco dígitos, identifica o número de ordem do processo; e o terceiro com dois dígitos, identifica, pelos dois últimos algarismos, o ano em que se procedeu à autuação.

Exemplo:

220	00307	88
código do ERSA de Assis	número de ordem do processo	ano de autuação

Cada Escritório Regional de Saúde recebeu um código de origem e os demais órgãos da SES também os receberão, quando o processo de reorganização estiver concluído, usando, provisoriamente, um código comum. A resolução também definiu que nenhum processo deverá ser arquivado fora de sua origem. E isso diz respeito à fase de arquivo corrente.

Toda uma nova sistemática de trabalho foi desenvolvida para as Seções de Protocolo e de Arquivo da Secretaria, com as novas rotinas descritas, passo a passo, no *Manual de procedimentos de protocolo e arquivo*, elaborado para a SES.³ O manual, no que se refere a protocolo, trata dos critérios e procedimentos a serem observados para recepção, registro e distribuição de documentos, autuação, controle de tramitação, apensamento e desapensamento, anexação e desanexação, juntada, desentranhamento e reentranhamento e autenticação de cópias. Define modelos únicos para os livros de protocolo e de 'tombo', ficha de andamento de processos, ficha de interessado e novo documento de controle de tramitação de processos: a ficha de permuta.

Para uso do Protocolo e, também, do Arquivo, foi proposta uma tabela de assuntos, com um descritor geral e duas palavras-chaves, a qual deverá ser ampliada pela organização, na medida em que ela se aproprie de sua forma e de seu uso.

A implantação dessas rotinas está sendo progressivamente viabilizada através de treinamentos dirigidos aos funcionários da SES. Tais treinamentos já se realizaram para as chefias das seções de Protocolo e Arquivo dos 47 Escritórios Regionais de Saúde do Interior e estão programados para os 15 Escritórios da Grande São Paulo, devendo abranger todos os pontos de protocolo e arquivo da SES.

Arquivo

Em relação à atividade de arquivo, trabalhou-se em duas frentes:

3. O trabalho de organização do manual, a elaboração das tabelas de temporalidade e os treinamentos têm sido acompanhados por Mariângela de Paiva Oliveira, consultora da Fundap; da parte da Secretaria, por Maria Aparecida Ribeiro e Jandira Lopes de Oliveira.

— adoção de novos procedimentos nos arquivos correntes, de modo a que sua organização atendesse, ao mesmo tempo, a agilização da recuperação das informações requisitadas pelo usuário e a preparação da documentação para as fases intermediárias e permanente;

— desenvolvimento, na organização, de uma metodologia de elaboração de tabelas de temporalidade, como instrumento fundamental de administração documental.

No mesmo manual,⁴ no que se refere ao arquivo, além dos procedimentos de protocolo, que já identificam a origem dos documentos e, portanto, o grupo ou subgrupos produtores, e classificam o assunto de que tratam, são descritas as rotinas de arquivamento, de organização de depósito e de atendimento de requisição.

Os processos e documentos serão arquivados pela sua classificação de assunto, em cada arquivo corrente, estando identificados na etiqueta de cada caixa de arquivo:

- o grupo ou subgrupo;
- a série;
- o assunto;
- o ano de produção;
- o número de ordem da caixa;
- a localização no depósito;
- o número ou identificação dos documentos armazenados na caixa.

Isso permite que o arquivo intermediário receba a documentação organizada por origem e classificada por assunto e, também, a aplicação de tabelas de temporalidade, cujo desenvolvimento foi iniciado na SES. Tomou-se como piloto o Departamento de Administração da sede por ali transitarem documentos do mesmo tipo, que são gerados em todas as áreas administrativas dos diversos níveis hierárquicos da SES.

Está produzida a primeira tabela, que contempla 42 subgrupos e da qual constam mais de quatrocentos tipos de documentos da área administrativa. Ela informa sobre:

- a unidade a que se refere;
- a vinculação dessa unidade;
- o instrumento legal que deu origem a essa unidade;
- as atribuições da unidade;
- os documentos gerados pelas atividades da unidade, detalhando:
 - tipo
 - natureza
 - n° de vias
 - volume aproximado anual
 - prazo e forma de arquivamento na unidade de origem
 - se deve ser descartado ou não
 - se deve ser transferido e para onde.

4. O Manual de procedimentos de protocolo e arquivo, antes de sua disseminação para as unidades da SES, foi testado na Seção de Comunicações do artigo DR 1.5, hoje ERSA de Osasco, pela equipe daquela Seção, chefiada por Ivone Faccipierre.

Para elaborar essa primeira tabela, a metodologia adotada foi ainda a de trabalhar com um grupo misto Fundap/Departamento de Administração da SES, e seguiram-se os seguintes passos:

- a) pesquisa da estrutura da organização, atribuições e funções de cada unidade, inclusive das constituídas informalmente;
- b) visitas e entrevistas com funcionários de cada unidade, até o nível de seção, para identificar as séries e tipos de documentos gerados, seu conteúdo informativo, seu fluxo (de cada via) e o uso da via armazenada;
- c) análise dos resultados da pesquisa;
- d) elaboração de uma pré-tabela;
- e) novas entrevistas, feitas na diretoria de cada divisão, para discussão das pré-tabelas;
- f) consolidação da tabela de temporalidade.

Os critérios básicos foram:

- a) identificar os documentos de conteúdo informativo ímpar, invariavelmente indicados para transferência, esgotado o prazo de arquivamento corrente (consulta ativa);
- b) identificar os documentos cujas informações se repetem em outros tipos de documentos da mesma unidade e que, por isso, são descartáveis, passando seu uso específico pela unidade produtora;
- c) identificar os documentos dos quais uma via está preservada em processos. Esses receberam um tratamento diferenciado. Se a forma em que a via armazenada na unidade determina a constituição de um conjunto com especificidade própria e se tal conjunto reflete uma atividade significativa, ele foi indicado para preservação, ainda que nos processos suas peças estejam esparsamente guardadas. Se tal não ocorreu, os documentos foram indicados para descarte.

Conclusões

A essas iniciativas, que não são isoladas, mas que obedecem a uma estratégia de estruturação sistemática da área de comunicação e arquivos na SES, soma-se a proposta de que, na reorganização de seu nível central, esteja contemplada uma instância de articulação do sistema: internamente, no sentido de se proceder à atualização periódica de normas-procedimentos e tabelas e de se desenvolver a análise da qualidade e quantidade dos registros de informação; externamente, com o Arquivo do Estado, cabeça do sistema geral de arquivos do estado de São Paulo.

Na SES estamos, por enquanto, em tempo de plantio, com todas as características dessa atividade. A apreciação dos resultados não poderá ser feita com rapidez. Todo o nosso esforço está dirigido para que a própria organização, participante dessa fase estratégica e com ela suficientemente envolvida, conduza o plano até a completa estruturação do sistema, corrigindo, ela própria, os desvios que vierem a ser detectados.

O usuário, o cidadão para o qual todas as iniciativas de defesa de bens culturais devem estar voltadas, receberá primeiro os benefícios advindos da conscientização de que a simplicidade e a objetividade da informação levam à melhoria da prestação de seus serviços e, mais tarde, poderá beneficiar-se da preservação dessa informação em registros de melhor qualidade, organizados e colocados à sua disposição.

Abstract:

This article is about the plan of transference in development in the Secretaria de Estado da Saúde, in São Paulo, concerning its documental holdings. It approaches the diagnosis of the situation of the archival documents, done in 1985, and the enterprises concerning the production and the flux of documents, to the standardization of procedures of register and the filing of documents in the Secretaria. Besides this, it calls special attention the improvement of quality in the registers of the information, in a plan of work in which it stands out the officer's involvement, essential factor to the preservation of these cultural holdings, in a continuous action and appropriated to the rhythm of the organization and to the context where it is developed.

Résumé:

Cet article traite du changement qui se développe dans la Secrétariat d'État de la Santé, en São Paulo, en ce que concerne son patrimoine documentaire. Il aborde le diagnostic de la situation de la documentation archivistique, réalisé en 1985, et les initiatives relatives à la production et au flux documentaire, à la normalisation des procédés de protocole et à l'archivement des documents en toute la Secrétariat. En outre, il saillit l'attention spéciale à l'avantage de la qualité des registres d'information, dans un plan de travail dont se détache l'engagement des fonctionnaires, facteur indispensable à la préservation de ces biens culturels, dans une action continue et convenable à le rythme de l'organisation et au contexte où elle se développe.

A pesquisa científica e os arquivos: problemas de conservação em Honduras*

Victor C. Cruz Reyes
*Chefe do Departamento de Pesquisa do
Instituto Hondurenho de Antropologia e História*

Introdução

Raras vezes discutiu-se em Honduras um tema pouco conhecido pela maioria dos hondurenhos — a conservação de arquivos —, pois só recentemente passou-se a dar importância a essa questão em nível estatal, e nisto nos incluímos. Porém, o que são arquivos? Poderíamos explicá-los de diversas maneiras, mas em palavras simples diremos que são locais ou instituições nos quais se conservam os testemunhos escritos, audiovisuais ou orais de órgãos públicos ou privados.

Antes de nos aprofundarmos nesse tema, traçaremos um panorama geral da escrita e o caminho que conduz à formação dos arquivos, sua importância tanto no campo administrativo quanto no da pesquisa ou no acadêmico, para então chegarmos à discussão central, que nos leva a refletir sobre o que está acontecendo em Honduras nessa área.

Desde os tempos mais remotos, tem sido constante a preocupação do homem em guardar a memória de seus feitos e dos acontecimentos de seu meio ambiente. Antes que as idéias tomassem forma mediante a escrita no Velho Mundo, já se havia utilizado pedras para pintar ou gravar. Da mesma forma, encontramos na América expressões muito significativas das culturas primitivas dos aborígenes que povoaram nosso continente, as quais consistem, fundamentalmente, em pinturas e gravações feitas em cavernas e abrigos rochosos, em penhascos e blocos de pedras isolados. Em todos esses suportes encontram-se grandes variedades de motivos, nos quais predominam representações mágicas e/ou religiosas, instrumentos de uso, cenas da vida cotidiana, a flora e a fauna, bem como símbolos e figuras, cujos significados, muitas vezes, são incompreensíveis.

Em Honduras também temos exemplos bastante significativos dessas heranças culturais. Progressivamente, com o correr do tempo, o homem experimentou

* Palestra proferida na II Semana Científica, U.N.A.H., em novembro de 1984. Tradução de Marisa Rocha Motta.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 2	p. 1-123	jul.-dez. 1987
--------	----------------	------	------	----------	----------------

diversos materiais, fáceis de se obter na natureza, nos quais podia expressar suas idéias, tais como cascas de árvores, folhas de palmeiras, peles de animais, cerâmica etc., e, dessa forma, foi desenvolvendo a escrita.

Charles Higounet, autor de uma interessante obra, intitulada *A escrita*, divide a história da humanidade em duas grandes épocas — antes e a partir da escrita — e inclui uma terceira, que denomina 'depois da escrita'. O fato notório é que, em linhas gerais, podemos falar de várias fases em seu desenvolvimento; podemos dizer que antes de escrever o homem pintava, o que de certo modo significa a escrita pictográfica, para logo chegar à escrita ideográfica e mais tarde, numa etapa mais desenvolvida, aparecer a escrita fonética.

Dentre todos os tipos de materiais que o homem empregou para escrever ou transmitir suas idéias na Antigüidade, o mais utilizado foi a pedra. Este material duro foi sempre, por excelência, o suporte das escritas monumentais. A escrita chamada 'cuneiforme' da Mesopotâmia, ao contrário, foi traçada de preferência sobre tábuas de argila fresca e endurecida no forno. O uso de matérias menos duras e perecíveis, em geral, propiciou às escritas a forma de livros e estas tornaram-se mais cursivas. As folhas de palmeira eram um grande sucesso no mundo hindu. Os chineses, antes do papel, usavam lâminas de bambu.

O papiro, o pergaminho e o papel foram os suportes da escrita mais comum desde o começo da era cristã. O primeiro, empregado sobretudo na Antigüidade; o segundo, na Idade Média; e o último, de origem chinesa, introduzido no Ocidente pelos árabes, no século XI.

Nesta introdução, na qual destacamos os principais materiais utilizados para escrever, é transcendente e importante assinalar que o homem, através dos tempos, se preocupou em conservar ou proteger seus escritos em arquivos sob qualquer tipo de suporte, e para isso buscou diversos sistemas que lhe permitissem realizar tal atividade.

Então, por que conservar arquivos desde que existe a escrita? Por que, desde a Antigüidade, as diferentes culturas planejaram sua conservação com tanto cuidado? Qual é a noção moderna que se tem de arquivos? Podemos enfatizar que o primeiro motivo pelo qual se conservaram os arquivos foi o de custodiar documentos que continham a memória das autoridades públicas, especialmente reis, príncipes, sacerdotes e outras pessoas notáveis, segundo a estrutura sócio-política em que se desenvolviam. Uma característica básica da Antigüidade quanto à conservação de arquivos é que estes eram de uso exclusivo das autoridades públicas, que os mantinham reservados em templos e palácios, sendo seu acesso proibido ao público.

Como pessoa privada, o homem antigo também procurava os arquivos para estabelecer seus direitos, bem como para provar legalmente suas posses ou propriedades na sociedade a que pertencia. Uma vez que as sociedades foram se tornando mais complexas, o indivíduo, como ente social, tornou-se objeto da ação das autoridades em suas três categorias: civis, militares e religiosas.

Como se demonstrou até agora, podemos dizer que aquilo que dá lugar aos arquivos é "a acumulação de papéis que o homem vai produzindo, como resultado de sua atividade pública ou privada, perpetuando até nossos dias uma informação essencial à pesquisa". Segundo o âmbito em que estes papéis sejam guardados ou custodiados, segundo a pessoa ou a instituição que os possua, teremos categorias distintas de arquivos. Estes são como um cordão umbilical entre o pas-

sado e o presente; são uma continuidade, cujas séries proporcionam informações ou notícias, dignas da maior atenção.

Os arquivos dividem-se em duas grandes categorias: os históricos e os administrativos, conforme sirvam ou não à entidade que os produz. Se considerarmos sua origem, eles se classificam em públicos e privados. Com relação ao organismo que os produziu ou os herdou, dividem-se em nacionais, regionais, departamentais e municipais, de acordo com a divisão política de cada país. Os eclesiásticos classificam-se em catedráticos, paroquiais, de ordens religiosas e de confrarias; os militares, conforme as divisões próprias do exército do país.

Em toda essa diversidade de arquivos encontramos uma informação valiosa sobre variados aspectos da vida do homem, visto que este tem diversas facetas, que incidem de uma maneira ou de outra na esfera do poder central, da Igreja, da milícia e dos poderes locais ou regionais. As questões relativas ao município ou à sua jurisdição serão encontradas em seus respectivos arquivos. No entanto, os documentos que interessem ao país ou que, por sua envergadura, tiverem mais relevância, serão localizados em bibliotecas e arquivos nacionais, estrangeiros ou nos arquivos das antigas metrópoles, historicamente relacionados a eles (por exemplo, na Guatemala, o Arquivo Geral da América Central; o Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, Espanha; as bibliotecas de Londres, dos E.U.A. etc.).

Na segunda metade do século XIX surgiu uma nova aplicação para os arquivos: a *pesquisa*. Progressivamente, eles foram sendo utilizados cada vez mais nas investigações históricas, porém não de forma exclusiva, visto que o sociólogo, o jurista, o economista, o antropólogo etc. fazem uso dos arquivos em seus próprios campos de pesquisa.

A partir desse momento, a conservação dos arquivos deixou de ser apenas um assunto de âmbito administrativo, mas também de preservação do conhecimento científico, uma vez que as necessidades da administração não são as mesmas da pesquisa científica, a qual possui caráter acadêmico.

No passado, a história só se interessava pelos heróis, militares, chefes de Estado, reis e príncipes ou, ainda, pelos grandes escritores e artistas, porém raramente pela vida cotidiana. Narravam-se os feitos político-militares — nada mais. Podemos dizer que tal concepção da história ainda existe, de certo modo, pois encontramos alguns pesquisadores e livros de divulgação histórica que só fazem repetir sempre os mesmos acontecimentos, sem qualquer esforço de pesquisa original, o que até certo ponto significa um estancamento relativo do conhecimento. Atualmente, não se trata mais de conservar apenas os documentos de 'prestígio', com assinaturas de homens célebres ou exclusivamente relacionados a acontecimentos mais importantes, ou de interesse imediato para os cidadãos, mas grupos inteiros de documentos, de aparência insignificante, mas de valor incógnito.

Metodologia

Basicamente, a metodologia empregada na pesquisa foi constituída pelo traslado temporal e ocasional a diferentes arquivos hondurenhos, aproveitando-se, na maioria dos casos, da visita aos mesmos para realizar atividades de pesquisa histórica documental. Escolheram-se alguns exemplos mais representativos para a observação direta, efetuando-se as notações respectivas. Além disso, utilizou-se o recurso da entrevista pessoal e o envio de um questionário, por correio, a funcionários dos arquivos departamentais.

No referido questionário, foram solicitadas informações sobre os seguintes aspectos: data de criação do arquivo; horário de funcionamento; condições do local (ventilação, iluminação); superfície em metros quadrados; metros lineares de estantes; condições da documentação (tipos e características, datas-limites, sistemas de classificação); serviço ao público etc.

Obtidas as informações, analisaram-se os dados, conseguindo-se estabelecer as condições típicas que refletiam de maneira palpável e objetiva os problemas da administração e organização dos arquivos, bem como as incidências negativas na pesquisa da história de Honduras, obviamente ocasionadas pelo alto grau de deterioração, devido a diversos motivos, do nosso desprotegido patrimônio documental.

Resultados e discussão

Patrimônio cultural "é um bonito conceito com o qual amiúde definimos toda uma série de idéias, elementos e monumentos que nos dão a sensação de possuímos o que chamamos cultura". Também podemos defini-lo como "o acervo acumulado no transcurso do tempo, tanto material quanto intelectual, que nos faz sentir diferentes e às vezes até superiores àqueles que não o possuem ou que o têm em menor medida". Em outras palavras, podemos também dizer que patrimônio cultural é aquilo pelo qual nos diferenciamos de outros povos ou o lugar-comum de encontro com eles, quando existe um interesse positivo.

No contexto desse patrimônio cultural existe um segmento relacionado à fonte da história, acumulado desde que o homem tornou acessível e útil para si o grande invento que mudou sobremaneira o curso da humanidade: a escrita, que trouxe consigo a produção documental progressiva, a qual daria origem aos arquivos. O patrimônio sobre este grande período histórico é o *patrimônio documental*.

Sempre se tem em mente a palavra 'tesouro' quando nos referimos aos fundos documentais, e por essa razão se diz tesouro documental do país. E devido ao fato de ele, por justa atribuição, pertencer a todos, é chamado de patrimônio documental da nação, o que significa que, se pertence a todos nós, devemos empenhar-nos para que não se altere, diminua ou desapareça e, por outro lado, que sirva a todos e para sempre.

Honduras, na grande maioria de seus arquivos, possui quantidades incalculáveis de documentos de imenso valor histórico. Dentre esses arquivos, os mais numerosos pertencem às distintas municipalidades dos 18 departamentos em que se divide politicamente o país. Infelizmente, muitos desses arquivos encontram-se em condições mínimas de conservação, uma vez que os vemos mal instalados, em lugares que mais parecem adegas ou armazéns de papéis, em processo iminente de deterioração, expostos muitas vezes à umidade, ao ataque progressivo de fungos, bactérias, insetos e roedores e, também, ao descuido do homem, do funcionário, do empregado que chega a constituir-se em mais um agente destruidor do patrimônio documental, por não ter consciência de seu valor perante toda a comunidade ou coletividade. Para exemplificar algumas circunstâncias peculiares e comuns, registramos o fato de terem sido queimadas ou descartadas grandes quantidades de documentos só por 'serem velhos', 'cheirarem mal', 'já não servirem' ou, simplesmente, porque 'estorvavam'.

Contudo, o problema não se esgota aí. A questão é que, por não darem aos arquivos a importância devida, os funcionários ou empregados que os dirigem, lamentavelmente, na grande maioria dos casos, são pessoas sem o mínimo conhecimento do que é um arquivo e das responsabilidades decorrentes de dirigi-lo. Ainda mais, às vezes se envia ao arquivo o 'mau empregado', o 'mau comportado', o 'indesejável', que provavelmente renunciará ao cargo ou nele permanecerá por necessidade, pelo fato de ocupar um lugar concebido como um castigo ou o menos importante da empresa ou da instituição pública.

A situação lamentável de muitos arquivos hondurenhos chega ao extremo de seus documentos não possuírem qualquer organização científica, o que impossibilita a prestação de um serviço adequado e eficiente, acarretando grande demora nas pesquisas históricas ou de outra natureza.

Tais condições, tão graves, podem levar — e de fato isso já está acontecendo em certa medida — a que muitos documentos desapareçam, se os cidadãos, em geral, e os funcionários e encarregados de arquivos, em especial, não forem conscientizados a adotar ações rápidas e eficazes para salvaguardar nosso patrimônio documental. Da mesma forma, deve-se sensibilizar todos os organismos e instituições que direta ou indiretamente têm responsabilidade na conservação de nossos bens culturais, dos quais os documentos também fazem parte.

Sabe-se que a responsabilidade imediata pela custódia dos arquivos está nas mãos das instituições que os produziram. A elas compete preservar os fundos arquivísticos, ditando as medidas legais internas para sua proteção e, sobretudo, que se harmonizem com as leis gerais do país, quanto à conservação do patrimônio cultural.

Em relação aos arquivos que se encontram nos departamentos do país, muitos têm recebido, nestes últimos dois anos, assistência ativa por parte da Secretaria de Cultura e Turismo, mediante um plano de resgate dos que já estavam praticamente condenados a desaparecer. Porém, isto constitui apenas uma pequena parcela de tudo o que ainda resta fazer no mundo da arquivologia: obtenção de instalações adequadas, treinamento de pessoal técnico, criação de campanhas de conscientização, elaboração de índices, catálogos etc.

Em resumo, podemos dizer que, em geral, procedemos muitas vezes de maneira irresponsável, pensando talvez que o que perdurou por tantos anos deverá ser eterno, sem nos determos para refletir que os suportes documentais, por sua natureza dinâmica, estão sujeitos ao desgaste e à degradação, devido ao uso contínuo; sobretudo, que de modo algum foram resgatados para nós e para os que virão, tornando-se sua manutenção ou conservação, bem como a adequada transmissão às gerações futuras, nossa responsabilidade mais imediata. Penoso será o futuro cultural daqueles que não souberem, individualmente, respeitar e querer o que o passado lhes legou. Quando o cidadão souber defender por si mesmo o que constitui o patrimônio cultural — e aí se incluem os documentos — estaremos diante de uma sociedade madura e digna de desfrutar desse benefício cultural, legado por nossos antepassados.

A situação exige um cuidado especial quanto à educação do indivíduo em todos os sentidos, pois só assim poderemos alcançar um desenvolvimento cultural pleno. E é este o caminho que devemos trilhar, a fim de podermos oferecer mais informações e, em consequência, mais conhecimento, que conduza e obrigue ao respeito. "Mal poderá respeitar quem não conheça; porém, que lamentável espetáculo o de quem, conhecendo, não o faz". A arquivologia oferece-nos muita sa-

tisfação e amplos conhecimentos, e solicita não só atenção e valorização, mas também um profundo respeito pelos arquivos, tanto os já estudados quanto aqueles que ainda aguardam a vez de serem pesquisados.

Conclusões e recomendações

1. Embora exista em algumas instituições um interesse recente pela problemática da conservação e preservação do patrimônio documental, estas terão de zelar para que os órgãos produtores da documentação preservem os fundos arquivísticos, tal como estipula ou solicita a lei para a proteção do patrimônio cultural da nação.

2. Deve-se ter em mente que cada arquivo, seja grande, pequeno ou médio, contém dados privativos ou de caráter único, com uma esfera de contingência tanto espacial quanto temporal, o que lhe dá uma representatividade exclusiva. Para tal, urge promover campanhas, não só para resgatar e dar proteção primária, mas também para se chegar a conhecer, de maneira sistemática, os fundos de cada arquivo, a fim de se saber onde encontrar os diferentes documentos de que necessitamos.

3. A ciência histórica atual é muito diferente, pois os pesquisadores se mostram bastante interessados em uma grande quantidade de aspectos do passado, antes tratados superficialmente. Assim, urge que a arquivística seja muito mais protegida.

4. É notório que muitos arquivistas carecem de preparo técnico, em especial nos arquivos departamentais, devido às escassas ou praticamente nulas oportunidades de capacitação neste campo. Frente a tal situação, torna-se necessário o estabelecimento de cursos de formação e capacitação amplos ou de cursos de graduação, tanto de nível médio quanto universitário, para que formem profissionais na área.

5. Ao realizarmos uma análise geral da documentação depositada em nossos arquivos, descobrimos que desapareceram quantidades imensas de documentos por motivos diversos, com suas conseqüências, é claro, dando origem a páginas em branco de nosso patrimônio cultural. Diante disso, cabe dar início a uma ampla campanha de conscientização nacional, que produza os frutos necessários para proteger o que ainda nos resta.

6. É impressionante a quantidade de agentes daninhos que afetaram e ainda afetam a documentação em grande parte de nossos arquivos. No entanto, muitos documentos são passíveis de restauração, e para isso será necessário criar, em Honduras, um Centro Nacional de Restauração de Documentos e, assim, salvá-los da destruição total.

7. Os arquivos hondurenhos são bem mais valiosos do que se pensa, e os documentos neles contidos constituem um testemunho fiel do desenvolvimento da nossa história local ou regional, através do tempo. Por conseguinte, são fontes inesgotáveis que nos permitirão elaborar, de maneira sistemática, correta e verdadeira, a história nacional, desconhecida em cerca de noventa por cento. Naturalmente, será com a devida atenção à organização, à boa administração e a uma adequada conservação dos arquivos que alcançaremos nosso objetivo, tendo sempre presente que não só estaremos cumprindo uma responsabilidade, mas também contribuindo de maneira eficiente para a coletividade.

Como conclusão geral, diremos que "a escrita não é somente um processo destinado a fixar a palavra ou um meio de expressão permanente. Ela fornece, de maneira direta, o acesso ao mundo das idéias, reproduzindo a linguagem articulada, apreendendo a idéia e fazendo-a percorrer o tempo e o espaço. É a ação social, base da nossa civilização, identificando-se com os progressos do espírito humano". Em seu processo contínuo dá nascimento aos papéis, aos documentos; estes, por sua vez, ao se conservarem em lugares específicos, dão origem e vida aos arquivos — esta instituição digna de melhor destino e respeito. Nossa responsabilidade consiste em evitar sua destruição ou degradação, para que a arquivologia anterior a nós e a atual seja levada aos cidadãos do futuro e às gerações que os sucederão.

Abstract:

Theme almost unknown by Hondurans, only recently the archives maintenance aroused the state interest. Since Antiquity, this article draws a general panorama about the formation and the importance of archives, when the different civilizations have already planned its maintenance. It provides several ways of treatment to the preservation of documental inheritance of a nation and it alerts to a proper organization, management and maintenance of the archives.

Résumé:

Thème presque inconnu pour les hondurens, ne que récemment la conservation des archives a éveillè l'intérêt de l'État. À partir de l'Antiquité, cet article trace un panorama général sur la formation et l'importance des archives, lorsque les différentes cultures déjà projetaient sa conservation. Il fournit les diverses formes de traitement pour la préservation du patrimoine documental d'une nation et attire l'attention pour l'organisation, l'administration et la conservation appropriées des archives.

Contribuição à análise de textos: o discurso do deputado-geral Paulino José Soares de Souza

Hamilton de Mattos Monteiro
Professor do Curso de Pós-Graduação em História, na
Universidade Federal Fluminense, e presidente da
Comissão de Consultores de História da Capes/MEC

Os textos políticos, ou seja, aqueles produzidos pelos políticos e autoridades governamentais, não podem e não devem ser tomados *ipsis verbis*. Não podemos esquecer que a língua é um importante instrumento de dominação de um grupo ou classe social. As palavras não têm um só sentido, não são neutras, isentas; muito pelo contrário, são peças de um mosaico que assume um simplificado conforme o artesanato compõe sua alegoria. Essa dubiedade é proposital. Afinal, é por meio do discurso, escrito ou falado, que se estabelece a relação entre o emissor e o receptor. O discurso constitui, portanto, a ponte que os liga e tem um objetivo pre-determinado, que só é realmente conhecido pelo emissor. O receptor é o alvo do discurso e este deve envolvê-lo, de modo que ele acredite na mensagem e se submeta aos argumentos.

Os discursos políticos não podem ser analisados como outros textos, por exemplo a ficção literária. Se assim o fizermos, estaremos agindo no "terreno das ilusões ideológicas", conforme Bettelheim,¹ e não conseguiremos recuperar o papel desses documentos na história das formações sociais.

Há vários recursos para o emissor dissimular seus objetivos. Entre eles está a beleza da forma, o recurso do apelo à autoridade, por meio de um texto sagrado ou de um autor erudito ou consagrado, a utilização de termos técnicos de difícil compreensão para a ampla maioria dos ouvintes, as citações de fatos passados que possuam uma aura favorável e remetam os receptores a um mito ou tempo que imaginam positivo. O interessante é que tudo isso é falso, na medida em que são passagens retiradas do seu contexto e reaproveitadas formalmente para convencer o interlocutor. Cumpre-nos desarmar essas armadilhas, ultrapassar a superfície do discurso e descobrir seu sentido latente, "aquele sentido que os termos do discurso dissimulam e revelam ao mesmo tempo".²

1. Bettelheim & Sweezy. *A transição para o socialismo* (Lisboa, Edições 70, 1978), p. 59.

2. Idem, *ib.*, p. 38.

Regine Robin apresenta-nos outros tipos de armadilhas.³ Não as que o emissor articula para apanhar suas vítimas, mas aquelas em que os analistas podem cair por suas posições teórico-metodológicas ou por ausência delas. A primeira seria a tendência a colocar a lexicologia no mesmo nível da história ou da sociologia. Isto é, acreditar ser possível chegar-se ao social por meio do estudo do vocabulário — como se as palavras fossem produto de indivíduos sem classe ou ideologia e diretamente refletissem e revelassem seu comportamento, sua maneira de agir e de pensar.

A outra seria a tendência a se aceitar um isomorfismo entre os grupos sociais e o léxico. Como se o emissor não fosse capaz de apropriar-se de palavras e modelos de outros grupos e mantivesse nos seus discursos, ao longo do tempo, uma lógica e coerência unívocas.

Finalmente, há uma terceira armadilha, que ela chama de "análise interna": a tendência a se analisar o texto permanecendo-se exclusivamente no nível lingüístico, "como se se pensasse que o discurso não é determinado nem governado por outra coisa que não ele próprio, que ele é seu próprio fim e, sobretudo, que ele próprio é a chave de sua inteligibilidade".⁴

Devemos, portanto, não nos deixar levar por esses caminhos e nunca perder de vista o caráter do discurso político como peça importante nas relações entre as classes ou grupos sociais.

A título de técnica⁵

O trabalho de análise de conteúdo exige uma sucessão de procedimentos. É preciso, inicialmente, fazer-se uma correta escolha dos textos, caso venhamos a trabalhar com uma série documental. Essa escolha não pode ser seletiva e os documentos devem ser representativos e pertinentes, face aos nossos objetivos. Em seguida, procede-se a uma leitura geral para verificar o que os documentos permitem fazer. Esta etapa exige que o pesquisador conheça a temática e tenha uma sólida bagagem teórica. Mesmo que não tenhamos hipóteses preestabelecidas, devemos identificar os temas e subtemas, bem como os mais significativos termos utilizados em cada um.

Neste ponto, é bom esclarecer que tão importante quanto a presença de termos em um conjunto de textos é sua ausência. Não se pode deixar de levar em conta os adjetivos e os advérbios, ao lado da frequência com que aparecem.

Finda essa operação, procede-se, por analogia, ao reagrupamento dos termos segundo os temas e, caso seja uma série que englobe textos de épocas diversas, deve-se dispô-los cronologicamente. A variação de tratamento, ao longo de um período, pode ser reveladora.

Em seguida, passa-se a recuperar o contexto, ou seja, a situação ou época em que o texto foi produzido, quem o produziu, a posição do autor face às relações sociais reais. Identifica-se a quem o texto ou discurso é dirigido e, também,

3. Regine Robin. 'As armadilhas da ausência de uma teoria da articulação', em *História e linguística* (São Paulo, Cultrix, 1977), cap. 2.

4. Idem. *ib.*, p. 56.

5. Sobre esses procedimentos técnicos, aconselhamos o excelente livro de Laurence Bardin, *Análise de conteúdo* (Lisboa, Edições 70, 1979).

sua posição diante da formação social em questão (contradições sociais, políticas etc.).

Deve-se cotejar o texto, ou textos, com outras fontes, para que não caiamos nas armadilhas do discurso, estabelecendo (e acreditando) uma relação direta entre ele e seu autor — como diz Bettelheim, para não ficarmos “no terreno favorável ao inimigo de classe, no terreno das ilusões ideológicas, aquele onde se desenvolvem todas as formas de exploração, de dominação e de sujeição”.⁶

O roteiro

Como guia inicial àqueles que pretendem fazer análise de conteúdo de discursos políticos, formulamos um roteiro. Ele deve ser visto como um conjunto de sugestões. Não incluímos algumas tarefas iniciais, tais como identificação do texto, autoria etc., porque se tratam de condições básicas e fundamentais. Elaboramos esse roteiro pensando em algo que fosse bem genérico, deixando ao estudioso a tarefa de fazer as adaptações e ampliações, conforme o conjunto de textos a ser trabalhado.

a) *texto*:

- proceder a uma leitura geral, para conhecimentos do material;
- identificar o(s) tema(s) principal(ais) e secundário(s);
- listar os termos de maior relevância empregados em cada unidade ou tema e explicitar seu significado (para a época e, na medida do possível, na visão do emissor);
- esquematizar o texto, após sua descodificação, consoante os temas e subtemas listados.

b) *Texto*:

- identificar quem fala ou escreve;
- identificar o local ou a situação em que o texto é produzido ou apresentado;
- desvendar os objetos do emissor (por exemplo: a quem o texto é dirigido? o que pretende com ele?);
- situar o texto no jogo das contradições sociais e políticas da formação social em questão.

c) *intertextualidade*:

Os textos devem ser cotejados com outras fontes. Os oficiais, políticos ou jornalísticos, em especial, não podem ser tomados *ipsis verbis*, o que seria uma ingenuidade. Um mesmo fato tem versões diversas e valores diferentes, conforme o observador. As palavras são manipuladas pelo emissor para atingir um fim predeterminado.

O discurso de Paulino José Soares de Souza

A título de ilustração, escolhemos um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, no dia 1º de setembro de 1874, por Paulino José Soares de Souza (não confundir com seu pai, o visconde do Uruguai, homônimo, falecido em 1866),

6. Op. cit., p. 59.

a propósito do projeto de lei que alterava a forma de recrutamento militar. O texto na íntegra vai reproduzido no final do artigo.

Propomos sua leitura, inicialmente, sem a preocupação com o contexto. O discurso é composto por 37 parágrafos, retirando-se dois apartes e uma demonstração de apoio do plenário. Uma estatística desses parágrafos dá-nos o seguinte quadro:

- a) manifestação de apoio ao projeto, apesar de reconhecer que, em alguns pontos, ele poderia ter outra redação — 11 parágrafos;
- b) histórico da gênese do projeto e referência ao Gabinete Itaboraí, de 16 de julho, do qual emanou — sete parágrafos;
- c) críticas ao Gabinete Rio Branco, de 7 de março, que governava no momento — 12 parágrafos;
- d) outros — sete parágrafos.

A leitura geral do pronunciamento e a estatística acima referida levaram-nos à constatação de que o tema que mais ocupou espaço e tempo foi o ataque ao Gabinete do visconde do Rio Branco. O segundo, quantitativamente, foi a questão do recrutamento militar que, apesar de alguns pontos, os quais, no entender do orador, mereciam outra redação, não foi criticada, mas apoiada.

Percebe-se que a nova lei não constitui um problema real, já que o autor dá a ela seu apoio e não se cansa de tecer elogios ao trabalho do Senado. Durante todo o discurso, nota-se a crítica e a ironia quando se refere ao Gabinete em exercício, ao qual acusa de açodado e estéril. Para ele, o ministério atenta contra as liberdades nacionais ao enfeixar em suas mãos o direito de declarar a guerra, convocar a reserva militar e aprovar créditos extraordinários para guerra que 'julgue' iminente. O Gabinete também é acusado de querer militarizar o país nos moldes da Prússia e da França, projeto esse ao qual o orador contrapõe outro, que denominamos 'grandeza nacional'. Outra acusação refere-se à 'eternidade' e 'imperturbabilidade' do ministério, que não se abala com as críticas nem com a oposição advinda de seu próprio partido.

Portanto, três são os temas centrais do discurso:

- as críticas ao Gabinete do visconde do Rio Branco;
- a nova lei do recrutamento militar;
- os projetos de 'militarização do país' e de 'grandeza nacional'.

A listagem dos principais termos usados para os três temas assim se apresentaria:

- a) sobre o Gabinete:
 - açodado;
 - com intenção oculta;
 - pretende militarizar o país;
 - tenciona sacrificar as liberdades nacionais;
 - falta de iniciativa;
 - estéril;
 - pleno de erros e faltas;
 - imperturbável ante os ataques;
 - eterno no poder.
- b) nova lei do recrutamento:
 - projeto melhorado pelo Senado;
 - concorda com sua idéia capital;
 - apoia a nova sistemática de sorteio;

- impede o arbítrio, as perseguições e prepotências pessoais e políticas;
- as isenções, contribuição pecuniária e substituição corrigem os inconvenientes da igualdade pelo sorteio;
- elogia o engajamento como primeira forma de se constituir o efetivo militar;
- pede apoio à boa execução da lei;
- não concorda com o fato de a reserva militar poder ser convocada pelo Executivo.

c) os projetos políticos:

- 'nação militar':
 - militarização do país;
 - grandeza nacional pela glória das armas;
 - imitação dos exemplos da Prússia e da França;
- o Gabinete detém o direito de guerra, de convocar a reserva militar e de abrir créditos para a guerra que julgue ou anuncie iminente.
 - 'grandeza nacional':
 - paz externa;
 - ordem interna;
 - garantia das liberdades individuais;
 - efetiva liberdade política;
 - prosperidade econômica;
 - bem-estar da população.

Ao nível deste artigo, não desceremos a detalhes tanto quanto seria conveniente. Os termos utilizados mereceriam análises apuradas. Da mesma forma dever-se-ia proceder em relação aos adjetivos e aos tempos de verbos. Os pronunciamentos favoráveis e os desfavoráveis deveriam ser enfocados pelo seu grau de intensidade. Trabalhar nesse nível seria uma importante fonte para o estudo das mentalidades e para a reconstituição do pensamento político da facção de Paulino José Soares de Souza. Expressões tais como "ordem interna", "bem-estar da população", "garantias de liberdade individual", "efetiva liberdade política" possuem carga semântica plena. Relembramos que elas não são neutras e têm na mente do autor um significado específico. Têm um papel no jogo de poder e no das contradições sociais.

O emissor, o conselheiro Paulino, deputado-geral conservador pela província fluminense, foi ministro do Império no Gabinete de 16 de julho de 1868, do visconde de Itaboraá, seu tio-materno por afinidade. Na ocasião, este Gabinete foi considerado extremamente reacionário e, como diziam na época, viera para "debelar a causa das reformas". Contra ele levantaram-se grandes próceres políticos, como Nabuco de Araújo. Suas tarefas principais eram barrar o plano de reformas do Gabinete Zacarias e imprimir maior agressividade à Guerra do Paraguai, visando ao seu término imediato, com pouca complacência em relação ao inimigo. Tempo de guerra. Em 1874, o país achava-se sob o governo do Ministério de 7 de março, chefiado pelo visconde do Rio Branco (de 7 de março de 1871 a 25 de junho de 1875), também do Partido Conservador. Tempo de paz.

O discurso de Paulino era o de um deputado conservador contra um gabinete conservador. A cisão entre os conservadores veio à tona quando da discussão da Lei do Ventre Livre. Paulino postou-se ao lado da facção conservadora contrária à reforma e, desse modo, passou a fazer oposição ao Gabinete. Foi um dos mais veementes oradores contra a Lei do Ventre Livre. Essa cisão também refletia

a divisão no seio da elite imperial. A década de 1870 pressagiava o turbilhão que estava por vir. À questão da Igreja acrescentavam-se o *Manifesto republicano*, de 1870, as pressões por eleições diretas e pela abolição do trabalho escravo. Uma década depois, viria a questão militar (cujas origens remontam à Guerra do Paraguai), que levaria à derrubada da monarquia. A década de 1870 apresentava-se como ponto de inflexão ao sistema vigente.

As preocupações de Paulino com relação ao projeto de militarização do país tinham um certo fundamento. Durante o Gabinete Rio Branco, as despesas com as forças de terra e mar consumiam cerca de 34% do orçamento do Império. Isso em tempo de paz. A esse dispêndio, acrescentem-se os juros de empréstimos contraídos para fins bélicos e os gastos de natureza militar que figuravam no orçamento da Fazenda. No conjunto, acredita-se que as despesas militares chegavam a 50% do orçamento geral do país.⁷

Quanto à crítica por sua 'eternidade' e 'imperturbabilidade', ainda estava clara na mente da oposição conservadora a dissolução da Câmara, em 1872, por ter aprovado uma moção de desconfiança ao Gabinete e, afinal, este ministério ainda teimava em ser governo, apesar das críticas, agarrando-se ao poder desde 7 de março de 1871. Aos homens de 1874 isto parecia uma eternidade porque, em tais circunstâncias, nenhum ministério conseguira manter-se tanto tempo.

Pelo que se observa, o objetivo do orador não era a discussão do projeto de lei do recrutamento militar, mas o confronto com o Gabinete ministerial. Observa-se, portanto, uma situação singular. O discurso é pronunciado na Câmara dos Deputados, para uma platéia de deputados, sobre o recrutamento militar, porém o alvo é o ministério. O tema central é o ministério, e o recrutamento é o secundário, diremos mesmo, o pretexto. A cisão conservadora, por meio de um de seus líderes, não deixa de aproveitar a ocasião e por esse artifício, sem infringir o Regimento da Casa, ataca o Gabinete. Quer a sua queda. Não agüenta mais essa 'eternidade' e essa 'imperturbabilidade', à qual falta, por estar fora de época, um Cellini ou um Miguelângelo para imortalizá-lo "no mais fino mármore".

Chamamos a atenção dos que trabalham com textos políticos e jornalísticos para o perigo que correm ao não fazerem uma crítica mais apurada de suas fontes. Como vimos neste caso, a análise remeteu-nos a um outro plano, mais rico e revelador. O discurso não era apenas para debater o projeto de lei sobre o recrutamento militar. Sua importância era muito maior porque transcendia a essa questão e nos transportava ao intrincado jogo de interesses de poder que marcou os últimos anos do mais longo gabinete da monarquia.

Não queremos dar ao leitor a impressão de que esses procedimentos esgotam o assunto. Nem do ponto de vista da análise de conteúdo nem das considerações teóricas e técnicas exploramos todas as possibilidades. Tal empresa não era nosso objetivo e não cabia no nível deste artigo. A bibliografia, selecionada e listada ao final, permitirá ao pesquisador aprofundar-se na temática e, inclusive, aprimorar as técnicas por nós apresentadas, com melhores resultados.

Transcrição do discurso

Anais da Câmara dos Deputados, 1874, volume 5, apêndice: pronunciamento do deputado Paulino José Soares de Souza.

7. Sérgio Buarque de Holanda, *Do Império à República* (São Paulo, Difel, 1972), H.G.C.B., tomo 2, p. 167.

Sessão em 1.º de setembro

Emendas do Senado à Lei do Recrutamento

O senhor Paulino de Souza (*sinais de atenção*): — Examinei as emendas postas pelo Senado à proposição desta augusta Câmara, relativa ao recrutamento, e venho, senhor presidente, enunciar sobre elas, em termos gerais e muito breves, o meu modo de pensar.

Antes, porém, de fazê-lo, devo assinalar a posição que tomamos neste debate, os meus amigos e eu.

Tratando-se de assunto tão grave, não parece bem avisada a intenção que mostra o Gabinete de querer, dentro de três ou quatro dias, converter em lei este projeto sem deixar-nos o tempo necessário para convenientemente se estudarem e debaterem as emendas por meio das quais o Senado profundamente alterou o trabalho da Câmara. Não obstante, está longe de nossa intenção fazer delas questão política e criar embaraços à decretação desta lei. (*Apoiados da oposição.*)

Não temos contra ela intentos de oposição (*apoiados*), não nos arregimentamos neste debate nem nós apresentamos acordos e em corpo sob a disciplina que V. Exa. tem visto apondo-nos aos planos do ministério. Nesta questão, cada um de nós exporá com toda a isenção o seu conceito contra ou a favor das emendas em discussão, adotando ou rejeitando as que lhe parecerem sem o nexo do pensamento comum, sem atenção ao interesse que o ministério possa tomar por esta ou por aquela idéia. Nem se trata de uma medida de confiança política ao Gabinete.

É nestas disposições de espírito que por minha parte vou também manifestar-me. E confiando a V. Exa. as apreensões que salteiam o espírito conservador ao ver passar-se no modo de obter-se a força pública de um sistema para outro, posso, senhor presidente, sem temor de suspeição, exprimir com toda a franqueza o meu juízo, porque não impugno em geral as emendas do Senado que incontestavelmente melhoram o projeto primitivo nem sou infenso à idéia capital deste.

Foi sob a influência de um ministério a que pertenci que teve andamento, nesta casa, o projeto agora emendado, então sustentado pelo ministro da Guerra, de 16 de julho, o ilustre senhor visconde de Muritiba, a quem me prendem menos os laços da solidariedade daquele tempo do que os sentimentos de antiga estima e do mais sincero respeito. São considerações estas que devem atuar em meu ânimo para desejar que a nova lei tenha a mais feliz execução.

Entretanto, algumas de suas disposições não me deixam o espírito inteiramente tranqüilo e repousado, atenta a influência que hão de ter na ordem doméstica, nas relações econômicas e em outras do modo de ser de nossa sociedade.

Em 1869 eram as reflexões que agora ocorrem sopitadas por impressões recentes e dolorosas, sob as quais estávamos todos nós.

A Guerra do Paraguai apanhára-nos desprecebidos com o exército quase desorganizado. Fora, por assim dizer, sem forças regulares, com voluntários da pátria, com guardas nacionais destacados e com recrutas obtidos por meio de levadas em massa atropeladamente executadas que tivéramos de levar a guerra a país estrangeiro. Essas forças levantadas de improviso, sem hábitos militares e que, aliás, representavam em grande parte o elemento válido de nossa população, eram dizimadas ao contato pestífero dos esteiros do Paraguai e ao rigor das intempéries naquelas inóspitas regiões, enquanto se adestravam no manejo das armas e

aprestavam-se para entrar em combate. Foi este um dos motivos de demorarem-se tanto as operações da guerra.

Tivera o governo de socorrer-se naqueles apuros de expedientes já excessivos, já repugnantes: comprara centenas sobre centenas de escravos para, libertando-os, dar-lhes lugar nos claros das fileiras deixados pelos bravos que sucumbiam nos combates. Não se duvidara aconselhar o perdão aos galés de Fernando de Noronha para assentar naqueles ombros degradados a farda de soldado brasileiro.

O senhor Duque Estrada Teixeira: — Foi um grande erro.

O senhor barão de Penalva: — Foi uma vergonha.

O senhor Paulino de Souza: — Tal era o aperto das circunstâncias quando entrei para o ministério e pude melhor avaliar as dificuldades com que lutávamos.

Conquanto já entrasse a guerra em outra fase, durante a sessão de 1869 não se podia ainda prever com segurança o seu termo.

A vista deste estado de coisas, sob a pressão de ocorrências extraordinárias, não pus objeções ao plano que se adotou nem devia então fazê-lo e apurar o merecimento desta ou daquela disposição, não se dando o caso de serem elas atentórias de grandes princípios de nossa organização social ou política.

Se tivéssemos hoje de discutir o projeto, refletindo mais pausadamente sobre suas disposições, não deixaria de impugnar algumas e de propor emendas a outras.

Está ele, porém, aprovado pela Câmara: não deve ser discutido senão naqueles pontos a que se referem as emendas do Senado para adotarmos as disposições do projeto tais quais ou com as emendas. Ou uma ou outra coisa tem de ser aceita: nada pode agora a Câmara inovar acrescentando, alterando ou suprimindo. Nem sequer poderíamos mais rejeitar o projeto.

Nestas condições, pede a lealdade, é o meu dever como representante da nação não tirar a força moral a disposições que estão prestes a ser lei nem autorizar com palavras deste recinto os obstáculos que porventura oponham a sua boa execução. Abstenho-me, portanto, de toda a crítica às disposições do projeto, com as quais não entendem as emendas do Senado. E se a ele aludi, com a vaga generalidade das palavras por V. Exa. ouvidas, não foi, senhor presidente, senão para atenuar a responsabilidade que sobre mim possa pesar. Espero a lição da experiência e estimarei que ela dissipe todos os meus escrúpulos. Devo, entretanto, declarar que adiro plenamente à idéia sistemática do projeto. Inegavelmente, o alistamento e o sorteio dão garantias que não oferece o recrutamento atual, por meio do qual as autoridades subalternas exercem nas localidades toda a sorte de perseguições e prepotências, principalmente por motivos de eleições, e outras vezes são guiadas por caprichos e ódios mesquinhos de partidos pessoais. Tem resultado daí grande perda de força moral para a autoridade, recrutando-se indivíduos moralizados e com hábitos de trabalho, ao passo que, por espírito de patronato, vagam a seu salvo os que deveriam prestar serviços no exército por não fazerem outros à sociedade e serem antes matéria disposta para a desmoralização e criminalidade. Há, assim, revoltante desigualdade, determinada por motivos menos confessáveis.

A sorte é a decisão do acaso e o acaso é a negação de todo o princípio e de toda a regra, mas ainda assim prefiro o aleatório da sorte ao arbitrário do capricho pessoal das autoridades locais. *(Apoiados.)*

É certo que a igualdade, nivelando todas as condições e excluindo todas as distinções da ordem moral e as exceções fundadas no interesse social, tornar-se-ia neste ponto tão iniqua na prática quanto absurda em princípio. A verdadeira

igualdade consistiu sempre em tratar desigualmente, conforme a justiça, condições e méritos desiguais. Para corrigir os inconvenientes da igualdade que se exige e não se pode deixar de exigir no alistamento para o serviço militar, af estão as isenções, a contribuição pecuniária e a substituição.

Das emendas do Senado não posso deixar de aplaudir a que adotou o engajamento como o primeiro e melhor meio de obter soldados. Não hei mister demonstrar-lhes as vantagens nem as que provirão das isenções que em sua sabedoria o Senado estabeleceu em outra emenda das que se acham em discussão.

No projeto da Câmara não se seguira, como fez o Senado, o pensamento salutar das instruções de 10 de julho de 1822, quando em seu preâmbulo recomendou que a maior atividade do recrutamento não fosse à custa das artes, da navegação, do comércio e da agricultura. Atendera-se, naquele tempo, a que muitas profissões interessam mais ao Estado do que a permanência de mais algumas centenas ou milhares de soldados nos quadros do exército em tempo de paz, e determinara-se que os recrutas fossem tirados dentre os indivíduos a que não se conhecesse profissão certa ou indústria lícita, procurando-se, como dizem as instruções, *nos viveiros da ociosidade* os que se destinassem ao mister de soldados para não se arrancarem à indústria e a outros serviços os que a uma e outros se dedicam com maior proveito social.

Uma das isenções do projeto (art. 1º, § 1º, nº 7) é o pagamento da contribuição pecuniária que se marcar em lei. A Câmara excetuara o caso de guerra que o Senado eliminou, e com fundamento a meu ver, pois que em tempo de guerra pode-se elevar o *quantum* da contribuição pecuniária para obterem os alistados dispensa do serviço. Não posso, porém, votar pela parte dessa emenda em que se atribui ao governo o arbítrio de julgar dos casos em que o alistado pode isentar-se por meio da contribuição pecuniária, ainda em tempo de paz. Prefiro a disposição do projeto da Câmara, o qual não fazia distinções, não criava novas dependências administrativas nem dava lugar ao capricho e ao empenho, cancro o mais estragador dos que corroem e perturbam a ordem moral na nossa sociedade. (*Apoiados.*)

A contribuição pecuniária, maior ou menor, isenta ou não isenta: eis como deve ser posta a questão. Se isenta, para que deixar ao arbítrio do governo ficar ou não o contribuinte exonerado do serviço?

Há outra emenda que eu *in limine* rejeitaria se pior do que ela não fosse a disposição do projeto à qual se refere. O art. 5º, organizado de certa forma a reserva, consigna a faculdade de ser ela em caso de guerra chamada às armas por simples decreto do Poder Executivo. A emenda do Senado melhora praticamente a realização dessa faculdade, mas conserva-a ao governo sem exigir ao menos que solicite a aprovação explícita da assembléia geral legislativa.

Vejo-me, assim, senhor presidente, entre Sila e Caribdes; porque, se não adotar a emenda, terei de resignar-me à disposição do projeto. Uma não satisfaz e outra é inaceitável: não posso propor terceiro alvitre porque temos de votar por uma ou por outra.

O Poder Executivo tem pela Constituição, e deve ter, a atribuição de declarar a guerra. Com a posse em que está ilegal e atentatória do Poder Legislativo de abrir créditos extraordinários por motivo de guerra que julgue ou anuncie iminente, como fez ainda este ano, com essa faculdade e com a de a seu talante chamar às armas a reserva, o que fica ao Parlamento para tornar efetiva a influência que lhe cabe nesta forma de governo?

Consuma-se, assim, o sacrifício das liberdades nacionais, uma das quais, e preciosíssima, é não poder o governo ter dinheiro e contingentes militares para fazer a guerra sem o voto dos representantes da nação e por iniciativa da Câmara dos Deputados. Essa atribuição do Poder Legislativo é constitucionalmente o contraste daquela outra de declarar a guerra conferida ao Executivo. (*Apoiados.*)

Na discussão ultimamente havida no Senado falou-se muito na organização militar do Brasil, citando-se os exemplos e legislação da França, da Prússia e de outros países que esgotam toda a seiva nacional na sustentação da política chamada do equilíbrio europeu. Nada disto, senhores, é aplicável ao Brasil que, por sua posição geográfica, por todos os interesses, pela índole da sua população, não é uma nação militar.

Não será certamente, senhor presidente, por se levarem à coleção das leis as disposições deste ou de outro projeto que se mudará o caráter nacional. A grandeza do Brasil não pode assentar na glória das armas; as condições da sua realização consistem na prosperidade econômica, no bem-estar da população, na paz exterior, na ordem interna, nas garantias de liberdade individual, na efetividade da liberdade política. (*Apoiados.*)

O meu pensamento de hoje exprimia-o há quase cinquenta anos Evaristo Ferreira da Veiga, o mestre de nosso jornalismo, escritor eminente e verdadeiro patriota, quando, em 1828, a propósito de intervir o Brasil na guerra de sucessão da Coroa portuguesa, publicava na *Aurora fluminense* estas palavras tão eloquentes quanto repassadas de bom senso e de critério político:

A glória nacional do Brasil não consiste em praticar desatinos... consiste em medir cautelosamente seus meios e posição para se limitar a justos termos; consiste em trabalhar para aumentar a nossa riqueza interna, e portanto os nossos recursos pela indústria e pela economia; consiste em cuidar menos na superfície e mais na realidade das coisas; ter menos baionetas e mais lavradores, menos fragatas a apodrearem e mais máquinas produtoras em atividade; consiste, finalmente, no contrário de tudo quanto se tem feito e se continua a fazer. É aí que nós encaramos a glória do Brasil que está inteiramente ligada à sua prosperidade; essa glória nós a desejamos à nossa pátria como quem lhe consagra um culto de amor, de veneração e de ternura sem limites.

Não quero, senhor presidente, demorar o pronunciamento da Câmara sobre as emendas do Senado, as quais, como já disse, em geral melhoram muitas das disposições do projeto primitivo.

Mais pressa do que eu tem, sem dúvida, o ministério para quem a passagem desta lei é questão do mais vital empenho. Se lhe opuséssemos embaraços e tivesse também de ficar ela para o ano, não haveria matéria para a fala do encerramento nenhuma outra medida, tendo o ministério conseguido das câmaras na presente sessão. Esta mesma foi promovida pelo Gabinete de 16 de julho e pode ser este ano convertida em lei por estar já muito adiantada e não lhe criar a oposição as dificuldades que poderia sugerir-lhe.

Com o alvitre que adotamos de não embaraçá-la, temos livrado o ministério do vexame em que se acharia não tendo outro assunto que oferecer ao chefe do Estado para a fala do trono com que se vai encerrar a presente sessão, senão a esterilidade a que sua permanência no poder condenou a reunião legislativa deste ano. É verdade, senhor presidente, que pouco se daria disso aos nobres ministros, uma vez que tivessem licença para continuar no governo.

Facilitando ao Gabinete a passagem desta lei, que hoje vale tanto para ele, na altura em que estamos, como vale uma sede d'água no deserto, poderia eu aproveitar-me deste ensejo em que lhe prestamos serviço para articular os erros e faltas suas que trouxeram a esterilidade legislativa destes longos quatro meses. Não o faço, porém, além do mais, porque seria tempo perdido, não havendo demonstrações nem censuras por mais graves e fundadas que abalem o ânimo imperturbável dos nobres ministros. O próprio raio, ali batendo, teria de recuar.

A imperturbabilidade é a grande virtude moral e política do 7 de março: nela reside a sua força e consistirá a sua glória. Não há louvores com que se possa exaltar essa eminente e rara qualidade que arrasta tudo e diante de coisa alguma hesita, esse amor de um viver inútil em que se assenta esta eternidade ministerial, começada na data da organização do atual Gabinete, para acabar talvez, com o tempo, visto que não pode ir além do tempo.

Se para celebrar essa glória de viver a todo o transe, e seja como for, houver quem queira levantar estátuas à imperturbabilidade do 7 de março, só eu não lhas daria, porque para tirá-las no mais fino mármore a arte moderna não mais possui nem o escopro inspirado de Miguelângelo nem o cinzel primoroso de Benvenuto Cellini.

Vozes: — Muito bem, muito bem.

Bibliografia básica para uma análise de texto

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981.
 BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1979.
 ECO, Humberto. *Conceito de texto*. São Paulo, Querôz/EdUSP, 1984.
 GREIMAS, A.J. *Semiótica e ciências sociais*. São Paulo, Cultrix, 1981.
 REIS, Carlos. *Técnicas de análise textual*. Coimbra, Almedina, 1981.
 ROBIN, Regine. *História e lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1977.

Abstract:

This article provides a guide to those that intend to analyse the contents of politic speeches, which cannot be confronted as any other texts. It still emphasizes the resources used by the emitter to dissimulate his aims and achieve a pre-determined goal. As illustration, it transcribes a speech pronounced by the deputy Paulino José Soares de Souza about a bill that modified the form of military recruitment.

Résumé:

Cet article fournit un routier à celui que prétend faire l'analyse du contenu des discours politiques, lesquels ne peuvent pas être considérés comme des autres textes quiconques. Il relève, encore, les recours utilisés pour l'émetteur avec l'intention de dissimuler ses objectifs et atteindre un but prédéterminé. Comme illustration, il transcrit le discours prononcé pour le député Paulino José Soares de Souza sur le projet de loi que changeait la forme de recrutement militaire.

Perfil institucional

Origem e perspectivas da Associação Latino-Americana de Arquivos*

O primeiro embrião de uma associação de arquivistas na América Latina foi a Corporação de Bibliotecários, Arquivistas e Conservadores de Museus do Caribe, criada durante a II Reunião da União Interamericana do Caribe, em 1940, em São Domingos, e sediada em Havana. Nesta cidade realizou-se, em 1942, o I Congresso de Arquivistas, Bibliotecários e Conservadores de Museus do Caribe, e em 1944 a Seção de Arquivos dessa corporação organizou a I Assembléia de Arquivistas do Caribe.

Contudo, o movimento só tomou impulso no seio do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (I.P.G.H.), que desenvolveu, por intermédio de seu Comitê de Arquivos, uma série de atividades voltadas para a agregação dos países latino-americanos. Esse comitê conseguiu reunir um grande número de representantes da América Latina em sua I Reunião de Consulta, realizada em Havana, em 1950. O segundo encontro, sem dúvida mais significativo, foi a I Reunião Interamericana sobre Arquivos (P.R.I.A.), ocorrido em Washington, em 1961, no qual se decidiu criar o Conselho Interamericano Técnico para Arquivos (Citra).

Porém, somente quatro anos depois presenciou-se um fato decisivo para o desenvolvimento dos arquivos latino-americanos: a inclusão de programas arquivísticos na Organização dos Estados Americanos. A sede da O.E.A., em Washington, abrigou a Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento dos Arquivos, em 1972, na qual se elaborou a 'Carta dos arquivos americanos', que recomendava a criação de uma associação de arquivistas na América Latina.

* Adaptação de texto publicado na revista *A/a*, número promocional, setembro de 1986, de autoria de Celina Moreira Franco, presidente da A.L.A.

A oportunidade de cumprir tal recomendação deu-se no ano seguinte, quando se celebrou o Seminário Multinacional sobre Planificação e Reorganização de Arquivos Nacionais, sob os auspícios da O.E.A. e organizado em Lima por iniciativa do diretor do Arquivo Geral da Nação do Peru, Guillermo Durand Flórez. Neste seminário resolveu-se criar a Associação Latino-Americana de Arquivos (A.L.A.) e foi eleito um Comitê Executivo Provisório, encarregado de elaborar seus estatutos.

Em 1974, os participantes da reunião do Comitê de Arquivos do I.P.G.H., em Ottawa, efetuaram uma sessão que tomou caráter de assembleia, com a eleição de um Comitê Diretivo para a A.L.A. Foi, porém, durante a Reunião de Especialistas para o Desenvolvimento dos Arquivos Nacionais, convocada pela Unesco, em Bogotá, em 1976, que se aprovaram seus estatutos, segundo os quais "o objetivo da Associação é de servir de instrumento para uma efetiva colaboração entre os associados, mediante a unificação de critérios e o intercâmbio de experiências que acelerem o desenvolvimento integral do trabalho arquivístico e assegurem uma efetiva conservação e utilização do patrimônio documental latino-americano".

A A.L.A. ficou constituída como uma entidade de direito internacional privado, de caráter profissional e cultural, além de permanecer como ramo regional do Conselho Internacional de Arquivos. Seu primeiro presidente foi Guillermo Durand Flórez, que a implantou e deu-lhe formato legal. Seu segundo presidente, César García Belsunce, então diretor do Arquivo Geral da Nação da Argentina, transformou a A.L.A. em um ramo ativo e dinâmico do Conselho Internacional de Arquivos, integrando os países mais desenvolvidos na área de arquivologia ao seu Comitê Diretivo.

A Associação possui cinco categorias de membros, os quais têm direito a participar das atividades e programas desenvolvidos, bem como receber suas publicações e informações. Dividem-se nas seguintes categorias:

— classe A: arquivos gerais, centrais ou nacionais, ou direções-gerais de arquivos, desde que exerçam a representação oficial de seu país;

— classe B: associações profissionais de arquivistas;

— classe C: arquivos históricos ou administrativos, regionais, departamentais ou de qualquer outra jurisdição, públicos ou privados;

— classe D: centros de formação e capacitação arquivística ou qualquer instituição estreitamente vinculada à atividade arquivística;

— classe E: membros individuais.

Além disso, as pessoas reconhecidas pela Assembleia-Geral como tendo prestado serviços relevantes à atividade arquivística podem ser eleitas membros honorários.

Atualmente, a A.L.A. administra uma realidade arquivística complexa em um continente de grandes dimensões geográficas. Possui um acervo de aproximadamente cinco séculos, contendo registros históricos de pelo menos quatro continentes, levando-se em conta o período em que o rei de Portugal governou, do Brasil, suas províncias ultramarinas da África e Ásia. A guarda desse acervo torna-se mais difícil se

considerarmos a origem, a estrutura e a forma de organização dos centros nacionais que se ocupam de nossos documentos. Em geral, os arquivos nacionais latino-americanos foram criados em obediência à base e às estruturas do período colonial; a superação dessa fase exige um imenso esforço no sentido de alcançar sua modernização.

Várias têm sido as tentativas da A.L.A., para superar as dificuldades arquivísticas deste continente: a realização de seminários regionais sobre temas necessários ao desenvolvimento dos arquivos; a criação de comitês de estudo e trabalho voltados à difusão de experiências significativas para regiões mais carentes; a divulgação de fatos e eventos com o objetivo de integrar países com realidades díspares e obstáculos similares; e a indicação de projetos-pilotos de caráter regional, financiados por organismos internacionais.

Para o pleno funcionamento da A.L.A. deve-se estabelecer uma política de divulgação que integre seus diferentes membros. Assim, a revista *A/a* foi o veículo escolhido para levar a todos os membros da Associação as informações necessárias à democratização do conhecimento arquivístico em nosso continente.

A A.L.A. propõe-se, ainda, a implementar um plano de trabalho a médio prazo, objetivando coordenar e estimular sua atividade profissional. Após a reavaliação dos projetos realizados nos últimos anos, elegeram-se como pontos prioritários, entre outros, dar continuidade à política de cooperação com organizações internacionais, principalmente o C.I.A., a Unesco e a O.E.A.; propiciar a adoção de medidas voltadas para a conservação e restauração do patrimônio documental; difundir resultados de trabalhos sobre conservação e restauração de documentos em regiões tropicais; pesquisar materiais latino-americanos que possam ser exportados; e criar o Ano da Conservação e Restauração de Documentos Arquivísticos na América Latina. Prevê-se, também, o estabelecimento e o desenvolvimento de programas de formação profissional, capacitando os arquivistas a intervir na realidade arquivística latino-americana. Esses profissionais estariam aptos a administrar uma política de gestão de documentos, a dialogar com os profissionais das áreas de direito, história, automação e ciência da informação, bem como a atuar na guarda e na conservação de documentos permanentes.

É necessário, ademais, desenvolver metodologias ibero-americanas para a gestão de arquivos administrativos, além de divulgar os instrumentos de descrição normalizados para todo o continente latino-americano. As instituições cuja finalidade é a de guardar e conservar documentos de valor permanente devem ter por obrigação primeira dar acesso ao acervo sob sua guarda a todo cidadão em busca de seus direitos civis, à administração pública necessitada de dados precisos para seus projetos e ao pesquisador que procura a verdade histórica nos documentos arquivísticos.

Por fim, a Associação Latino-Americana de Arquivos pretende dar início ao estudo de um Guia de Fontes para a História da América Latina, o qual, em última instância, se vincula às comemorações do V Centenário do Descobrimento da América. Esse projeto poderá iniciar-se

com o levantamento dos instrumentos de pesquisa ou de descrição disponíveis nos arquivos latino-americanos, evoluindo, no futuro, para o censo dos arquivos. Mediante o desenvolvimento desse Guia de Fontes, estar-se-ia contribuindo para o pleno conhecimento de nosso passado, procurando refletir melhor sobre o presente e, certamente, buscando melhores condições para planejar o futuro.

Bibliografias

HISTÓRIA ORAL*

Método e fonte de pesquisa bastante recente, a história oral vem sendo utilizada e considerada de forma heterogênea por instituições de pesquisa do país e do mundo, por força de uma certa indefinição quanto a seus atributos, limites e particularidades. Essa diversidade de pontos de vista é bastante proveitosa para o debate acadêmico, mas, de outro lado, incide sobre a produção bibliográfica, ainda reduzida quando se trata especificamente de história oral, casos em que a abordagem pode enfatizar tanto o método de pesquisa utilizado para a produção de documentos de história oral, quanto a consulta e a análise destes documentos como fontes de pesquisa.

De qualquer maneira, parece haver um certo consenso quanto à produção e à preservação de documentos de história oral para a pesquisa histórica, principalmente em casos em que inexitem fontes escritas, cuja produção, inclusive, tende a decrescer devido à atual facilidade de comunicação por outros meios. Assim, apesar de ainda tatear com respeito ao que seja seu estatuto, a história oral constitui um terreno profícuo por permitir a recuperação de acontecimentos e interpretações do passado, inéditos ou complementares aos obtidos em outras fontes de pesquisa.

Dal a relevância de um levantamento bibliográfico como este que se segue, fornecendo subsídios para o ingresso e a ampliação do conhecimento, não só da história oral, como de temas obrigatoriamente a ela relacionados, como método qualitativo, método biográfico, história de vida e memória. O acesso de pesquisadores e demais profissionais das áreas de história e ciências sociais a uma compilação deste gênero só pode enriquecer e intensificar o debate necessário a todos os que se dedicam ao conhecimento das sociedades na história e da própria teoria da história.

Foram consultados os catálogos das seguintes instituições: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Bra-

* Realizado por Margarete Rosa Tavares, bibliotecária do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas.

sil (CPDOC), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Arquivo Nacional (AN), a Biblioteca do Museu Nacional, Programa de Antropologia (PPGAS), além de bibliografias especializadas. O asterisco, na relação, representa obras não localizadas.

ABRAHAMS, Roger D. Story and history: a folklorist's view. *The Oral History Review*, Denton, 9: 1-11, 1981.

FGV

ACTES de la Recherche en Sciences Sociales. s.l., n° 62/63, juin 1986. Número consagrado a estudos com método biográfico.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. *A importância do laboratório de história oral no processo do estudo histórico*. Florianópolis, Arquivo Público do Estado, 1985.

AN

ARCHIVES Orales: une autre histoire? *Annales*; économies, sociétés, civilisation, Paris, 35(1): 124-26, jan./fev. 1980.

FGV

LES ARCHIVES orales: quelques réflexions sur leur genèse. *La Gazette des Archives*, Paris, (115): 246-51, 4. trim. 1981.

FGV

ARON-SCHNAPPER, Dominique & HANET, Danièle. Archives orales et histoire des institutions sociales. *Revue Française de Sociologie*, Paris, 19 (2): 261-75, avr./juin 1978.

FGV

_____; _____. D'Herodote au magnétophone: sources orales et archives orales. *Annales*; économies, sociétés, civilisation, Paris, 35 (1): 183-99, jan./fev. 1980.

FGV

BAUM, Willa K. *Oral history for the local historical society*. 2. ed. rev. Nashville, Tenn., American Association for State and Local History, 1974. 63 p.

Trabalho apresentado à "Conference of California Historical Societies".

FGV

BELSUNCE, César A. Garcia. *Los testimonios orales en la experiencia francesa y en Proyecto Rhicas*. s.l., Asociacion Latinoamericana de Archivos, s.d. 9 p. (Proyecto Rhicas, documento de trabajo, 1).

CPDOC

BENISON, Saul. Reflections on oral history. *The American Archivist*, Chicago, 28 (1): 71-7, jan. 1965.

AN

BERTAUX, Daniel. From the life history approach to the transformation of sociological practice. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, 1981. p. 29-45.

_____. L'histoire orale en France: fin de la préhistoire. *International Journal of Oral History*, Westport, 2 (2): 121-148, June. 1981.

BERTAUX, Daniel & BERTAUX-WIAME, Isabelle. Life stories in the Bakers' trade. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c 1981. p. 169-89.

FGV

BERTAUX-WIAME, Isabelle. The life history approach to the study of internal migration. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c 1981. p. 249-65.

FGV

BIOGRAPHY and society: the life history approach in the sociological practice. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, 1981.

FGV

BONFIELD, Lynn A. Conversation with Arthur M. Schlesinger, Jr.: the use Oral History. *The American Archivist*, Chicago, 43 (4): 461-72, Fall 1980.

AN, FGV

BONFIL, Alicia de Oliveira de. "En torno a la historia oral" In: *JORNADAS DE HISTORIA DE OCIDENTE. Anais...* México, Centro de Estudios de la Revolución Mexicana Lazaro Cárdenas, 1978.

BORNET, Vaughn D. Oral history can be worth while. *The American Archivist*, Chicago, 18 (3): 241-53, July 1955.

AN

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

FGV

BRAVO, Anna. Problemi etici nel lavoro con le storie di vita. In: *SEMINARIO DI STUDI (1984: Mondovi). Gli archivi per la storia contemporanea: organizzazione e fruizione...* Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1986. p. 225-33 (Publicazione degli archivi di Stato: Saggi; 7).

AN

BROWNE, George P. Oral history in Brazil off to an encouraging star. *The Oral History Review*, Denton, 1976. p. 53-5.

FGV

BUCKENDORF, Madeline & KNIGHT, Margot H. Oral history and historic preservation: a case study in Washington and Idaho. *The Oral History Review*, Denton, 9 : 97-144, 1981.

FGV

BUCKARD, François. L'archiviste et les enquêtes orales. *La Gazette des Archives*, Paris, (58): 177-78, 1967.

AN

CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE. Histories de vie et vie sociale. Paris, v. 69, juil./dec. 1980. Número especial.

FGV

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. The actor and the system: trajectory of the Brazilian political elites. In: BIOGRAPHY and society. Beverly Hills, Sage, 1981. p. 191-201.

CPDOC

_____. O ator, o pesquisador e a história; impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: A AVENTURA sociológica: objetividade na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 276-304.

CPDOC

_____. Elaboración de la historia oral en Brasil. El proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos. *Secuencia*, México, (4): 114-22, ene./abr. 1986.

CPDOC

_____. *História oral e história*. Rio de Janeiro, 1976. 17 f. dat. Conferência realizada no I Seminário Brasileiro de Arquivos Municipais. Rio de Janeiro, UFF, 2-6 ago. 1976.

CPDOC

_____. *O método qualitativo*; usos e perspectivas. Rio de Janeiro, CPDOC, 1987, 12 f.

Trabalho apresentado na Sociedade Mesa-Redonda: análise qualitativa e avanços teóricos. Sociedade Brasileira de Sociologia, Brasília, 10 de julho de 1987.

CPDOC

_____. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados*, Rio de Janeiro, 27 (1): 5-28, 1984.

CPDOC

_____. HIPÓLITO, Lúcia; LIMA, Valentina da Rocha. História de vida na América Latina. *BIB*, Rio de Janeiro, (16): 5-24, 2. sem. 1983.

Trabalho apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia, México, ago. 1982.

CPDOC

_____. & NUNES, Márcia B. M. *Como fazer uma entrevista?* Rio de Janeiro, FINEP/CPDOC, 1977. 14 f. (Técnica de Entrevista e Transcrição; documento de trabalho, 12).

CPDOC

CATANI, Maurizio. Social-life history as ritualized oral exchange. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c. 1981. p. 211-22.

FGV

CHALASÍNSKY, Joséf. The life records of the young generation of polish peasants as a manifestation of contemporary culture. In: *BIOGRAPHY and society: the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c. 1981. p. 119-32.

FGV

CHARLTON, Thomas L. Oral history in graduate instruction. *The Oral History Review*, Denton, 1975, p. 65-6.

FGV

_____. Videotaped oral histories: problems and prospects. *The American Archivist*, Chicago, 47 (3): 228-36, Summer 1984.

AN, FGV

CHEPESIUK, Ron & EVANS, Ann Y. Videotaping history: the winthrop college archive's experience. *The American Archivist*, Chicago, 48 (1): 65-8, Winter 1985.

FGV

CLARK, E. Culpepper; HIDE, Michael J.; MACMAHAN, Eva M. Communication in the oral history interview: investigating problems of interpreting oral data. *International Journal of Oral History*, Westport, 1 (1): 28-40, Feb. 1980.

CPDOC

CLEMENTE, Pietro. Voci su banda magnetica: problemi dell'analisi e della conservazione dei documenti orali. In: *SEMINARIO DI STUDI (1984: Mondovi). Gli archivi per la storia contemporanea: organizzazione e fruizione...* Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1986. p. 185-91 (Publicazioni degli Archivi di Stato: Saggi; 7).

AN

COIFMAN, Victoria Bomba. *Wolof oral tradition-overview*. Houston, Latin American Studies Association, 1977. 22 f. mimeo.

Trabalho apresentado no Joint National Meeting of the African Studies Association and the Latin American Studies Association, Houston, Nov. 2-5, 1977.

CPDOC

COLMAN, Gould P. Oral history an appeal for more systematic procedures. *The American Archivist*, Chicago, 28 (1): 79-83, Jan. 1965.

AN

CORREA, Carlos Humberto P. *Catálogo de entrevistas 1977*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1977. 159 p.

Trabalho apresentado em mesa-redonda durante o XI Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História, Florianópolis, 1977.

CPDOC

_____. *O documento de história oral como fonte histórica*. Florianópolis, 1977. 9 p.

Trabalho apresentado em mesa-redonda durante o XI Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História, Florianópolis, 1977.

CPDOC

_____. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis, UFSC, 1978. 91 p.

FGV

CORTINOVIS, Irene. Argumenting manuscript collections through oral history. *The American Archivist*, Chicago, 43 (3): 367-69, Summer 1980.

FGV

COURTWRIGHT, David J.; JOSEPH, Herman; JARLAIS, Don C. Memories from the street: oral histories of elderly methadone patients. *The Oral History Review*, Denton, 9 : 47-64, 1981.

FGV

CULPEPPER, Clark; HYDE, Michael S.; MACMAHAN, Eva M. Communication in the Oral History interview: investigating problems of interpreting Oral Data. *International Journal of Oral History*, Westport, 1 (1): 28-40, Feb. 1980.

DANIELSON, Larry. The folklorist, the oral historian and local history. *The Oral History Review*, Denton, 1980. p. 62-72.

FGV

DAVIS, Cullom; BACK, Kathryn; MACLEAN, Kay. *Oral history: from tape to type*. Chicago, American Library Association, 1980. x + 141p.

FGV

-
- DEERING, Mary Jo. Oral history and scholl integration research: a case study. *The Oral History Review*, Denton, 1979. p. 27-41.
FGV
- DENZIN, Norman K. The interactionist study of social organization: a note on method. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c1981, p. 149-67.
FGV
- _____. Interpretando as vidas de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. *Dados*, Rio de Janeiro, 27 (1): 29-43, 1984.
FGV
- DUCHEIN, Michel. A propos des archives orales. *La Gazette des Archives*, Paris, (98): 161,3. trim. 1977.
FGV
- DUPREZ, Dominique. Les histories de vie. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, 78: 141-43, jan./juin 1985.
FGV
- ELDER, Glen. History and the life course. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c1981. p. 77-75.
FGV
- ELITELORE as a new field of inquiry: influences of the novel, film and oral history on national policy decisions in Latin America. Ed. by James W. Wilkie & Edna Monzón de Wilkie. Los Angeles, University of California, 1979. p. irreg.
CPDOC
- EQUIPMENT Reviews. *International Journal of Oral History*, Westport, 1 (1): 62-6, Feb. 1980.
CPDOC
- ESCOTT, Paul D. *Slavery remembered: a record of twentieth century slave narratives*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1979. 221 p.
FGV
- EUSTIS, Truman W., III. Get it in writing: oral history and the law. *The Oral History Review*, Denton, 1976. p. 6-18.
FGV
- FARAH, Paulo C. & MORAES, Marcílio. *Da linguagem oral à linguagem escrita*. Rio de Janeiro, FINEP/CPDOC, 1977. p. 18-29 (Técnica de Entrevista e Transcrição; documento de trabalho, 12).
CPDOC
- FERRAROTTI, Franco. On the autonomy of the biographical method. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the so-*

cial sciences. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c1981. p. 19-27.

FGV

FERREIRA, Vera R. História oral: origem e expansão de um movimento que se firma no Brasil. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 8 (2): 3-7, maio/ago. 1980.

AN, FGV

FILIPPELLI, Ronald L. Oral history and the archives. *The American Archivist*, Chicago, 39 (4): 479-83, Oct. 1976.

AN, FGV

FOGERTY, James E. Filling the gap: oral history in the archives. *The American Archivist*, Chicago, 46 (2): 148-57, Spring 1983.

AN, FGV

FOX, John. Bibliography update. *The Oral History Review*, Denton, 1977. p. 48-57.

FGV

FRISCH, Michael. Oral history and hard times, a review essay. *The Oral History Review*, Denton, (1): 70-9, Feb. 1980.

FROTA, Luciana Silveira de Aragão e. *Documentação oral e temática da seca: estudos*. Brasília, Senado Federal, 1985. 348 p. (Coleção Lima Barreto, 9).

AN

FRY, Aurelia R. Reflections on ethics. *The Oral History Review*, Denton, 1975. p. 16-29.

FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Programa de História Oral*; catálogo de depoimentos. Rio de Janeiro, 1981. 208 p.

CPDOC

GAGNON, Nicole. On the analysis of life accounts. In: BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c1981. p. 47-59.

FGV

GETÚLIO: uma história oral. Coord. Valentina da Rocha Lima et alii. Rio de Janeiro, Record, 1986. 321 p.

CPDOC

GILLET, Marcel. *Patrimoine industriel et patrimoine ethnologique: l'aire culturelle septentrionale (Nord de la France-Belgique)*. *Annales*; économies, sociétés, civilisation, Paris, 35 (1): 167-75, jan./fév. 1980.

FGV

GRELE, Ron. Can anyone over thirty be trusted: a friendly critique of oral history. *The Oral History Review*, Denton, 1978. p. 36-44.

FGV

A GUIDE for oral history programs. Ed. by Richard D. Curtis; Gary L. Shumway; Shirley E. Stephenson. Fullerton, Cal., The Oral History Program, California State University, 1973. 347 p.

FGV

- HACKMAN, Larry J. Oral history and the consumer interest. *The Oral History Review*, Denton, 1978. p. 54-8. FGV
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Entrevista. In: —. *Metodologia qualitativas na sociologias*. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 75-9. *
- _____. Oral history and archives. *Phonographic Bulletin*, Viena, (37): 12-5, nov. 1983. AN
- _____. A história de vida. In: —. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 69-74. *
- _____. História oral. In: —. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 80-92. *
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Felix Alcan, 1925. PPGAS
- _____. *La mémoire collective*. Paris, PUF, 1950. PPGAS
- HALEY, Alex. Black history, oral history and genealogy. *The Oral History Review*, Denton, 1973. p. 1-25. FGV
- HALL, Jacquelyne Dowd. Documenting diversity: the southern experience. *The Oral History Review*, Denton, 1976. p. 19-28. FGV
- HANKE, Lewis. Proposición para un proyecto de historia oral — para historiadores. *Cuadernos Americanos*, México, 36 (215): 17-30, nov./dic. 1977. *
- HANKISS, Agnes. Ontologies of the self: on the mythological rearranging of one's life history. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c1981. p. 191-201. FGV
- HISTÓRIA da Ciência no Brasil: acervo de depoimentos. Apresentação de Simon Schwartzman. Rio de Janeiro, CPDOC/FINEP, 1984. 206 p. CPDOC
- HISTÓRIA Oral: um programa que promete. *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 6 (11): 32-4, nov. 1975. AN
- LAS HISTORIAS de vida en ciencias sociales: teoria y tecnica. Comp. Jorge Balán et alii. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974. 217 p. (Cuadernos de Investigación Social). FGV
- HOOPES, James. *Oral history: an introduction for students*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1979. 155 p. reimp. 1980. FGV

- HUMEZ, Jean M. & CRUMPACKER, Laurie. Oral history in teaching women's studies. *The Oral History Review*, Denton, 1979. p. 53-68. FGV
- IGLESIAS, Esther. Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural. *Dados*, Rio de Janeiro, 27 (1): 59-70, 1984. FGV
- INTERNATIONAL JOURNAL OF ORAL HISTORY. Westport, Meckler, 19-.
- JENSEN, Richard. Oral history, quantification, and the new social history. *The Oral History Review*, Denton, 9: 13-25, 1981. FGV
- JOHNSON, Christopher Jay. *An oral history study of the religiosity of fifth czech — american elderly*. Iowa, Iowa State University, 1981. 153 p. *
- JOURTAD, Philippe. Un projet régional de recherche sur les ethnotextes. *Annales; économies, sociétés, civilisation*, Paris, 35 (1): 176-82, jan./fév. 1980. FGV
- JOYNER, Charles W. Oral history as communicative event: a folkloristic perspective. *The Oral History Review*, Denton, 1979. p. 47-52. FGV
- KAGOMBE, Malna D. La historia oral y los archivos. *Revista del Archivo General de la Nación*, Buenos Aires, 9 (9): 45-52, 1986. AN
- KÁRPÁTI, Zoltán. The methodological use of the life history approach in a hungarian survey on mobility and urbanization. In: BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c. 1981. p. 133-48. FGV
- KEY, Betty McKeever. *Oral history in Maryland: a directory*. Ed. by Larry E. Sullivan. Baltimore, Museum and Library of Maryland History, 1981. 44p. FGV
- KOHLI, Martin. Biography: account, text, method. In: BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c 1981. p. 61-75. FGV
- LACLARE, Leo. Oral history in Canadá, a overview. *Reynoldston Research and Studies*, Vancouver, 2 (2) : 16-9, 1973. CPDOC
- _____. *Oral history techniques for the archivist*. Rev. 1974. Ottawa, Public Archives of Canadá, 1972. 10 f. AN
- LEJEUNE, Philippe. *Je est un autre*. Paris, Le Seuil, 1980. *
- LEQUIN, Yves & MÉTRAL, Jean. A la recherche d'une mémoire collective: les métallurgistes retraités de Givors. *Annales; économies, sociétés, civilisation*, Paris, 35 (1): 149-66, jan./fév. 1980.

- FGV
- LEWIN, Thomas J. *Oral sources for reconstructing political space in nineteenth century asante*. Houston, Latin American Studies Association, 1977. 38 f. mimeo.
Trabalho apresentado no Joint National Meeting of the African Studies Association and the Latin American Studies Association, Houston, nov. 2-5, 1977.
- CPDOC
- LICHTMAN, Allan J. Personal family history: a bridge to your past. *Prologue*, Washington, 16 (1): 41-8, Spring 1984.
- FGV
- LIFE Stories / Récites de vie. Ed. by Daniel Bertaux et alii. Paris, Comité de Recherche Biographie & Société de la Association Internationale de Sociologia, 198.
- .
- LIMA, Valentina da Rocha. *of a project: memórias do exílio; steps of a methodological search*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1982. 32 f.
Trabalho apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia. Grupo The Uses of Autobiographical Narratives (lives stories) for Social Research, Ago. 1982.
- CPDOC
- _____. *Problemas metodológicos da história oral*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1982. 20 f. dat.
Trabalho apresentado no I Seminário de História Oral, Salvador, 7-10 mar. 1983.
- CPDOC
- LOCHEAD, Richard. Labour history, oral history and the Ginger Goodwin case. *Reynoldston Research and Studies*, Vancouver, 2 (2): 20-6, 1973.
- CPDOC
- _____. Oral history: the role of the archivist. *Phonographic Bulletin*, Viena, (37) : 3-7, Nov. 1983.
- AN
- LUCHTERHAND, Elmer & WIELAND, Norbert. The focused life history in studying involvement in a genocidal situation in Nazi Germany. In: *BIOGRAPHY and society: the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c1981. p. 267-88.
- FGV
- LUMMIS, Trevor. Structure and validity in oral evidence. *International Journal of Oral History*, Westport, 2 (2): 109-19, June 1981.
- .
- MASON, Elisabeth B. & STARR, Louis M. *The oral history collection of Columbia University*. New York, Oral History Research Office, 1973. 459 p.
- FGV
- MAZRUI, Ali A. Arquivos africanos e a tradição oral. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 13 (4): 13-5, abr. 1985.
- AN, FGV

- MELLON, Knox. Oral history, public history and historic preservation: California bids of a feather. *The Oral History Review*, Denton, 9: 85-95, 1981. FGV
- MELTZER, Milton. Using oral history: a biographer's point of view. *The Oral History Review*, Denton, 1979. p. 42-6. FGV
- MEMÓRIAS das mulheres do exílio. Org. por Albertina de Oliveira Costa et alii. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 439 p. CPDOC
- MEMÓRIAS do exílio; Brasil 1964-19? Obra coletiva dirigida e coord. por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, sob o patrocínio de Paulo Freire et alii. Lisboa, Arcadia, 1976. 371 p. CPDOC
- MÉXICO. Instituto Nacional de Antropología e História. *Catálogo de archivo de la palabra*. México, INAH, 1977. 91 p. CPDOC
- MÉXICO. Programa de História Oral. *Catálogo* (1974-1975). México, Museu Nacional de História, 1976. 54 p. CPDOC
- MEYER, Eugenia & OLIVEIRA DE BONFIL, Alicia. *La Historia Oral: origen, metodología, desarrollo y perspectivas*. /México/ Separata da *Revista de História Mexicana*, México, 21 (2): 372-86, oct./dic. 1971. CPDOC
- MINTZ Sidney W. The anthropological interview and the life history. *The Oral History Review*. Denton, 1979. p. 18-26. FGV
- _____. Encontrando Taso, me descobrindo. Trad. Mario Grynszpan. *Dados*. Rio de Janeiro, 27 (1): 45-58, 1984. FGV
- MOORE, Waddy M. Critical perspective. *The Oral History Review*, Denton, 1978. p. 1-3. FGV
- _____. From the president. *Oral History Association Newsletter*, Denton, 11 (4): 2, Fall 1977. FGV
- MORRISSEY, Charles T. Rhetoric and role in philanthropy: oral history and the grant-making foundations. *The Oral History Review*, Denton, 1978. p. 5-19. FGV
- _____. Why call it "oral history?" Searching for early usage of a generic term. *The Oral History Review*, Denton, 1980. p. 20-48. FGV
- MOSS, William W. *The future of oral history*. Wyoming, s. ed., 1974. 13 f. mimeo. Trabalho apresentado no National Workshop on Oral History, Wyoming Sept. 1974. CPDOC

-
- _____. Oral history: an appreciation. *The American Archivist*, Chicago, 40 (4): 429-39, Oct. 1977. FGV
- _____. Oral history program manual. New York, Praeger, 1975. ix + 109p. FGV
- _____. In search of values. *The Oral History Review*, Denton, 1979. p. 1-5. FGV
- MOSS, William W. & MAZIKANA, Peter C. *Archives, oral history and oral tradition: a RAMP study*. Paris, Unesco, 1986. 97 p. (Unesco. PGI-86/WS/2) AN
- MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (São Paulo). *Catálogo de depoimentos — 1970/1982*. São Paulo, s.d. n.p. il. CPDOC
- NATIONAL COLLOQUIUM ON ORAL HISTORY, I. Lake Arrowhead Cal., Sept. 25-28, 1966. *Oral History at arrowhead*, proceedings of the first National Colloquium on Oral History. Los Angeles, Oral History Association, s.d. 95 p. CPDOC
- _____. 5-6, Pacific Grove, Cal., Nov. 13-16, 1970 and Bloomington Oct. 8-10, 1971. *Selections from the Fifth and Sixth National Colloquium on Oral History*. New York, Oral History Association, 1972. 109 p. CPDOC
- NATIONAL WORKSHOP ON ORAL HISTORY. Wyoming, Sep. 1974. s.n.t. mimeo. CPDOC
- NEUENSCHWANDER, John A. Remembrance of things past: oral historians and long-term memory. *The Oral History Review*, Denton, 1978 p. 45-53. FGV
- OKIHIRO, Gary Y. Oral history and the writing of ethnic history: a reconnaissance into method and theory. *The Oral History Review*, Denton, 9 : 27-46, 1981. FGV
- ORAL History and Archivists some questions to ask. *The American Archivist*, Chicago, 36 (3): 361-65, July 1973. *
- ORAL HISTORY ASSOCIATION NEWSLETTER. Denton, North Texas State University, 1967- FGV
- ORAL History Collections. Comp. and ed. by Alan M. Meckler and Ruth McMullin. New York, London, R. R. Bowker, 1975. 344 p. Índice de entrevistas e sua localização em centros de história oral dos Estados Unidos e do exterior. Indicador de Centros de História Oral. FGV

ORAL History evaluation guidelines: the wingspread conference. *The Oral History Review*, Denton, 1980. p. 6-19.

FGV

ORAL History in the United States: a directory. comp. Gary L. Shumway, New York, Oral History Association, 1971. 120 p.

CPDOC

ORIGI, J. N. The Ngwa-Igbo clan of southeastern Nigeria: an oral history overview. *The Oral History Review*, Denton, 9: 65-84, 1981.

FGV

OSTRY, Bernard. The illusion of understanding: making the ambiguous intelligible. *The Oral History Review*, Denton, 1977. p. 7-66.

FGV

PAGE, Melvin. Malawians and the great war: oral history in reconstructing Africa's recent past. *The Oral History Review*, Denton, 1980. p. 49-61.

FGV

PATE, Patricia. *Oral history: a reference guide and annotated bibliography*. s.l., McFarland & Company, Jefferson, N.C., 1986.

PÉREZ TAYLOR, Rafael. História oral: elementos para la construcción de una metodología. *Latino America*; anuário estudos latinos americanos, México, D.F., (16): 59-70, 1983.

CPDOC

PESQUISA no Brasil — reconstituição pela memória oral. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 37 (7): 1194-95, jul. 1985.

FGV

PROCTOR, Samuel. Oral history comes of age. *The Oral History Review*, Denton, 1975. p. 1-4.

FGV

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *Ciência e Cultura*, São Paulo, 39 (3): 272-86, mar. 1987.

_____. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, USP, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1983.

CPDOC

RAPHAEL, Freddy. Le travail de la mémoire et les limites de l'histoire orale. *Annales*; économies, sociétés, civilisations, Paris, 35 (1): 127-45, jan./fev. 1980.

FGV

RAPPORT, Leonard. How valid are the Federal writer's project life stories: an iconoclast among the true believers. *The Oral History Review*, Denton, 1979. p. 6-17.

FGV

RIVERA, Silvia. Histoire orale: la mémoire des communautés. *Cahiers du Monde Hispanic et Luso-Brésilien*, Toulouse, (44): 21-6, 1985.

FGV

-
- ROY, Teresa M. Malatian. *História Oral*. s.n.t. 8 f. Separata da *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, (15): 123-30, 1976. CPDOC
- SÁ, Samuel A. *Oral history in interdisciplinary research on an alternative model for Brazilian Amazon pioneer settlement*. Houston, Latin America Studies Association, 1977. 8 f. mimeo. CPDOC
- SANTOLI, Al. *To bear any burden*. New York, E.P. Denton, 1985. *
- SARETZKY, Gary. Oral history in american business archives. *The American Archivist*, Chicago, 44 (4): 353-55, Fall 1981. AN, FGV
- SCHNAPPER, Dominique. The French social security oral history project: philosophies, goals and methods. *The Oral History Review*, Denton, 1977. p. 39-47. FGV
- SCHUURSMA, Rolf. Oral history: the role of the archivist. *Phonographic Bulletin*, Viena, (37): 7-12, Nov. 1983. AN
- STARR, Louis M. Oral history. In: *ENCYCLOPEDIA OF A LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE*. Ed. by Allen Kent et alii. New York, Marcel Dekker, 1977. v. 20, p. 440-63. FGV
- SWAIN, Donald C. Problems for practitioners of oral history. *The American Archivist*, Chicago, 28 (1): 63-9, 1965. AN
- SYNGE, Jane. Cohort analysis in the planing and interpretation of research using life histories. In: *BIOGRAPHY and society; the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c 1981. p. 235-34. FGV
- SZCZEPANSKI, Jan. The use of autobiographies in historical social psychology. In: *BIOGRAPHY and society; the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c 1981. p. 225-34. FGV
- TERRIL, Tom E. & HIRSCH, Jerrold. Replies to Leonard Rapport's "How valid are the Federal Writers' project life stories: an iconoclast among the true believers". *The Oral History Review*, Denton, 1980. p. 81-92. FGV
- THOMPSON, Paul. Life histories and the analysis of social change. In: *BIOGRAPHY and society; the life history approach in the social sciences*. Ed. by Daniel Bertaux. Beverly Hills, Sage, c 1981. p. 289-306. FGV
- _____. *The voice of the past oral history*. Oxford, Oxford University Press, 1978. XI + 257p. *

- THUILLIERS, Juy. Pour la création d'archives orales. *La Gazette des Archives*, Paris, (92): 28-32, 1976. FGV
- TRELEVEN, Dale E. Oral history, audio technology and the tape system. *International Journal of Oral History*, Westport, 2 (1): 26-45, Feb. 1981. .
- TURNER, J. Michael. *Brazilian and African sources for the study of cultural transferences from Brazil to Africa during the 19th. and 20th. centuries*. Houston, Latin American Studies Association, and the American Association, 1977. 20 f. Trabalho apresentado no American Meeting of Latin American Studies Association, and the American Studies Association, Houston, 2-5 Nov.1977. CPDOC
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Curso de Pós-graduação em História. Laboratório de História Oral. *Catálogo de História Oral*. Florianópolis, 1977. 160 p. CPDOC
- UNIVERSITY OF CALIFORNIA. *Oral history program*. Fullerton, Cal. 1973. 70 p. FGV
- VANSINA, Jan. *La tradición oral*. Trad. Miguel Maria Llongueras. Barcelona, Labor, 1966. 225 p. FGV
- VOGT, Carlos A. & VIEIRA, Yara F. Funções do narratário nas narrativas de experiência pessoal. *Estudos Lingüísticos*, s.l., (2): 20-43, 1978. .
- WACHTEL, Nathan. Le temps du souvenir. *Annales; économies, sociétés, Civilisation*, Paris, 35 (1): 146-48, jan./fév. 1980. FGV
- WASERMAN, Manfred J. *Bibliography on oral history*. New York, The Oral History Association, 1971. 40 p. CPDOC
- WHITAKER, W. Richard. Why not try videotaping oral history? *The Oral History Review*, Denton, 9 : 115-24, 1981. FGV
- WHITE, Helen M. Thoughts on oral history. *The American Archivist*, Chicago, 20 (1): 19-30, Jan. 1957. AN
- WILKIE, James Wallace. *Alternative views in history: historical statistics and oral history*. Separata de GREENLEAF, Richard E. & MEYER, Michael C. *Research in Mexican History*. Lincoln, Univ. of Nebraska Press, 1973. p. 49-62. CPDOC
- _____. *Postulates of the Oral History Center for Latin America*. Separata do *The Journal of Library History*. Austin, 2 (1): 45-55, 1967. CPDOC
- WINN, Peter. Oral history and the factory study: new approaches to labor history. *Latin American Research Review*, Chapel Hill, 14 (2): 130-40, 1979. FGV

Quem está pesquisando o quê

ALMEIDA, Carlos Henrique Santos de

Prof.: historiador.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Dias da Cruz, 414, ap. 201 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: a Real Fábrica de Pólvora da lagoa Rodrigo de Freitas.
Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de

Prof.: professora.

Instituição: Fundação Universidade do Amazonas.

End.: rua Visconde de Figueiredo, 52, ap. 203 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: Amazônia: século XVIII. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de

Prof.: historiadora.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua Almirante Salgado, 365, ap. 201 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: história financeira do Brasil: 1850-1864. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

BATALHA, Fernando Antônio

Prof.: arquiteto.

Instituição: Academia Nacional de Belas-Artes de Portugal.

End.: rua do Resende, 35 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: iconografia, arquitetura e evolução urbana das antigas
possessões ultramarinas portuguesas. Em fase adiantada.

Finalidade: publicação.

BEATTIE, Peter

Prof.: estudante.

Instituição: University of Miami — U.S.A.

End.: P. D. Box 248194, Coral Gables, Florida 33124 — U.S.A.

Pesquisa: a profissionalização dos suboficiais do Exército. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

BRENNA, Giovanna Rosso del

Prof.: historiadora.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

End.: rua Redentor, 353, ap. 201 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: evolução urbana do Rio de Janeiro no período colonial. Em fase adiantada.

Finalidade: monografia.

CAVALCANTI, Dinah Tereza Papi de Guimaraens

Prof.: arquiteta.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua Aristides Espínola, 106, ap. 103 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: senzalas e casas-grandes em Quissamã (distrito de Macaé, Rio de Janeiro). Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

COELHO, Edgar Pêcego

Prof.: historiador.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua Benjamin Constant, 61, ap. 701 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: expulsão de imigrantes do Brasil: 1900-1930. Em fase inicial.

Finalidade: monografia.

COHEN, Esther

Prof.: professora.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: Rua Maestro Francisco Braga, 76, ap. 304 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: o partido nazista no Brasil. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro de

Prof.: professora.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

End.: rua Lucas de Oliveira, 321 — Porto Alegre.

Pesquisa: imigração italiana em Porto Alegre: calabreses. Em fase adiantada.

Finalidade: tese de doutoramento.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva

Prof.: professor.

Instituição: Universidade de Brasília.

End.: SQN 307, bl. B, ap. 304 — Brasília.

Pesquisa: relações Brasil-Paraguai: pós-guerra. Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

FERNANDES, Fátima Regina**Prof.:** professora.**Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro.**End.:** travessa Paulo César, 4 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** formação do Estado português: século XII e XIII. Em fase inicial.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**FERREIRA, Cássia Moutinho****Prof.:** professora.**Instituição:** Universidade Federal Fluminense.**End.:** rua Torres Homem, 429, ap. 206 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** o saber psiquiátrico e a prática asilar no Rio de Janeiro: 1850-1920. Em fase inicial.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**FERREIRA, Juarez Galvão****Prof.:** engenheiro.**Instituição:** Empresa de Portos do Brasil S.A.**End.:** rua Campos Sales, 25, ap. 104 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** história portuária brasileira. Em fase adiantada.**Finalidade:** publicação.**FLORENTINO, Manoio Garcia****Prof.:** historiador.**Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense.**End.:** rua Aguirre Cerda, 47, ap. 120 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** história do tráfico negreiro. Em fase inicial.**Finalidade:** tese de doutoramento.**FRIGUETTO, Renan****Prof.:** professor.**Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro.**End.:** rua Jorge Rudge, 29, ap. 204 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** o monarquismo visigótico: séculos VI e VII. Em fase inicial.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**GESTEIRA, Heloísa Meireles****Prof.:** estudante.**Instituição:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.**End.:** rua Visconde de Pirajá, 514, C-01 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** capoeiras e malandros na capital federal: República Velha. Em fase inicial.**Finalidade:** monografia.**GRAHAM, Richard****Prof.:** professor.**Instituição:** University of Texas — U.S.A.

End.: 4502 Balcones Drive, Austin, Tx. 78731 — U.S.A.
Pesquisa: a Independência do Brasil. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.

GRAHAM, Sandra Lauderdale

Prof.: professora.
Instituição: University of Texas — U.S.A.
End.: 4502 Balcones Drive, Austin, Tx. 78731 — U.S.A.
Pesquisa: a medicina durante o Império. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.

HIGGS, David Clive

Prof.: professor.
Instituição: Universidade de Toronto.
End.: 18 Glen Elm Ave. Toronto, Ontário, M4T 1T7 — Canadá.
Pesquisa: controle social no Império luso-brasileiro: 1780-1800. Em fase adiantada.
Finalidade: publicação.

KARASCH, Mary

Prof.: professora.
Instituição: Oakland University, Rochester — U.S.A.
End.: 3025 Maplewood Ct., Lake Orion, Michigan — U.S.A.
Pesquisa: a história social do estado de Goiás: 1783-1889. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.

LABOURIAU, Sônia Salgado

Prof.: artista plástica.
Instituição: sem informação.
End.: rua Professor Moraes, 180 — Belo Horizonte.
Pesquisa: litografia industrial: rótulos anteriores a 1960. Em fase adiantada.
Finalidade: publicação.

LAMBERT, Hercília Mara Facuri Coelho

Prof.: professora.
Instituição: Universidade do Estado de São Paulo.
End.: rua São Sebastião do Paraíso, 667 — Franca, São Paulo.
Pesquisa: nobreza brasileira: mecanismos de formação e tipologia. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.

LAVOR, João Conrado Niemeyer de

Prof.: funcionário público federal.
Instituição: Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
End.: rua Jardim Botânico, 1.008 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: a primeira fábrica de pólvora do Brasil. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.

LEITE, Lúcia Ramalho

Prof.: historiadora.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Pedro de Carvalho, 120, ap. 412 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: o golpe de 1937. Em fase inicial.

Finalidade: produção de vídeo.

LINO, Éilda Maria Loureiro

Prof.: professora.

Instituição: Universidade de Brasília.

End.: SQN — 407, bl. C, ap. 307 — Brasília.

Pesquisa: escravidão no século XIX: as comissões mistas. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

LISBOA, Maria da Graça Cavalcante

Prof.: professora.

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

End.: av. Rainha Elizabeth, 637, ap. 501 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: a universidade no Império. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

LOPES, Maria Alcina Idalina dos Mártires

Prof.: professora.

Instituição: Universidade Nova de Lisboa.

End.: rua Cor. Lima de Oliveira, 17, 1.º Dto. 1900 — Lisboa, Portugal.

Pesquisa: Antônio Figueira Durão, ouvidor-mor no Maranhão. Em fase adiantada.

Finalidade: tese de doutoramento.

MAZON, Patrícia

Prof.: historiadora.

Instituição: Universidade de São Paulo.

End.: rua Delminda Silveira, 150, ap. 401 — Florianópolis.

Pesquisa: a estrada de ferro Dona Teresa Cristina. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

MELLO, Marcelo Pereira de

Prof.: sociólogo.

Instituição: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

End.: rua da Matriz, 82 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: contexto sócio-político da criminalização dos jogos de azar no Brasil: 1946. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

MENDONÇA, Marina Gusmão de

Prof.: professora.

Instituição: Universidade de São Paulo.

End.: rua Bandeira Paulista, 104, ap. III — São Paulo.

Pesquisa: levante da Escola Militar da Praia Vermelha: 1904. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

MIRANDA, Sônia Regina

Prof.: historiadora.

Instituição: Fundação Cultural Ferreira Laje.

End.: rua Hameleto Fellet, 47, ap. 201 — Juiz de Fora, Minas Gerais.

Pesquisa: a urbanização em Juiz de Fora: 1880-1920. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

MOTTA, Márcia Maria Menerdes

Prof.: professora.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: estrada Caetano Monteiro, 1.868 — Niterói.

Pesquisa: sistemas agrários e abastecimento em Niterói e São Gonçalo: 1850-1920. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

NASCIMENTO, Alcyr Alves do

Prof.: psicólogo.

Instituição: Secretaria de Cultura do município do Rio de Janeiro.

End.: rua Fábio Luz, 101 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: chegada, localização e distribuição dos contingentes negros no Brasil. Em fase inicial.

Finalidade: monografia.

NEWMARK, Ralph

Prof.: estudante.

Instituição: La Trobe University, Melbourne — Austrália.

End.: 26 Aroona Road, North Caulfield, Victoria, 3161 — Austrália.

Pesquisa: relações Brasil-E.U.A.: 1945-1954. Em fase adiantada.

Finalidade: tese de doutoramento.

OLENDER, Marcos

Prof.: arquiteto

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua General Bruce, 925, ap. 403 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: a Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

PENA, Eduardo Spiller

Prof.: historiador.

Instituição: Universidade Federal do Paraná.

End.: rua Donaide Silveira da Costa, 383 — Curitiba.

Pesquisa: escravidão e imigração no Paraná: 1870-1888. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

PEREIRA, Anthony

Prof.: professor.

Instituição: Harvard University, Cambridge, MA — U.S.A.

End.: Department of Government, Harvard U., Cambridge, MA 02138 — U.S.A.

Pesquisa: sindicatos rurais, ligas camponesas e política do Estado em Pernambuco: 1955-1970. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

PEREIRA, Maria Isabel

Prof.: estudante.

Instituição: Universidade de Franca.

End.: rua Maranhão, 1.740 — Franca, São Paulo.

Pesquisa: a Amazônia no ano de 1755. Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas

Prof.: professor.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, 99, ap. 201 — Niterói.

Pesquisa: resistência escrava e crise do escravismo. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

PIVA, Elói Dionísio

Prof.: professor.

Instituição: Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis.

End.: rua Montecaseros, 5 — Petrópolis, Rio de Janeiro.

Pesquisa: transição Império-República: desafio para a Igreja no Brasil. Em fase final.

Finalidade: publicação.

PUNTSCHART, William

Prof.: professor.

Instituição: Universidade de São Paulo.

End.: rua das Palmeiras, 225, ap. 138 — Santa Cecília, São Paulo.

Pesquisa: negociantes de grosso trato: período imperial. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

RODRIGUES, Alberto Almada

Prof.: economista.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua Paissandu, 200, ap. 905 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: instituições de ensino profissionais e culturais da ciência contábil no Brasil. Em fase adiantada.

Finalidade: publicação.

RODRIGUES, Denize Nazaré Ramos

Prof.: professora.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Senador Vergueiro, 219, ap. 608-B — Rio de Janeiro.

Pesquisa: a Cabanagem. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da

Prof.: historiador.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Senador Vergueiro, 197, ap. 403 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: política econômica portuguesa: crises de fome no Rio de Janeiro e Salvador no século XVIII. Em fase adiantada.

Finalidade: tese de doutoramento.

SJOERSLEV, Inger Grue

Prof.: antropóloga.

Instituição: Museu Nacional da Dinamarca.

End.: Langebrogade 19, Copenhague — Dinamarca.

Pesquisa: religiões afro-brasileiras. Em fase inicial.

Finalidade: publicação.

SUCUPIRA, Newton Lins Buarque

Prof.: professor.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua Faro, 54, ap. 201 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: história do ensino superior: Império e Primeira República. Em fase adiantada.

Finalidade: publicação.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes

Prof.: professora.

Instituição: Universidade de São Paulo.

End.: rua Gilberto Cardoso, 260, ap. 203 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: o movimento de 27 de novembro de 1935. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

WOLFE, Joel

Prof.: estudante.

Instituição: Universidade de Wisconsin, Madison — U.S.A.

End.: Department of History, University of Wisconsin — Madison, WI 53706 — U.S.A.

Pesquisa: classe operária paulista: 1900-1955. Em fase final.

Finalidade: tese de doutoramento.

Notícias

Gestão de documentos

Com o apoio da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República e do governo do Distrito Federal, realizou-se nos dias 30 e 31 de julho, o I Seminário Nacional de Gestão de Documentos. O evento foi uma promoção do Arquivo Nacional, em sua meta de debater e difundir novos conhecimentos no campo da arquivologia. Com a presença de cerca de 250 representantes de instituições públicas das áreas federal, estadual e municipal, os participantes do Seminário chegaram às seguintes recomendações que deverão servir de base aos profissionais atuantes em arquivos:

— definição e implementação de uma política de arquivos federais visando a racionalizar a produção, tramitação e uso dos documentos governamentais nas fases corrente e intermediária, além de sua preservação e acesso na fase permanente;

— avaliação do acervo documental arquivístico de órgãos federais extintos, com fins de transferência e recolhimento ao Arquivo Nacional;

— garantia de instrumentos legais, recursos humanos e materiais e reorganização administrativa, para a implementação de uma política de arquivos federais;

— realização de seminários internos, em cada ministério, objetivando o diagnóstico de sua situação ar-

quivística e a implementação de programas de gestão de documentos, com a participação do Arquivo Nacional;

— recolhimento de documentos federais de valor permanente ao Arquivo Nacional para preservação e acesso; eventualmente, serão geridos pelos próprios órgãos com autorização e diretrizes técnicas do Arquivo Nacional;

— aplicação de planos de classificação de documentos por assunto no controle, fluxo, arquivamento e acesso aos documentos, resultantes das atividades desenvolvidas pela administração pública federal;

— divulgação do modelo de Código de Classificação de Documentos por Assunto, com o apoio da Sedap, aos participantes do Seminário e aos organismos federais para, no prazo de sessenta dias, apresentarem sugestões à Comissão de Gestão de Documentos, coordenada pelo Arquivo Nacional;

— elaboração de um plano de destinação de documentos, priorizando-se aqueles resultantes das atividades-meio da administração pública federal, de maneira a definir os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, bem como a transferência e o recolhimento ao Arquivo Nacional;

— uso da microfilmagem na administração pública federal como resultado de uma política de análise, avaliação e seleção de documentos;

— consulta prévia ao Arquivo Nacional quando da autorização, pelo Ministério da Justiça, do funcionamento de laboratórios de microfilmagem;

— aplicação de formas de destinação final de documentos, decorrentes do processo de avaliação, com autorização prévia do Arquivo Nacional;

— implementação, pelo Arquivo Nacional, do Cadastro Nacional dos Arquivos Federais, visando à coleta e à disseminação de dados sobre os acervos arquivísticos federais;

— implementação das recomendações da Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental (Cepad), integrante da Câmara V-Racionalização, Simplificação e Descentralização Administrativa da Comissão de Coordenação do Plano de Reforma da Administração Federal;

— constituição do Seminário Nacional de Gestão de Documentos como um fórum anual de debates voltados para uma política de arquivos federais.

Preservação de um patrimônio

Em 14 de maio foi firmado convênio entre o Arquivo Nacional e o Instituto Nacional de Previdência Social, com a intervenção da Fundação Nacional Pró-Memória, para garantir a preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico produzido e acumulado pelo I.N.P.S. Além disso, o convênio tem o objetivo de proporcionar à administração do Instituto maior eficácia no exercício de suas funções, mediante a implantação de um sistema de arquivos que assegure o apoio necessário ao planejamento e implementação de decisões.

Este projeto de gestão de documentos, uma experiência-piloto que vem sendo desenvolvida pela direção-geral do I.N.P.S. e pela Superintendência Regional do Rio de Janeiro, poderá constituir, futuramente, um referencial metodológico para ou-

tros órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social e da administração pública federal.

Inauguração

O Museu Histórico Nacional inaugurou, em 4 de agosto, as novas instalações de seu arquivo histórico e biblioteca. Com uma área de 220 metros quadrados, o arquivo reúne cerca de trinta mil documentos, em sua maioria dos séculos XIX e XX. A biblioteca, por sua vez, possui sessenta mil volumes, entre periódicos, obras de referência, obras raras, coleções especiais e folhetos. Até o final do ano, deverá estar concluído o Guia do Arquivo Histórico, que prestará informações sobre a totalidade do acervo.

Sistema moderno de arquivos

A Associação Latino-Americana de Arquivos (A.L.A.) e o Comitê de Arquivos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (I.P.G.H.), presidido por Bernard Weilbrenner, elaboraram um projeto para a implementação de um sistema moderno de gestão de documentos e administração de arquivos em países ibero-americanos. Para sua consecução, pretende-se coletar informações sobre a situação dos arquivos, os obstáculos ao desenvolvimento, a produção documental, a organização face à administração pública, o treinamento do pessoal técnico e a interação entre os arquivos nacionais e as demais instituições da administração pública produtoras de documentos. Esse diagnóstico será realizado a partir da análise de questionários e missões técnicas em diversos países.

Com o apoio financeiro da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (A.C.D.I.) e do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.), bem como do próprio I.P.G.H.

e da A.L.A., o projeto tem duração prevista de dois anos. A primeira etapa será iniciada com a visita de um técnico brasileiro ao Uruguai, à Argentina e ao Chile (Brasil) e de um técnico mexicano à Colômbia, à Guatemala e à Venezuela. O relatório dessas missões será utilizado como documento-base na primeira reunião do grupo de trabalho do I.P.G.H. e da A.L.A., programada para novembro de 1987, na cidade do México.

Rol de eventos

Jaime Antunes da Silva, diretor da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional, participará de 21 a 24 de setembro na qualidade de presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, da XXV Conferência Internacional da Mesa-Redonda de Arquivos (Citra), em Gardone Riviera, Itália. 'Política de preservação do patrimônio arquivístico' é o tema central do encontro, subdividido em: o estado atual de preservação e conservação do patrimônio arquivístico; sensibilização geral sobre conservação, educação do público e formação de pessoal; técnicas de tratamento disponíveis; e a política de desenvolvimento e meios de execução.

A Casa de Oswaldo Cruz, órgão da Fundação Oswaldo Cruz, promo-

verá de 5 a 9 de outubro, o II Encontro de História e Saúde. Além de temas relativos à área de saúde, serão abordados assuntos de interesse arquivístico, tais como 'Organização e tratamento de acervos documentais em ciência e tecnologia (experiências)' e 'Abordagens sobre experiências e preservação de memória nas instituições voltadas para a produção de ciência e tecnologia'.

De 4 a 7 de outubro será realizada, no Centro de Convenções do Hotel Nacional, Rio de Janeiro, a Expo-Micro/87, promovida pelo Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação (Cenadem).

Dentre os cursos oferecidos, figuram os de 'Gerenciamento da Informação', 'Arquivologia e documentação', 'Micrográfica' e 'Organização, sistemas e métodos'. Além disso, serão oferecidos seminários, painéis e conferências sobre os temas mencionados.

O Arquivo Nacional promoverá, de 31 de agosto a 25 de setembro, o II Estágio Nacional de Arquivos, com o objetivo de reciclar e atualizar os profissionais envolvidos em projetos de criação e modernização de arquivos públicos. Com carga horária de 120 horas, constará de aulas práticas, além de aulas teóricas, as quais serão ministradas por Michel Duchein, inspetor-geral dos Arquivos de França.

